



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 – CENTRO/SP - CEP: 01045-903
FONE: 2075-4500

PROCESSO	1212871/2018 (Proc. CEE 069/2011)		
INTERESSADAS	Faculdades de Dracena		
ASSUNTO	Adequação Curricular à Del. CEE nº 111/2012, alterada pela Del. CEE nº 154/2017- Curso de Educação Física- Licenciatura		
RELATORAS	Consª Bernardete Angelina Gatti e Consª Guiomar Namó de Mello		
PARECER CEE	Nº 351/2018	CES	Aprovado em 03/10/2018

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

A Diretora Acadêmica das Faculdades de Dracena e o Diretor Executivo da Fundec encaminham a este Conselho, ofício em 10/07/17, com os documentos necessários para adequação curricular à Del. CEE nº 111/2012, alterada pela Del. CEE nº 154/2017, referentes ao Curso de Educação Física - Licenciatura – fls. 157.

Foram feitos contatos por *e-mail* com a Instituição para orientações quanto a alguns ajustes necessários. Em resposta, a Instituição reapresentou a documentação que consta às fls. 249 a 261.

1.2 APRECIÇÃO

Nos termos da norma vigente e pelos dados encaminhados pela Instituição, fazemos nossa apreciação como segue.

O Curso de Educação Física – Licenciatura, das Faculdades de Dracena, obteve a Renovação do Reconhecimento, pela Portaria CEE/GP nº 38/2016, por ter obtido conceito igual ou superior a quatro, no ENADE de 2014. A nova matriz curricular é proposta como segue nos quadros apresentados.

Matriz Curricular

1º Termo	C/H s	C/H t	C/H	C/H EaD
Introdução e História da Educação Física	02	40	40	
Anatomia Aplicada à Educação Física	02	40	40	
Bases Biológicas Aplicadas à Educação Física	03	60		60
Natação e Esportes Aquáticos: Fundamentos e Prática Pedagógica	02	40	40	
Lutas: Fundamentos e Prática Pedagógica	02	40	40	
Ginástica Geral	02	40	40	
Filosofia da Educação	02	40		40
Psicologia do Desenvolvimento e Ciclo Vital	02	40	40	
PCC: Portfólio como instrumento sistematizador da produção de conhecimento	02	40	40	
ATPA: Construção da Identidade Cultural	01	20	20	
Subtotal Semestral	20	400		

2º Termo	C/H s	C/H t	C/H	C/H EaD
Anatomia e Neuro-anatomia Aplicada à Educação Física	02	40		40
Comunicação e Expressão	03	60	60	
Sociologia da Educação	02	40		40

História da Educação e Relações Étnico-Raciais	02	40	40	
Psicologia da Aprendizagem	03	60	60	
Voleibol: Fundamentos e Prática Pedagógica	02	40	40	
Futebol de campo e Futsal: Fundamentos e Prática Pedagógica	02	40	40	
PCC: Projeto Interdisciplinar - Cinema na Escola	03	60	60	
ATPA: Educação Ambiental e Sustentabilidade	01	20	20	
Subtotal Semestral	20	400		

3º Termo	C/H s	C/H t	C/H	C/H EaD
Atividades Rítmicas e Expressivas	02	40	40	
Basquetebol: Fundamentos e Prática Pedagógica	02	40	40	
Cinesiologia Aplicada à Educação Física	02	40	40	
Bioquímica Aplicada ao Exercício	02	40		40
Educação Especial e Inclusiva	03	60		60
Handebol: Fundamentos e Prática Pedagógica	02	40	40	
Diretrizes Curriculares: Fundamentos e Práticas	03	60	60	
PCC: Projeto de Aprendizagem Baseada em Problemas	03	60	60	
ATPA: Inclusão e Sociedade	01	20	20	
Subtotal Semestral	20	400		

4º Termo	C/H s	C/H t	C/H	C/H EaD
Recreação e Lazer	02	40	40	
Prática de Ensino - Fundamentos Pedagógicos de Cultura Corporal e Movimento	04	80	80	
Avaliação de Ensino e Recuperação da Aprendizagem	02	40		40
Crescimento e Desenvolvimento Humano	02	40		40
Didática Geral	02	40	40	
Atletismo: Fundamentos e Prática Pedagógica	02	40	40	
Introdução à Língua Brasileira de Sinais: LIBRAS	02	40	40	
PCC: Reflexões do contexto escolar	03	60	60	
ATPA: Diversidade de Gênero	01	20	20	
Estágio Supervisionado em Educação Física Escolar	04	80	80	
Subtotal Semestral	24	480		

5º Termo	C/H s	C/H t	C/H	C/H EaD
Fisiologia Humana	02	40	40	
Aprendizagem e Controle Motor	02	40	40	
Prática de Ensino - Atividade física na Infância	04	80	80	
Prática de Ensino - Dimensão do Esporte Escolar	04	80	80	
Políticas Públicas e Legislação Educacional	02	40		40
Metodologia da Pesquisa Científica	02	40		40
PCC: Metodologias na Prática Escolar	03	60	60	
ATPA: Cidadania e Direitos Humanos	01	20	20	
Estágio Supervisionado em Educação Física Escolar	08	160	160	
Subtotal Semestral	28	560		

6º Termo	C/H s	C/H t	C/H	C/H EaD
Fisiologia Aplicada ao Exercício	03	60	60	
Avaliação: Instrumentos e Indicadores	02	40		40
Gestão, Planejamento e Projeto Pedagógico	03	60	60	
Medidas e Avaliação e Bioestatística Básica	03	60	60	

Prática de Ensino - Inclusão e Temas Transversais em Educação Física	03	60		60
Educação Física Adaptada	02	40	40	
PCC: Metodologias Inovadoras	03	60	60	
ATPA: Diversidade Étnico-Racial	01	20	20	
Estágio Supervisionado em Educação Física Escolar	08	160	160	
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais em Bacharelado	10	200	200	
Subtotal Semestral	38	760		

7º Termo	C/H s	C/H t	C/H	C/H EaD
Esportes de Aventura	02	40	40	
Informática aplicada à Educação Física	02	40	40	
Atividade Física para Populações Especiais	02	40	40	
Educação Física para Terceira Idade	02	40	40	
Organização e Administração Esportiva	02	40		40
Primeiros Socorros em Educação Física	01	20		20
Princípios Básicos do Condicionamento Físico	02	40	40	
Nutrição na Educação Física	02	40	40	
PCC: Gestão Escolar	03	60	60	
ATPA: Violência – a criança, o adolescente e a Escola	02	40	40	
Trabalho de Conclusão de Curso	04	80	40	40
Estágio Supervisionado em Educação Física (Programas de Atividade Física, Treinamento e Saúde)	10	200	200	
Subtotal Semestral	34	680		

8º Termo	C/H s	C/H t	C/H	C/H EaD
Treinamento Resistido em Academia e Treinamento Individualizado (<i>Personal Trainer</i>)	03	60	60	
Ergometria e Exercício Físico	02	40	40	
Estudos Avançados em Atividades Aquáticas	03	60		60
Estudos Avançados em Modalidade Esportiva Coletiva	02	40		40
Ginástica de Academia	03	60	60	
Biomecânica do Movimento Humano	02	40	40	
Teoria do Treinamento Desportivo	03	60	60	
ATPA: Encontro Científico da Alta Paulista	02	40	40	
Trabalho de Conclusão de Curso	04	80	40	40
Estágio Supervisionado em Educação Física (Programas de Atividade Física, Treinamento e Saúde)	10	200	200	
Subtotal Semestral	34	680		

Adequação à Deliberação CEE nº 154/2017

Quadro A – Carga Horária das Disciplinas de Formação Didático-Pedagógica

Disciplinas	Ano / semestr e letivo	CH total (60 min)	Carga horária total inclui:	
			CH EaD	CH PCC
Psicologia do Desenvolvimento do Ciclo Vital	1º sem.	55	--	15
Filosofia da Educação	1º sem.	55	40	15
Psicologia da Aprendizagem	2º sem.	75	--	15
Sociologia da Educação	2º sem.	55	40	15
História da Educação e das Relações Étnico Raciais	2º sem.	55	--	15
Educação Especial e Inclusiva	3º sem.	90	60	30
Diretrizes Curriculares: Fundamentos e Práticas	3º sem.	90	--	30

Prática de Ensino - Fundamentos Pedagógicos de Cultura Corporal e Movimento	4º sem.	95	--	15
Didática Geral	4º sem.	55	--	15
Introdução à Língua Brasileira de Sinais: LIBRAS	4º sem.	55	--	15
Avaliação de Ensino e Recuperação de Aprendizagem	4º sem.	55	40	15
Prática de Ensino - Atividade física na Infância	5º sem.	100	--	20
Prática de Ensino - Dimensão do Esporte Escolar	5º sem.	100		20
Políticas Públicas e Legislação Educacional	5º sem.	60	40	20
Avaliação: Instrumentos e Indicadores	6º sem.	55	40	15
Prática de Ensino - Inclusão e Temas Transversais em Educação Física	6º sem.	75	60	15
Gestão, Planejamento e Projeto Pedagógico	6º sem.	75	--	15
Educação Física Adaptada	6º sem.	35	--	15
Subtotal da carga horária de EaD			320h	
Carga horária total		1235h		315h

Quadro B – Carga Horária das Disciplinas de Formação Específica

Disciplinas	Ano / semestre letivo	CH Total	Carga Horária Total inclui:				
			EaD	Revisão			CH PCC
				Conteúdos Específicos	LP	TICs	
Introdução e História da Educação Física	1º sem.	50	--	40	--	--	10
Anatomia Aplicada à Educação Física	1º sem.	40	--	--	--	--	
Bases Biológicas Aplicadas à Educação Física	1º sem.	60	60	60	--	--	
Natação e Esportes Aquáticos: Fundamentos e Prática Pedagógica	1º sem.	40	--	--	--	--	
Lutas: Fundamentos e Prática Pedagógica	1º sem.	40	--	--	--	--	
Ginástica Geral	1º sem.	40	--	--	--	--	
Anatomia e Neuro-anatomia Aplicada à Educação Física	2º sem.	40	40	--	--	--	
Comunicação e Expressão	2º sem.	75	--	--	60	--	15
Voleibol: Fundamentos e Prática Pedagógica	2º sem.	40	--	--	--	--	
Futebol de campo e Futsal: Fundamentos e Prática Pedagógica	2º sem.	40	--	--	--	--	
Atividades Rítmicas e Expressivas	3º sem.	40	--	--	--	--	
Basquetebol: Fundamentos e Prática Pedagógica	3º sem.	40	--	--	--	--	
Cinesiologia Aplicada à Educação Física	3º sem.	40	--	--	--	--	
Bioquímica Aplicada ao Exercício	3º sem.	40	40	--	--	--	
Handebol: Fundamentos e Prática Pedagógica	3º sem.	40	--	--	--	--	
Recreação e Lazer	4º sem.	40	--	--	--	--	
Crescimento e Desenvolvimento Humano	4º sem.	40	40	--	--	--	
Atletismo: Fundamentos e Prática Pedagógica	4º sem.	40	--	--	--	--	
Fisiologia Humana	5º sem.	40	--	--	--	--	
Aprendizagem e Controle Motor	5º sem.	40	--	--	--	--	
Metodologia da Pesquisa Científica	5º sem.	40	40				
Fisiologia Aplicada ao Exercício	6º sem.	60	--	--	--	--	
Medidas e Avaliação e Bioestatística Básica	6º sem.	60	--	--	--	--	
Educação Física Adaptada	6º sem.	20	--	--	--	--	
Informática Aplicada à Educação Física	7º sem.	60	--	--	--	40	20
Esportes de Aventura	7º sem.	60	--	--	--	--	20
Atividade Física para Populações Especiais	7º sem.	60	--	--	--	--	20
Educação Física para Terceira Idade	7º sem.	40	--	--	--	--	
Organização e Administração Esportiva	7º sem.	40	40	--	--	--	

Primeiros Socorros em Educação Física	7º sem.	20	20	--	--	--	
Princípios Básicos do Condicionamento Físico	7º sem.	40	--	--	--	--	
Subtotal da carga Revisão, LP, TIC				200h			
Subtotal da carga horária de EaD				280h			
Carga horária total (60 minutos)				1365			85

Quadro C– CH total do Curso

TOTAL	3200 horas	Inclui a carga horária de
Disciplinas de Formação Didático-Pedagógica	1235	315h - PCC 320h - EaD
Disciplinas de Formação Específica da Licenciatura ou áreas correspondentes	1365	85h - PCC 200h - Revisão, LP e TICs 280h - EaD
Estágio Curricular Supervisionado	400	-----
Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPA)	200	Projetos – Interdisciplinares e Transdisciplinares distribuídos nos 8 períodos

A estrutura curricular do Curso de Educação Física - Licenciatura, atende à:

- Resolução CNE/CES nº 3/07, que dispõe sobre o conceito hora-aula;
- Deliberação CEE nº 111/12, alterada pela Deliberação CEE nº 154/2017.

2. CONCLUSÃO

2.1 Aprova-se a adequação curricular à Del. CEE nº 111/2012, alterada pela Deliberação CEE nº 154/2017, do Curso de Educação Física - Licenciatura, das Faculdades de Dracena.

2.2 A presente adequação tornar-se-á efetiva por ato próprio deste Conselho, após homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado da Educação.

São Paulo, 17 de setembro de 2018.

a) Cons. Bernardete Angelina Gatti
Relatora

a) Cons. Guiomar Namó de Mello
Relatora

DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR adota, como seu Parecer, o Voto das Reladoras.

Presentes os Conselheiros Décio Lencioni Machado, Eliana Martorano Amaral, Hubert Alquéres, Francisco de Assis Carvalho Arten, Guiomar Namó de Mello, Iraíde Marques de Freitas Barreiro, João Otávio Bastos Junqueira e Maria Cristina Barbosa Storópoli.

Sala da Câmara de Educação Superior, 19 de setembro de 2018.

a) Cons. Hubert Alquéres
Presidente

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara de Educação Superior, nos termos do Voto das Relatorias.

Sala “Carlos Pasquale”, em 03 de outubro de 2018.

Cons. Hubert Alquéres
Presidente

PARECER CEE Nº 351/18 – Publicado no DOE em 04/10/2018

Res SEE de 10/10/18, public. em 11/10/18

Portaria CEE GP nº 362/18, public. em 16/10/18

- Seção I - Página 29

- Seção I - Página 118

- Seção I - Página 28



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 – CENTRO/SP - CEP: 01045-903

FONE: 2075-4500

AUTORIZAÇÃO, RECONHECIMENTO E RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE CURSOS DE LICENCIATURA (DELIBERAÇÃO CEE Nº 111/2012 (NR))

DIRETRIZES CURRICULARES COMPLEMENTARES PARA A FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

PROCESSO CEE Nº: 1212871/2018		
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: Faculdades de Dracena		
CURSO: Licenciatura em Educação Física	TURNO/CARGA HORÁRIA TOTAL: 3.200	Diurno:
		Noturno:
ASSUNTO: Adequação a Deliberação CEE 111/2012 (NR)		

1- FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

CAPÍTULO II - DELIBERAÇÃO CEE-SP Nº 111/2012			PROPOSTA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
			DISCIPLINAS (onde o conteúdo é trabalhado)	Indicar somente os textos principais da Bibliografia Básica onde o conteúdo é contemplado
Art. 8º A carga total dos cursos de formação de que trata este capítulo terá no mínimo 3.200 (três mil e duzentas) horas, assim distribuídas:				
I – 200 (duzentas) horas dedicadas a revisão de conteúdos curriculares, Língua Portuguesa e Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs).	Art. 9º As 200 (duzentas) horas do Inciso I do Artigo 8º incluirão:	I – revisão dos conteúdos do ensino fundamental e médio da disciplina ou área que serão objeto de ensino do futuro docente;	Introdução e História da Educação Física	CASTELLANI FILHO, L. Educação Física no Brasil: A História que não se Conta. Campinas: Papirus, 2005. MARINHO, I.P. História da Educação Física no Brasil. São Paulo: Companhia Brasil Editora. 2000. SOARES, C. Educação Física – Raízes Europeias e Brasil. São Paulo: Autores Associados, 2004.

			Bases Biológicas Aplicadas à Educação Física	DE ROBERTIS; DE ROBERTIS, JR. Bases da biologia celular e molecular. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001 JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. Biologia celular e molecular. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. Histologia básica. 10ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004
		II - estudos da Língua Portuguesa falada e escrita, da leitura, produção e utilização de diferentes gêneros de textos bem como a prática de registro e comunicação, dominando a norma culta a ser praticada na escola;	Comunicação e Expressão	CUNHA, C; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1990. FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2008.
		III - utilização das Tecnologias da Comunicação e Informação (TICs) como recurso pedagógico e para o desenvolvimento pessoal e profissional.	Informática Aplicada a Educação Física	ALMEIDA, F. Educação e informática: Os computadores na escola. São Paulo: Cortez, 2005. TARJA, S. F. Informática na Educação. São Paulo: Editora Érica LTDA, 2001.

1 - FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

CAPÍTULO II - DELIBERAÇÃO CEE-SP Nº 111/2012		PROPOSTA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
		DISCIPLINAS (onde o conteúdo é trabalhado)	Indicar somente os textos principais da Bibliografia Básica onde o conteúdo é contemplado
Art.10 - A formação didático-pedagógica compreende um corpo de conhecimentos e	I - conhecimentos de História da Educação, Sociologia da Educação e Filosofia da Educação que fundamentam as ideias e as práticas pedagógicas;	História da Educação e Relações Étnico Raciais	GADOTTI, M. História das Ideias Pedagógicas. 2 ed., Rio de Janeiro: Editora Ática,

conteúdos educacionais – pedagógicos, didáticos e de fundamentos da educação – com o objetivo de garantir aos futuros professores dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, as competências especificamente voltadas para a prática da docência e da gestão do ensino:			1994. GOMES, N. L.; SILVA, P. B. G. Experiências étnico-culturais para formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Superando o racismo na escola. 2ª ed. Brasília: Ministério da educação, 2005. _____. Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da educação, 2005. 236p. (Coleção Educação para todos) PILETTI, N. e PILETTI, C. História da Educação. São Paulo: Ática, 2002. ORTIZ, R. Cultura Brasileira e identidade nacional. Brasiliense: São Paulo, 1994.
	Sociologia da Educação		ARON, R. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2003. DURKHEIM, E. Educação e Sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1988. LAKATOS, E. M. Sociologia Geral. São Paulo: Atlas, 2006. MEKSENAS, P. Aprendendo sociologia. São Paulo: Loyola, 2001. PILETTI, N. Sociologia da educação. São Paulo: Ática, 1997. RODRIGUES, AT. Sociologia da Educação. São Paulo: DP&A, 2003.
	Filosofia da Educação		ARRUDA, A. M. L. PIRES M.M.H. Filosofando, Introdução à Filosofia. São Paulo: Moderna, 2007. CHAUÍ, M. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2005. DURMEVAL, T. M. (coord.). Filosofia da educação brasileira. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998.

			LUCKESI, C.C. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 1993. SOUZA, S. M. R. Um Outro Olhar: Filosofia. São Paulo: FTD, 1995. SEVERINO, A. J. Filosofia da educação construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.
	II - conhecimentos de Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem para compreensão das características do desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e físico da população dessa faixa etária;	Psicologia do Desenvolvimento e Ciclo Vital	BEE, H. L. O ciclo vital. Porto Alegre: Artmed, 1997. 656 p. BOCK, A. M. B. Psicologias: uma introdução ao ensino da psicologia. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000. OLIVEIRA, M. K. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio histórico. São Paulo, Scipione, 1997. PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento humano. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. VYGOTSKY, L. S. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 10ª. São Paulo: ícone. 2006.
		Psicologia da Aprendizagem	COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 3 v. COLL, C. et al. O construtivismo na sala de aula. São Paulo, Ática, 1997. OLIVEIRA, M. K. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio histórico. São Paulo, Scipione, 1997. LA TALIE, Y. de; OLIVEIRA, M. K. de; DANTAS, H. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. 17. ed. São Paulo: Summus, 1992. LEFRANÇOIS, Guy R. Teorias da Aprendizagem.

			São Paulo: Cengage, 2008.
	III - conhecimento do sistema educacional brasileiro, sua evolução histórica e suas políticas, para fundamentar a análise da educação escolar no país e possibilitar ao futuro professor entender o contexto no qual vai exercer sua prática docente;	Políticas Públicas e Legislação Educacional	ABREU, M. Organização da Educação Nacional na Constituição e na LDB. Ijuí: RGS, 1998. ALVES, Nilda; VILLARDI, Raquel (orgs). Múltiplas leituras da nova LDB. Rio de Janeiro: Qualitymark/Dunya, 1997. BIANCHETTI, R. G. Modelo neoliberal e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1996. HADDAD, F. O Plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas. Brasília: MEC/INEP, 2008. LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F. E TOSCHI, M.S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006. MENESES, J.G. (org.) Estrutura e Funcionamento da Educação Básica: leitura 2ª Ed. SP: Pioneira Thomson Learning, 1998. Resolução CNE/CP nº. 1, de 18 de Fevereiro de 2002 – Disponível em: www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. SAVIANI, D. A nova Lei da Educação – LDB – trajetórias, limites e perspectivas. São Paulo. Ed: Autores Associados, 1999.
	IV – conhecimento e análise das diretrizes curriculares nacionais, da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica, e dos currículos, estaduais e municipais, para os anos finais do ensino fundamental e ensino médio;	Diretrizes curriculares: fundamentos e práticas	BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/image/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 02 jun. 2017. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Política

			Nacional de Educação Infantil: pelos direitos das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006. CNE. Resolução nº 2, de 02 de abril de 1998: Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. FERNANDES, C. de Oliveira; FREITAS, L. C. de. Indagações sobre currículo: currículo e avaliação. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 1998. HERNADEZ, F.; VENTURA, M. A organização do currículo por projeto de trabalho. Porto Alegre: Artmed. 2007. MOREIRA, A. F. B. Currículos e programas no Brasil. Campinas: Papirus, 2004. PEDRA, J. A. Currículo, Conhecimento e suas Representações. 3. ed. Campinas: Papirus Editora, 1999. SANTOS, L.L.C.P. O currículo como campo de luta. Presença Pedagógica, 2 (7), p. 32-39, jan./fev. 1996. SAVIANI, N. Saber Escolar, Currículo e Didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2000. SEE – Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Proposta Curricular do Estado de São Paulo para o Ensino de Educação Física. SILVA, T. T. & MOREIRA, F. (Org.) Currículo, Cultura e Sociedade. São Paulo, Cortez, 1994.
--	--	--	---

	V – domínio dos fundamentos da Didática que possibilitem: a) a compreensão da natureza interdisciplinar do conhecimento e de sua contextualização na realidade da escola e dos alunos; b) a constituição de uma visão ampla do processo formativo e socioemocional que permita entender a relevância e desenvolver em seus alunos os conteúdos, competências e habilidades para sua vida; c) a constituição de habilidades para o manejo dos ritmos, espaços e tempos de aprendizagem, tendo em vista dinamizar o trabalho de sala de aula e motivar os alunos; d) a constituição de conhecimentos e habilidades para elaborar e aplicar procedimentos de avaliação que subsidiem e garantam processos progressivos de aprendizagem e de recuperação contínua dos alunos e; e) as competências para o exercício do trabalho coletivo e projetos para atividades de aprendizagem colaborativa.	Didática Geral	ANTUNES, C. As inteligências múltiplas e seus estímulos. Campinas: Papirus, 2008. CANDAU, V. M. (org.) A didática em questão. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. HAIDT, R. C. Cazaux. Curso de Didática Geral. São Paulo: Ática, 2003. LEIS, H. R. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. Cadernos pesquisa interdisciplinar em ciências humanas. Florianópolis, 07 jul. 2007. pp. 3 – 22 LIBANEO, J. C. Didática: Velhos e novos temas. Goiânia: Ed. do autor, 2002. MASETTO, M. Didática: a aula como centro. São Paulo: FTD, 1997. PERRENOUD, P. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000. RODRIGUES, A. T. Didática e prática de ensino no contexto da formação de Educação Física: a experiência da FEF/UFG. <i>Anais do XIII CONBRACE</i> (Recurso eletrônico): Caxambu, 2004 VALE, V. Do tecer ao remendar: os fios da competência socio-emocional. Exedra nº 2 2009. Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Coimbra. Disponível em: < http://www.exedrajournal.com/docs/N2/09A-vera-vale_pp_129-146.pdf> ZABALA, A.; ARNAU, L. Como aprender e ensinar competências. Porto Alegre: Artmed, 2010.
		Avaliação de ensino e recuperação da aprendizagem	ARCAS, P. H. Avaliação da Aprendizagem no Regime de Progressão Continuada: o que dizem os alunos. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo,

			2003. BEYER, H. O. Inclusão e Avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. CUNHA, M. I. (org.). Formatos avaliativos e concepção da docência. São Paulo: Autores Associados, 2005. HOFFMAN, J.M.L. Avaliação para promover: as setas do caminho. Porto Alegre: mediação, 2001. LUCKESI, C.C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo, Cortez, 2006. PERRENOUD, P. Avaliação - da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 2000. PERRENOUD, P. Pedagogia Diferenciada: das intenções à ação. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. RABELO, E. H. Avaliação. Novos Tempos, Novas Práticas. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1998. VASCONCELLOS, C. dos S. Avaliação da Aprendizagem: Práticas de Mudança - por uma práxis transformadora. São Paulo: Libertad, 2008.
	VI – conhecimento de Metodologias, Práticas de Ensino ou Didáticas Específicas próprias dos conteúdos a serem ensinados, considerando o desenvolvimento dos alunos, e que possibilitem o domínio pedagógico do conteúdo e a gestão e planejamento do processo de ensino aprendizagem;	Prática de Ensino - Fundamentos Pedagógicos de Cultura Corporal e Movimento	AGUIAR, C.M. Educação Física no Ensino Superior – Educação e Saberes: correlação com a natureza e a cultura. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Educação Física, Secretaria da Educação Fundamental, 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental.

			Parâmetros curriculares nacionais : Educação física. Brasília: MEC/SEF, 1997.96p. DAOLIO, J. Da Cultura do Corpo. Campinas: Papirus, 1995. DARIDO, S.C.; RANGEL, I.C.A. Educação Física na Escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 2005 MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2001. NEUBAUER, R. S.; DAVIS, C. Formação de Professores das séries iniciais. Cad. Pesq., São Paulo, n.87, p.31-44, 1993. PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO: EDUCAÇÃO FÍSICA/Coord. Maria Inês Fini. São Paulo: SEE, 2008.
		Prática de Ensino - Atividade física na Infância	ARRIBAS, T.L.A. Educação Física de 3 a 8 anos. 7 ed. São Paulo: Artmed, 2002. HAYWOOD, V.M.; GETCHEL, N. Desenvolvimento Motor ao Longo da Vida. 3ª Ed. São Paulo: Artmed, 2004. GODALL, T. 150 Propostas de Atividades Motoras para a Educação Infantil de 3 a 6 anos. São Paulo, Artmed, 2004. RANGEL, I. Educação Física no Ensino Superior – Educação Física na Infância. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. TANI, G.; MANOEL, E. DE J.; KOKUBUN, E., PROENÇA, J.E. Educação Física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EPU: EdUSP, 1988.

		Prática de Ensino - Dimensão do Esporte Escolar	GAYA, A. MARQUES, A. TANI, G. Desporto Para Crianças e Jovens – Razões e Finalidades; Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2004. KUNZ, E. Transformação Didático-Pedagógica do Esporte; Ijuí :Ed. UNIJUÍ, 2000. TANI, G.; MANOEL, E. DE J.; KOKUBUN, E., PROENÇA, J.E. Educação Física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EPU: EdUSP, 1988. TUBINO, J.M.G. Dimensões Sociais do Esporte; São Paulo: Cortez , 2001.
		Prática de Ensino - Inclusão e Temas Transversais em Educação Física	ARAÚJO, U. F. Temas Transversais e estratégias de projetos. São Paulo: Editora Moderna Ltda, 2003. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf BUSQUET, M. D.et al. Temas transversais em educação. São Paulo: Ática, 1997. DARIDO, S. C., et al. Educação Física e temas transversais: possibilidades de aplicação. – São Paulo: Editora Mackenzie, 2006. FERREIRA, V. <u>Educação Física: Interdisciplinaridade, Aprendizagem e Inclusão</u>. São Paulo: Sprint, 2006. MATTOS, M.G. Neira, M.G. Educação Física na Adolescência : construindo o conhecimento na escola. Edição n3, São Paulo: Phorte e editora, 2004. PIRES, J.; RAMOS, L. <u>A Inclusão saberes e</u>

			<u>competências - Col. Educação Inclusiva</u>. São Paulo: VOZES, 2006. RODRIGUES, D. <u>Inclusão e Educação - Doze Olhares Sobre Educação Inclusiva</u>. São Paulo: Summus, 2006.
	VII – conhecimento da gestão escolar na educação nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, com especial ênfase nas questões relativas ao projeto pedagógico da escola, regimento escolar, planos de trabalho anual, colegiados auxiliares da escola e famílias dos alunos;	Gestão, Planejamento e Projeto Pedagógico	CENPEC. Diagnóstico e plano de ação educativa: uma proposta de trabalho coletivo. Suplemento Melhoria da Educação no Município. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2003. PADILHA, P. R. Planejamento dialógico: como construir o Projeto Político-pedagógico da escola. São Paulo. Cortez, 2001. PARO, V. H. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino. 1. ed. São Paulo: Ed. Ática, 2007. VASCONCELLOS, C. dos S. Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. 14º Ed. São Paulo: Libertad, 2009. VASCONCELLOS, C. S. Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertad, 1995.
	VIII - conhecimentos dos marcos legais, conceitos básicos, propostas e projetos curriculares de inclusão para o atendimento de alunos com deficiência;	Educação Especial Inclusiva	GOES, M. C. R.; Laplane, A. L. F. Políticas e Práticas de Educação Inclusiva. Autores Associados, 2007. MACHADO, et al. Educação Inclusiva: direitos humanos na escola. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. MICHELS, H.M. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização. In. Revista Brasileira de Educação, Vol. 11, nº. 33. Rio

			de Janeiro; 2006 p. 406-423. PERRENOUD, P. Pedagogia Diferenciada: das intenções à ação. Porto Alegre: Artmed. Ed., 2000. SANTOS, M.P. do; PAULINO, M.M. (org). Inclusão em educação: culturas políticas e práticas. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.
		Introdução à Língua Brasileira de Sinais: LIBRAS	BEYER, H. O. Inclusão e Avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2010. CAPOVILLA, FC; RAPHAEL, W.D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 3ª Edição, 2008. (Volumes I, II e III). FELIPE, T. A.; MONTEIRO, M. Salerno. Libras em contexto: (livro do professor). 7ª edição – Rio de Janeiro: Editora WallPrint, 2008. HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. Livro ilustrado de Língua de Sinais: desvendando a comunicação usada por pessoas com surdez/ São Paulo: Ciranda Cultural, 2009. LILO-MARTIN, D. Estudos de aquisição de línguas de sinais: passado, presente e futuro. In: QUADROS, R. M.; VASCONCELLOS, M. L. B. (Org.). Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais. Petrópolis, RJ: ED. Arara Azul, 2008, p. 199-218. PIRES, J.; RAMOS, L. A Inclusão saberes e competências - Col. Educação Inclusiva. São Paulo: VOZES, 2006. QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. Língua de

			Sinais Brasileira: Estudos Lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. v.1. 222 p. SANTOS, M.P. do; PAULINO, M.M. (org). Inclusão em educação: culturas políticas e práticas. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008. SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 2. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.
		Educação Física Adaptada	DIEHL, R. M. Jogando com as diferenças. São Paulo: Editora Phorte, 2006. DUARTE, E.; LIMA, S. M. T. Atividade Física para Pessoas com Necessidades Especiais: Experiências e Intervenções Pedagógicas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. MAUERBERG-DeCASTRO. Atividade física adaptada. Ribeirão Preto: Tecmedd, 2005.
	IX – conhecimento, interpretação e utilização na prática docente de indicadores e informações contidas nas avaliações do desempenho escolar realizadas pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Estadual de Educação.	Avaliação – Instrumentos e Indicadores	BITTAR, H.A. de F. et al. O sistema de Avaliação de rendimento Escolar do Estado de São Paulo: implantação e continuidade. Ideias, São Paulo: FDE, n. 30, 1998. BRASIL. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil / Ministério da Educação / Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009. MATRIZES DE REFERÊNCIA PARA A AVALIAÇÃO SARESP: documento básico/Secretaria da Educação: coordenação geral, Maria Inês Fini. –São Paulo: SEE, 2009. Resolução SE nº 27, de 29 de março de 1996. Dispõe sobre o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo

			Resolução SE nº 41, de 31-07-2014 Ementa: Dispõe sobre a realização das provas de avaliação relativas ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP/2014. Resolução SE - 74, de 6-11-2008Institui o Programa de Qualidade da Escola – PQE - Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo – IDESP. SEE - Relatório Pedagógico. SARESP 2016. Fundação Vunesp. Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE. São Paulo, 2017. SOARES, J. F. Índice de desenvolvimento da educação de São Paulo – IDESP - bases metodológicas. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 23, n. 1, p. 29-41, jan./jun. 2009.
--	--	--	--

1 - FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

CAPÍTULO I - DELIBERAÇÃO CEE-SP Nº 111/2012	PROPOSTA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
	DISCIPLINA (S) (onde o conteúdo é trabalhado)	Indicar somente os textos principais da Bibliografia Básica onde o conteúdo é contemplado

Art. 8º A carga total dos cursos de formação de que trata este capítulo terá no mínimo 3.200 (três mil e duzentas) horas, assim distribuídas:	400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular – PCC – a serem articuladas aos conhecimentos específicos e pedagógicos, e distribuídas ao longo do percurso formativo do futuro professor, em conformidade com o item 2, da Indicação CEE nº 160/2017, referente a esta Deliberação.	PCC: Portfólio como instrumento sistematizador da produção de conhecimento – 40 horas PCC: Projeto Interdisciplinar- Cinema na Escola – 60 horas PCC: Projeto de Aprendizagem Baseada em Problemas – 60 horas PCC: Reflexões do Contexto Escolar – 60 horas PCC: Metodologias na Prática Escolar – 60 horas PCC: Metodologias Inovadoras – 60 horas PCC: Gestão Escolar – 60 horas ALENCAR, S.E.P. O cinema na sala de aula: uma aprendizagem dialógica da disciplina história. ARANHA, M.L. História da Educação. ARAÚJO, S. A. Possibilidades pedagógicas do cinema em sala de aula. ARROYO, M. O significado da infância. BRASIL, Ministério da Educação. Parecer CNE/CES n. 744, de 3 de dezembro de 1997. BRASIL, Ministério da Educação. Parecer CNE/CP n.9 de 08 de maio de 2001, Brasília, DF, 2001. BRASIL. Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. BRASIL/MEC. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. CAMBI, F. História da Pedagogia. CANAVARRO, A. P., MARTINS, C. e ROCHA, I. (2007). Avaliação na formação de professores. CARMO, L. Revista Ibero Americana de Educação. DUARTE, R. Cinema & Educação. FAZENDA, I. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa. HERNÁNDEZ, F. & VENTURA, M. A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. LEITE, S. A. S. A construção da escola pública democrática: algumas reflexões sobre a política educacional. LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. LIBÂNEO, J. C. Didática. LÜCK, H. et al. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. MIZUKAMI, M. G. N. Ensino: as abordagens do processo. MORAN, J.M. O Uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na EAD - uma leitura crítica dos meios. MORIN, E. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. PEIXOTO, L. Porque uma Base Nacional Comum Curricular? Pereira, J. E. D. A prática como componente curricular na formação de professores. SÁ-CHAVES, I. Os “portfólios” reflexivos (também) trazem gente dentro. Reflexões em torno do seu uso na humanização dos processos educativos. SAVIANI, D. Escola e democracia. SOUZA, C. P. Evocação da entrada na escola: relatos autobiográficos de professoras e professores SOUZA NETO, S.; SILVA, S.P. Prática como componente curricular: questões e reflexões. VEIGA SIMÃO, A. M., LOPES DA SILVA, A. & SÁ, I (Orgs.) Autorregulação da Aprendizagem: das Concepções às
--	---	--

			Práticas. Coleção Ciências da Educação.
--	--	--	---

OBSERVAÇÕES:

PROJETO DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR – PCC

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A ideia de permear todo processo de formação como “prática” não é algo recente. Teóricos e Conselheiros como Valnir Chagas já assinalam em 1975 a importância de que os currículos para formação dos professores fossem perpassados pela “prática” (SOUZA NETO; SILVA, 2014).

A partir daí os estudos começaram a estar voltados para o entendimento do que seria essa “prática”. Assim, surgiu a proposta de prática de ensino nos currículos, ideia preconizada pelo Parecer CNE/CP n. 9/2001 e no Parecer CNE/CP n. 21/2001. No entanto, esta proposta gerou grandes discussões, que envolveram a prática de ensino articulada com o estágio, principalmente no que tange a carga horária que deveria estar destinada aos mesmos.

Diante disso, é importante ressaltar que a Prática de Ensino e Prática como Componente Curricular, se diferem por sua própria natureza. A primeira tem uma articulação direta com o estágio, pois segundo o artigo 3 do Parecer n.744 de 3 de dezembro de 1997, “[...] a prática de ensino deverá incluir, além de atividades de observação e regência em classe, ações relativas ao planejamento, análise e avaliação do processo pedagógico”. Já a segunda, conforme Souza Neto e Silva (2014, p.89, grifo nosso) apoiado no Parecer CNE/CP n. 28/2001 relata que:

A prática como componente é, pois uma prática que produz algo no âmbito do ensino. **Sendo a prática um trabalho consciente [...]**
Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer **deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo.**

A partir do que Souza Neto e Silva (2014) preconizam a Faculdades de Dracena priorizara nesta proposta de Prática como Componente Curricular o estabelecimento de Projetos Interdisciplinares que ocorrerão semestralmente no decorrer dos 07 (sete) semestres dos Cursos de Licenciatura em Educação Física, Letras, Arte, Matemática, Computação e o Curso de Pedagogia. Estes projetos visam estabelecer uma articulação com o contexto escolar, a partir de um processo dialético que articula a teoria e a prática dos futuros professores. Assim, enfatiza como objetivo principal a formação de sujeitos reflexivos, conscientes de seu papel enquanto professores no contexto contemporâneo escolar.

Nessa perspectiva, as 400 horas que envolvem a “Prática como Componente Curricular” estarão distribuídas no decorrer dos 07 (sete) semestres dos Cursos de licenciatura e Pedagogia enfatizando as seguintes temáticas:

QUADRO 1 - DISTRIBUIÇÃO DE PROJETOS INTERDISCIPLINARES NO DECORRER DOS SEMESTRES

Semestres	Projetos Interdisciplinares	Carga Horária
1º	Portfólio como instrumento sistematizador de conteúdo	40 horas
2º	Cinema na Escola	60 horas
3º	Aprendizagem Baseada em Problemas	60 horas
4º	Reflexões do Contexto Escolar	60 horas
5º	Metodologia na Prática Escolar	60 horas
6º	Metodologias Inovadoras	60 horas
7º	Gestão Escolar	60 horas

O PRINCÍPIO DA INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE NA CONSTRUÇÃO DE PROJETOS

A discussão sobre os assuntos acima citados dar-se-ão a partir de premissas interdisciplinares. A gênese do desenvolvimento de trabalhos a partir de uma perspectiva interdisciplinar teve suas primeiras discussões a partir da Lei nº 5.692/71. As reflexões acerca do assunto se ampliaram a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases Nº 9.394/96 e com os Parâmetros Curriculares Nacionais em 1997. Atualmente o princípio interdisciplinar permeia as Diretrizes Curriculares, o Plano Nacional de Educação e a proposta da Base Nacional Comum Curricular.

Além da sua grande influência na legislação e nas propostas curriculares, a interdisciplinaridade tornou-se cada vez mais presente no discurso e na prática de professores. A utilização da interdisciplinaridade como forma de desenvolver um trabalho de integração dos conteúdos de uma disciplina com outras áreas de conhecimento contribui para o aprendizado do aluno.

A partir da interdisciplinaridade é possível a interação entre disciplinas e ou assuntos aparentemente distintos, mas que possuem um eixo comum. Esta interação possibilita a formulação de um saber crítico-reflexivo, saber esse que deve ser valorizado cada vez no processo de ensino-aprendizado. É por meio dessa perspectiva que ela surge como uma forma de superar a fragmentação entre as disciplinas e os assuntos emergentes presentes no contexto escolar, tais como as discussões sobre gênero, raça, educação ambiental, saúde, violência, dentre outros.

Segundo Fazenda (1999), a interdisciplinaridade pressupõe um compromisso com a realidade. Nesse sentido a mesma tem como ênfase integrar as outras disciplinas escolares no contexto que vise trabalhar a realidade da comunidade a qual o aluno se encontra. Como podemos perceber nas palavras de Libâneo (1994), o processo de ensino se caracteriza pela combinação de atividades do educador e de seus educandos, entendemos assim então que, o educador dirige o estudo das matérias e assim, os alunos atingem progressivamente o desenvolvimento de suas capacidades mentais.

Já transdisciplinaridade é um enfoque pluralista do conhecimento que tem como objetivo, através da articulação entre as inúmeras faces de compreensão do mundo, alcançar a unificação do saber. Assim, unem-se as mais variadas disciplinas para que se torne possível um exercício mais amplo da cognição humana.

Este olhar múltiplo permite que se abranja a complexidade crescente do mundo pós-moderno, o que justifica a definição da transdisciplinaridade como um fluir de ideias e, mais particularmente, um movimento de reflexão sobre estes conceitos atuais presentes na sociedade e que incidem de maneira significativa no contexto escolar.

O desenvolvimento de propostas interdisciplinares no contexto do ensino superior garante aos futuros docentes o desenvolvimento da capacidade de relacionar as áreas de conhecimento, estabelecendo um sentido a partir da realidade e do contexto em que irão atuar. A vivência dessa experiência desde a formação inicial permite a aproximação com o conceito interdisciplinar e também com as propostas curriculares atuais, tais como a Base Nacional Comum Curricular que:

[...] propõe que a interdisciplinaridade como eixo articulador dos conceitos presentes nos componentes curriculares. Assim, desde a elaboração do documento preliminar – elaborado por uma comissão de 116 especialistas e 10 assessores – sugere-se mais claramente as possibilidades de diálogo

entre os componentes curriculares. "Estamos agora em um processo de revisão do documento preliminar, que, dentre outras coisas, está mapeando as possibilidades de interdisciplinaridade mais próximas entre objetivos de aprendizagem de diferentes componentes curriculares em uma mesma etapa de escolarização", explica Hilda Aparecida Micarello, coordenadora pedagógica da Comissão de Especialistas para elaboração da Base Nacional. (PEIXOTO, 2015, p.04)

Diante disso, nossa proposta visa desenvolver as capacidades interdisciplinares em nossos licenciandos a partir de assuntos de ordem metodológica e assuntos que permeiam a vivência da realidade do contexto escolar em que os mesmos irão atuar após a formação inicial. Nessa perspectiva, apresentaremos a seguir o quadro síntese e seu detalhamento do que pretendemos desenvolver a partir de cada assunto.

Síntese dos Projetos Integradores – Propostas para atender à PCC – 400h

Prática como componente curricular (PCC)	Etapa envolvida	Carga horária (h)	Descrição da atividade	Disciplinas relacionadas	Registro / Avaliação do PCC
Portfólio como instrumento sistematizador de conteúdo	1º semestre	40	Neste semestre o aluno aprenderá a utilizar o portfólio como instrumento sistematizador de conteúdo. Para isso, desenvolverá, juntamente com demais estudantes, atividades interdisciplinares em que esteja presente o uso do portfólio como uma maneira de articular os conhecimentos experienciais dos estudantes, com a teoria oriunda das disciplinas e à realidade escolar em que serão inseridos após a formação inicial.	✓ Psicologia do Desenvolvimento e do Ciclo Vital; ✓ Filosofia da Educação; ✓ Introdução e História da Educação Física.	Todas as práticas como componente curricular deverão ser registradas através de uma resenha crítica (resumo da atividade, destaque dos pontos fortes, apontamento das deficiências e/ou pontos que, sob a ótica do aluno, poderiam ser melhor trabalhados). A resenha deve fazer parte do portfólio do aluno, que será um dos instrumentos de avaliação ao final de cada semestre.
Cinema na Escola	2º semestre	60	Neste semestre o aluno irá refletir acerca dos problemas que circundam a escola e as possíveis formas que poderão encontrar, com base nas teorias que fundamentam o seu processo de formação, para amenizar ou até mesmo sanar alguns deles. Para isso, serão utilizados filmes ou documentários que retratem o contexto escolar, e que promovam essa reflexão.	✓ Psicologia da Aprendizagem; ✓ Comunicação e Expressão; ✓ História da Educação e das Relações Étnico Raciais; ✓ Sociologia da Educação.	
Aprendizagem Baseada em Problemas	3º semestre	60	Neste semestre os alunos trabalharão com situações problemas que retratem a realidade vivenciada no contexto contemporâneo escolar. A Aprendizagem Baseada em Problemas é um método de aprendizagem significativo e eficaz,	✓ Educação Especial e Inclusiva ✓ Diretrizes Curriculares: Fundamentos e Práticas.	

			que será utilizado nesta prática para a reflexão e construção de conhecimentos e soluções para algumas situações vivenciadas pelo professor em sua prática profissional (por exemplo: violência sexual, bullying, etc).		
Reflexões do Contexto Escolar	4º semestre	60	Neste semestre os estudantes, já inseridos no contexto da escola por meio do estágio supervisionado, deverão produzir reflexões acerca de suas vivências nesse cenário. Para tanto, será utilizada a técnica de construção de narrativas. Neste instrumento, os estudantes farão descrições de algumas vivências observadas na escola (relação professor/aluno; relação gestão/professores, etc), que serão compartilhadas e refletidas com os colegas e professores no decorrer do desenvolvimento da PCC.	✓ Didática Geral; ✓ Avaliação do Ensino e Recuperação da Aprendizagem; ✓ Prática de Ensino - Fundamentos Pedagógicos de Cultura Corporal e Movimento; ✓ Introdução à Língua Brasileira de Sinais: LIBRAS.	
Metodologia na Prática Escolar	5º semestre	60	Neste semestre o aluno deverá desenvolver, a partir de uma de suas vivências na prática do estágio, um projeto de caráter interdisciplinar (baseado na Pedagogia por Projetos), visando a ressignificação do espaço escolar, transformando-o num espaço vivo de interações, aberto ao real e às suas múltiplas dimensões. Essa prática permitirá o crescimento do estudante no que tange o conhecimento de procedimentos de ensino aprendizagem que contemplem e se adequem a perspectiva interdisciplinar.	✓ Políticas Públicas e Legislação Educacional; ✓ Prática de Ensino - Atividade física na Infância; ✓ Prática de Ensino - Dimensão do Esporte Escolar.	
Metodologias Inovadoras	6º semestre	60	Neste semestre o aluno participará de grupos de estudo que permitirão, através de pesquisas, dos saberes experienciais advindos da prática do estágio na escola e de reflexões, a análise de metodologias inovadoras que estão sendo utilizadas no contexto escolar e que possam fazer diferença no processo de ensino-aprendizagem de seus futuros alunos por meio de suas práticas pedagógicas.	✓ Avaliação: Instrumentos e Indicadores; ✓ Gestão, Planejamento e Projeto Pedagógico; ✓ Prática de Ensino - Inclusão e Temas Transversais em Educação Física; ✓ Educação Física Adaptada.	
Gestão Escolar	7º semestre	60	Neste semestre os alunos	✓ Informática Aplicada à	

			trabalharão com situações problemas (Aprendizagem Baseada em Problemas) que retratem a realidade vivenciada no contexto de gestão escolar. Esta proposta visa uma aproximação da realidade que envolve a atuação do gestor na escola, permitindo a construção de conhecimentos e vivências sobre este processo. O conhecimento do cenário escolar à luz de sua gestão se faz como primordial no desenvolvimento do processo de formação dos futuros professores, uma vez que poderão atuar como gestores escolares e precisarão assumir uma postura inovadora, democrática e participativa.	✓ ✓	Educação Física; Esportes de Aventura; Atividade Física para Populações Especiais.	
--	--	--	---	--------	--	--

Os Projetos Interdisciplinares Semestrais

Portfólio como instrumento sistematizador de conteúdo

O portfólio é mais do que uma coleção de trabalhos realizados pelo estudante ao longo do tempo, uma vez que promove o aparecimento de uma aprendizagem reflexiva. Neste contexto, “[...] falamos então de portfólios híbridos que mantêm a possibilidade de escolha de materiais para avaliação, mas que têm de respeitar critérios de seleção e de reflexão preestabelecidos” (VEIGA SIMÃO, 2005, p. 282).

A elaboração do portfólio enquanto instrumento de formação e reflexão possibilita ao estudante promover a autorreflexão por meio das experiências vivenciadas. Adicionalmente, promove a avaliação conjunta com o docente ao partilhar com este os aspectos relevantes de todo o processo.

Canavarro, Martins e Rocha (2007) consideram o portfólio como um instrumento de avaliação de grande relevância, cujas informações nele contidas possibilitam ao professor, verificar o processo de aprendizagem contínuo. Deste modo o portfólio assume cada vez mais importância na formação de professores.

Segundo Sá-Chaves (2000), o portfólio proporciona o diálogo entre o professor e os estudantes que serve não só para fins de avaliação, como também, facilita o alargamento e diversificação de entendimento entre si, o que estimula o desenvolvimento de um pensamento reflexivo. A sua utilização permite que se desenvolva uma prática reflexiva, possibilitando ao formando um papel ativo na sua construção, de forma a tomar consciência do valor do “aprender a aprender” e poder melhorar a sua prática de forma contínua, traçando objetivos que o orientem no seu desenvolvimento profissional e individual.

Esta prática implica de igual modo, a planificação das atividades educativas, a produção de reflexões que caracterizam o contexto e os seus participantes, as relações interpessoais, as competências e os novos conhecimentos que foram adquiridos ao longo do processo de formação inicial, (SÁ-CHAVES, 2005).

De acordo com Sousa (1998, p.155) o portfólio pode ser olhado como um modelo de avaliação desencadeador e registador do fluir do desenvolvimento cognitivo do estudante, com a vantagem de uma relação educativa menos competitiva, facilitadora não só do desenvolvimento da sua autonomia, mas também de todo o processo de formação, investigação e intervenção.

Diante disso, no decorrer do primeiro semestre o aluno aprenderá a utilizar o portfólio como instrumento sistematizador de conteúdo. Para isso, desenvolverá, juntamente com demais estudantes, atividades interdisciplinares em que esteja presente o uso do portfólio como uma maneira de articular os conhecimentos experienciais dos estudantes, com a teoria oriunda das disciplinas e à realidade escolar em que serão inseridos após a formação inicial.

9.6.1.2 Cinema na Escola

A ideia de educar pelo cinema é altamente relevante e antiga, pois, segundo ARAÚJO (2007), desde os primórdios da produção cinematográfica a indústria do cinema sempre foi considerada, inclusive pelos próprios produtores e diretores, um poderoso instrumento de educação e instrução. Pode-se dizer que, como afirma Alencar:

O cinema possibilita o encontro entre pessoas, amplia o mundo de cada um, mostra na tela o que é familiar e o que é desconhecido e estimula o aprender. Penso que o cinema aguça a percepção a torna mais ágil o raciocínio na medida em que, para entendermos o conteúdo de um filme, precisamos concatenar todos os recursos da linguagem fílmica utilizados no desenrolar do espetáculo e que evoluem com rapidez. (ALENCAR, 2007, p. 137).

Percebe-se então claramente que o cinema se insere mais facilmente na mente do estudante, e o conteúdo do que está se passando no filme pode atuar como recurso pedagógico, pois é bastante flexível quanto ao modo de retratar qualquer assunto. De acordo com Viana (2002),

[...] o adequado equilíbrio entre as palavras e as imagens, facilita os processos de desenvolvimento do pensamento em geral e, em particular no processo de ensino/aprendizagem. É por isso que se assinala que sem sensações, percepções e representações, não há desenvolvimento do pensamento; daí, ser importante, sempre que possível, além das palavras, usar representações visuais (VIANA, 2002, p.77).

Desta forma, o cinema pode muito bem servir como instrumento útil ao processo de ensino-aprendizagem, pois educar pelo cinema ou utilizar o cinema no processo de ensino é ensinar a ver diferente. É educar o olhar. A educação está passando por uma fase em que o professor deve se desdobrar para atingir seu objetivo de educar, devido a dificuldades diversas a serem enfrentadas, fazendo com que a prática de ensino seja um tema bastante discutido entre os estudiosos da educação, pois qualquer tipo de aperfeiçoamento que se faça com o objetivo de auxiliar na prática para melhor aproveitamento do aluno é bem-vindo.

Teoria e prática precisam andar juntas, afim de que uma complemente a outra. Assim, como o cinema é uma arte visual relativamente nova, pode ampliar a visão da educação dada em sala de aula e oferecer forma diferente de ensinar. Pois:

O significado cultural de um filme (ou de um conjunto deles) é sempre constituído no contexto em que ele é visto e/ou produzido. Filmes não são eventos culturais autônomos, é sempre a partir dos mitos, crenças, valores e práticas sociais das diferentes culturas que narrativas orais, escritas ou audiovisuais ganham sentido (DUARTE, 2002, p. 51-52).

Assim, o docente necessita descobrir nos filmes o processo de escolarização e retirar deles reflexões que instiguem os estudantes a raciocinar mais profundamente, pois aí está a chave da utilização do cinema na sala de aula. A informação que deve ser retirada do filme nem sempre está explícita nas cenas, pode estar subentendida em uma fala, em um cenário, em um modo de agir dos personagens, etc. Cabe ao professor direcionar a ligação entre o filme e o conhecimento. Com relação a isso, Carmo, afirmou que:

[...] o cinema pode cumprir um papel saudável e esclarecedor no processo de escolarização. Não há como compreender a comunicação imagética sem o pensamento, sem o esforço intelectual. O acesso fácil às imagens não quer dizer um fácil entendimento de suas formas (CARMO, 2003, s/p).

Assim, ao se dispor a ver filmes como fonte de conhecimento e de informação, a análise dos filmes “[...] ajuda professores e estudantes a compreender (apreciar e, sobretudo, respeitar) a forma como diferentes povos educam/formam as gerações mais novas. É sempre um mundo novo, construído na e pela linguagem cinematográfica, que se abre para nós” (DUARTE, 2002, p. 106). Por esta razão, o professor que conseguir fazer a associação entre cinema e educação tem

grande chance de ter sucesso no processo de ensino aprendizagem do conteúdo a ensinar, pois a linguagem fascinante do cinema reúne ao mesmo tempo, questões políticas, econômicas, existenciais e sociais.

Nesse sentido, neste semestre o aluno irá refletir acerca dos problemas que circundam a escola e as possíveis formas que poderão encontrar, com base nas teorias que fundamentam o seu processo de formação, para amenizar ou até mesmo sanar alguns deles. Para isso, serão utilizados filmes ou documentários que retratem o contexto escolar, e que promovam essa reflexão.

Estão em nosso rol de escolhas filmes e documentários tais como:

- ✓ **Escritores da Liberdade:** que retrata alunos rebeldes e sem vontade de aprender, ancorados em uma constante tensão racial. Assim, para fazer com que os alunos aprendam e também falem mais de suas complicadas vidas, a professora Gruwell (Hilary Swank) lança mão de métodos diferentes de ensino;
- ✓ **Entre os muros da escola:** que apresenta François Marin um professor de língua francesa em uma escola de ensino médio, localizada na periferia de Paris. Ele e seus colegas de ensino buscam apoio mútuo na difícil tarefa de fazer com que os alunos aprendam algo ao longo do ano letivo. François busca estimular seus alunos, mas o descaso e a falta de educação são grandes complicadores;
- ✓ **Mentes perigosas:** discorre sobre uma ex-oficial da marinha que abandona a vida militar para ser professora de inglês. Só que logo na primeira escola em que começa a lecionar, ela vai se deparar com diversas barreiras. Sendo um colégio de negros, latinos, e na maioria de pessoas pobres, ele terá que lidar com a rebeldia dos alunos. Como a professora *Louanne Johnson* não consegue através de métodos convencionais a atenção da sua classe, ela parte para outra forma de ensino. Passa a dar aulas com karatê e músicas de Bob Dylan, tentando ajudar a turma através de métodos pouco convencionais.
- ✓ **A língua das mariposas:** Trata do menino Moncho que teve sua vida transformada começando na escola, vivia em tempo de fazer amigos e descobrir novas coisas, até o início da Guerra Civil Espanhola, quando ele reconhecerá a dura realidade de seu país. Rebeldes fascistas abrem fogo contra o regime republicano e o povo se divide. O pai e o professor do menino são republicanos, mas os rebeldes ganham força, virando a vida do garoto de pernas para o ar.
- ✓ **Filhos do silêncio:** Conta a história de James Leeds um idealista professor de linguagem de sinais que gosta de usar métodos pouco convencionais. Na escola em que acaba de ser contratado ele conhece Sarah Norman (Marlee Matlin), uma mulher arredia e fechada que continua na escola mesmo após ter se formado. Ao perceber o medo que a jovem tem do mundo, ele tenta se aproximar e ajudá-la, e o que era um desafio profissional logo transforma-se em uma louca paixão.
- ✓ **Maria Montessori: uma Vida Dedicada as Crianças:** O filme conta a emocionante história da primeira mulher italiana formada em uma faculdade de medicina e de suas lutas contra o fascismo italiano pela aceitação de seu método de ensino, abordando seus dramas pessoais devido ao filho ilegítimo e aos costumes da época. A médica e professora Maria Montessori foi uma mulher à frente do seu tempo, que dedicou sua vida ao estudo e à pesquisa do mais fundamental e difícil problema do homem: a sua formação.

9.6.1.3 Aprendizagem Baseada em Problemas

Um dos maiores desafios da educação na atualidade é promover reformas que, de fato, acompanhem o desenvolvimento científico, tecnológico, social, cultural, econômico e ambiental, tendo em vista contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, social e economicamente.

O processo de reforma na educação, que, inevitavelmente, traz diversas mudanças, entre as quais romper com estruturas rígidas e com o modelo de ensino tradicional (LIBÂNEO, 1992; FREIRE, 1996, 2011; CAMBI, 1999; MIZUKAMI, 1986; SAVIANI, 1991) precisa investir na formação de professores com vistas ao desenvolvimento de competências que lhes permitam recuperar a dimensão essencial do ensino e da aprendizagem, que é a produção de conhecimento pertinente (MORIN, 2000) e significativo para contribuir com a formação de profissionais que irão atuar na sociedade, de forma inovadora e ética, com o cuidado necessário nas relações entre os seres humanos e o meio ambiente.

Muitas vezes, as experiências inovadoras são introduzidas a partir de práticas de ensino individuais bem sucedidas, cujos docentes alcançaram resultados de destaque em sua atuação pedagógica, facilitando, por isso, sua disseminação e ampliação nas demais instituições. Assim, na contramão do modelo tradicional de ensino, as experiências desenvolvidas buscam inovar, tendo em vista a exploração de novas possibilidades no contexto educacional, para mobilizar processos significativos de mudança.

Nesse cenário, em que se visa à satisfação da demanda por novas formas de trabalhar com o conhecimento, surge a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) como um método de aprendizagem inovador, contrapondo-se aos modelos didáticos de ensino apoiados em perspectivas ditas tradicionais, em que o professor é o centro do processo de transmissão de saberes para alunos que apenas recebem e memorizam o conhecimento transmitido.

Nesse contexto a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) trata-se, portanto, de um método de aprendizagem centrado no estudante, que deixa o papel de receptor passivo do conhecimento e assume o lugar de protagonista de seu próprio aprendizado por meio da pesquisa.

Nesse sentido, neste semestre os alunos trabalharão com situações problemas que retratem a realidade vivenciada no contexto contemporâneo escolar. A Aprendizagem Baseada em Problemas é um método de aprendizagem significativo e eficaz, que será utilizado nesta prática para a reflexão e construção de conhecimentos e soluções para algumas situações vivenciadas pelo professor em sua prática profissional (por exemplo: violência sexual, bullying, etc).

9.6.1.4 Reflexões do Contexto Escolar

Todos nós, que passamos pela escola, temos diversas lembranças sobre como era ser aluno e como os acontecimentos vividos dentro dos muros da instituição e nos seus arredores podem ter um significado enorme na vida de uma criança ou de um adolescente. Muitos destes acontecimentos são diretamente relacionados às características do ensino, com todas as suas potencialidades e pontos críticos, o que nos leva à necessidade de falar das políticas públicas direcionadas à Educação, desde o momento de suas criações, até a forma de implementação no cotidiano escolar.

Segundo Souza (2007), a escola é um local de paradoxos, assim como toda instituição. Ao mesmo tempo em que neste espaço existem forças que levam ao sofrimento e ao fracasso, é formada por seres humanos que se dedicam a construir conhecimento, amor, cidadania, entre outros. Desta maneira, embora todos nós tenhamos lembranças de profunda admiração por pessoas que passaram e marcaram as nossas vidas escolares, não podemos negar que o ensino público no Brasil, há algum tempo, está em uma situação extremamente complexa.

Decorrente desta situação das escolas públicas, uma consequência grave que enfrentamos é o não cumprimento daquilo que a escola tem como objetivo atingir: o acesso à educação de qualidade a todos. Patto (2008) relata a trajetória das diferentes concepções de causas do fracasso escolar. Iniciado pela ideia da "teoria da carência cultural", o pensamento que buscava uma causa ou um culpado para o fracasso escolar passou por momentos em que a responsabilidade por este fenômeno estava calcada na concepção da relação empobrecida entre mães e filhos das camadas populares e pais desinteressados. Mais adiante, o discurso passou a atribuir como centro do problema a falta ou insuficiência na formação dos professores para atender determinados públicos.

Podemos observar um deslocamento do que era entendido como causa do fracasso escolar, procurando por um "culpado", ainda sem considerar as relações estabelecidas a partir deste contexto (SOUZA, 2007). Leite (2007) inicia uma discussão sobre qual é a função da escola. Ele afirma que essa, embora pareça uma questão simples, ao contrário disso, apresenta diversos olhares e diferentes concepções no decorrer da história das sociedades capitalistas. Entretanto, algo importante é que a maneira com que os homens e mulheres que trabalham no ambiente escolar realizam as suas tarefas difere de acordo com as ideias que estes profissionais possuem a respeito da função da educação.

Para o autor (2007), uma questão que permeia todas estas mudanças e os pontos de vista dos profissionais da educação é se a escola, em especial a escola pública, consegue, de fato, colaborar para uma sociedade mais justa, mais humana e que consiga contribuir para a superação da opressão, ou seja, contribuir para a formação de sujeitos críticos e transformadores.

Nesse sentido, Neste semestre os estudantes, já inseridos no contexto da escola por meio do estágio supervisionado, deverão produzir reflexões acerca de suas vivências nesse cenário. Para tanto, será utilizada a técnica de construção de narrativas. Neste instrumento, os estudantes farão descrições de algumas vivências observadas na escola (relação professor/aluno; relação gestão/professores, etc), que serão compartilhadas e refletidas com os colegas e professores no decorrer do desenvolvimento da PCC.

9.6.1.5 Metodologia na Prática Escolar

Os avanços das ciências, o processo de urbanização acelerada, as mudanças sociais causadas pelo processo de industrialização viabilizaram uma renovação na organização do ensino. Esse processo ficou conhecido como Escola Nova (ARANHA, 1996). No Brasil, esse movimento chegou a partir da década de 1930, como uma reação à educação tradicional, caracterizada pelo imobilismo, pela descontextualização da escola e vida e pelo processo de ensino-aprendizagem centrado no professor.

Contrariamente, a Escola Nova propõe uma educação voltada aos interesses infantis (Pestalozzi e Fröebel); projetos integrados (Ferrière, Krupskaja e Makarenko); temas lúdicos, ensino ativo, atividade livre e estimulação sensório-motora (Montessori e Decroly); valorização da experiência (Dewey); valorização do trabalho, atividade em grupo, cooperação e participação (Freinet) etc.

No Brasil, nos anos 1960, Paulo Freire é destaque na educação brasileira com a introdução de problemas políticos e socioculturais no processo escolar, através da educação libertadora e os chamados temas geradores. Suas ideias são conhecidas mundialmente e divulgadas através de seus livros, dentre eles “Pedagogia do Oprimido” e “Pedagogia da Autonomia”. Jurjo Santomé e Fernando Hernandez, a partir da década de 1990 (Espanha), propõem o currículo integrado e os projetos de trabalho, que vão influenciar propostas pedagógicas e documentos oficiais brasileiros. Temos também a contribuição de Antoni Zabala, no início deste século, que propõe o projeto educativo abordado por um enfoque globalizador fundado na interdisciplinaridade.

Mais recentemente, com o desenvolvimento de novas tecnologias da informação e comunicação, muitos educadores defendem um currículo plural, permeado de temas, questões e problemas que se fazem presente no cotidiano de todos nós. Dentre eles, merece destaque Arroyo (1994, p. 31) que afirma:

Se temos como objetivo o desenvolvimento integral dos alunos numa realidade plural, é necessário que passemos a considerar as questões e problemas enfrentados pelos homens e mulheres de nosso tempo como objeto de conhecimento. O aprendizado e vivência das diversidades de raça, gênero, classe, a relação com o meio ambiente, a vivência equilibrada da afetividade e sexualidade, o respeito à diversidade cultural, entre outros, são temas cruciais com que, hoje, todos nós nos deparamos e, como tal, não podem ser desconsiderados pela escola.

Neste sentido, neste semestre o aluno participará de grupos de estudo que permitirão, através de pesquisas, dos saberes experienciais advindos da prática do estágio na escola e de reflexões, a análise de metodologias inovadoras que estão sendo utilizadas no contexto escolar e que possam fazer diferença no processo de ensino-aprendizagem de seus futuros alunos por meio de suas práticas pedagógicas.

O trabalho com projetos inaugura nova perspectiva para compreendermos o processo de ensino-aprendizagem. Aprender deixa de ser um simples ato de memorização e ensinar não significa mais repassar conteúdos definidos ou prontos. Todo conhecimento passa a ser construído em estreita relação com o contexto em que é utilizado, sendo, por isso mesmo, impossível separar os aspectos cognitivos, emocionais e sociais presentes nesse processo.

Os projetos pedagógicos interdisciplinares são modos de organizar o ato educativo que indicam uma ação concreta, voluntária e consciente que é decidida tendo-se em vista a obtenção de algo formativo, determinado e preciso. Diante disso, aprimora a escolha por procedimentos de ensino aprendizagem contextualizados com a realidade escolar.

Segundo Hernandez e Ventura (1998, p. 61):

A função do projeto é favorecer a criação de estratégias de organização dos conhecimentos escolares em relação a: 1) o tratamento da informação, e 2) a relação entre os diferentes conteúdos em torno de problemas ou hipóteses que facilitem aos alunos a construção de seus conhecimentos, a transformação da informação procedente dos diferentes saberes disciplinares em conhecimento próprio.

Se a disciplina tem por objeto a transmissão de um saber específico, restrito e fragmentado a ser adquirido por meio de ferramentas específicas, o projeto pedagógico interdisciplinar vai além. Trata-se de uma construção pedagógica que deve ser entendida como conjunção global de múltiplos meios, que oferecerão suporte à busca e construção do conhecimento.

9.6.1.6 Metodologias Inovadoras

Mudanças, geralmente, representam desafios. Na educação não é diferente. A adoção de novas tecnologias e metodologias de ensino passa por um período de desconfiança antes de ser amplamente aceita e efetivada no dia a dia. No Brasil, mesmo a passos lentos, somam-se as experiências que estimulam os estudantes a serem proativos na busca pelo conhecimento e pelo desenvolvimento de competências. Escolas que quebram as barreiras do processo ensino-aprendizagem tradicional ousam na organização do ambiente, na utilização de novas didáticas e recursos e na mobilização de alunos, professores, familiares e comunidade.

Uma das fontes inspiradoras para essas escolas consideradas inovadoras é a Escola Básica da Ponte, em Portugal. Desde a década de 1970, a instituição aplica a educação democrática, que substitui as salas de aula por espaços de trabalho em grupo, propõe a atuação dos professores como tutores e está mais centrada em dar condições para o autodesenvolvimento do alunado, entre tantos outros instrumentos pedagógicos que constituem o projeto educativo.

Essa nova realidade está baseada nos princípios de que a escolarização e o trajeto de crescimento de cada pessoa são únicos e irrepetíveis e na necessidade de valorizar a construção da identidade pessoal, estimulando a iniciativa, a criatividade e a responsabilidade.

De fato, essas práticas visam adequar a escola às mudanças que o mundo enfrenta, especialmente em relação ao acesso às informações, à velocidade das transmissões e às redes colaborativas que tanto marcam o ambiente virtual e com as quais os estudantes estão habituados a conviver. Isso significa que a atual escola e a formação dos futuros docentes precisa ser repensada e totalmente reformulada para se aproximar da nova realidade e ser mais atrativa.

A escola tem que mexer na organização de tudo o que envolve as formas de ensinar e do aluno aprender: as metodologias de ensino, a ampliação de múltiplos espaços e tempos, com a presença das tecnologias digitais no cotidiano e na sala de aula, (MORAN,1999, p.06).

O foco é uma formação que promova a autonomia do estudante. Se quisermos que os alunos sejam proativos, precisamos adotar metodologias em que os alunos se envolvam em atividades cada vez mais complexas, em que tenham que tomar decisões e avaliar os resultados. Se quisermos que sejam criativos, eles precisam experimentar inúmeras novas possibilidades expressivas (MORAN, 1999). Ou seja, as metodologias precisam acompanhar os objetivos pretendidos.

Diante disso, nossa proposta para este semestre é o desenvolvimento de grupos de estudo vinculados ao desenvolvimento dos conteúdos curriculares que pesquisem sobre metodologias inovadoras com o intuito de articular os saberes experienciais advindos da prática do estágio na escola, os estudos sobre procedimentos didáticos que fortifiquem e consolidem ainda mais a formação dos futuros professores, no intuito de que possam fazer grande diferença no processo de ensino-aprendizagem de seus futuros alunos por meio de suas práticas pedagógicas.

9.6.1.7 Gestão Escolar

Já é lugar comum a afirmação de que vivemos uma época de mudança. Porém, a mudança mais significativa que se pode registrar é a do modo como vemos a realidade e de como dela participamos, estabelecendo sua construção.

A mudança de paradigma é marcada por uma forte tendência à adoção de concepções e práticas interativas, participativas e democráticas, caracterizadas por movimentos dinâmicos e globais, com os quais, para determinar as características do meio escolar, interagem gestores, funcionários, professores e alunos.

Como paradigma, é uma visão de mundo que permeia todas as dimensões da ação humana, não se circunscreve a esta ou àquela área, a este ou àquele nível de operação. A realidade atua como um conjunto de peças de dominó colocadas em pé, lado a lado: ao se empurrar uma todas as demais irão caindo subsequentemente. Essa situação ilustra a compreensão da realidade como um sistema, daí por que todos os conceitos seriam inter-relacionados.

Mais do que isso ocorre, uma vez que um conceito está, de fato, inserido no outro. Muito embora as concepções de descentralização, democratização da gestão escolar e autonomia da escola sejam parte de um mesmo corolário, encontramos certos sistemas que buscam o desenvolvimento da democratização da gestão escolar, sem pensar na autonomia do estabelecimento de ensino e sem descentralizar poder para a mesma. Ou que pensam em construir sua autonomia, sem agir no sentido de criar mecanismos sólidos de sua democratização, em vista do que, paradoxalmente, se pode criar a autonomia do autoritarismo local.

Por outro lado, ainda, observa-se o esforço de alguns sistemas de ensino, no sentido de desenvolver nas escolas os conceitos de democratização e autonomia, de modo centralizado, o que implica uma contradição paradigmática muito comum, que faz com que os esforços se anulem. Isso porque é comum a prática de se

incentivar a promoção de mudanças de cima para baixo, na hierarquia funcional, de modo que a mudança pretendida é proposta para a escola, não sendo absorvida e praticada por quem a propõe (Lück, 1985).

Diante disso, Neste semestre os alunos trabalharão com situações problemas (Aprendizagem Baseada em Problemas) que retratem a realidade vivenciada no contexto de gestão escolar. Esta proposta visa uma aproximação da realidade que envolve a atuação do gestor na escola, permitindo a construção de conhecimentos e vivências sobre este processo. O conhecimento do cenário escolar à luz de sua gestão se faz como primordial no desenvolvimento do processo de formação dos futuros professores, uma vez que poderão atuar como gestores escolares e precisarão assumir uma postura inovadora, democrática e participativa.

Os processos de inovação das práticas pedagógicas na escola requerem gestores atentos às mudanças e dispostos a colocar os melhores projetos em prática. “Um gestor é um líder, fundamental para a aceleração das mudanças necessárias numa escola envelhecida, obsoleta e pouco relevante para a formação profissional e para a formação para a vida”, (MORAN, 1999, p.07). Esse perfil não é apenas para quem atua diretamente nas instituições de ensino, mas também para os responsáveis pela gerência da educação pública.

Muitos se justificam na burocracia, na falta de verbas, no corporativismo dos profissionais da educação para deixar tudo como está. Mas um bom gestor promove, favorece, estimula mudanças nos modelos pedagógicos, na atualização metodológica, na viabilização de recursos tecnológicos e na mobilização de professores, funcionários, famílias e comunidade (MORAN, 1999, p.07).

Os docentes também precisam assumir novas posturas, ser mais proativos e inovadores. Nessa nova visão, a atuação do professor continua a ser fundamental, mas tem uma perspectiva mais ampla: direcionar os alunos, com seus diferentes ritmos de aprendizagem e habilidades, motivá-los a novas descobertas, sendo um interlocutor capaz de estimular cada estudante no caminho da aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar que se faz como necessidade urgente habilitar aqueles que, hoje, no país, estão em sala de aula, exercendo o magistério. Em nome dessa urgência, a Prática como Componente Curricular, emerge como uma forma de ocupar um espaço significativo nos projetos pedagógicos e organizações curriculares dos cursos de licenciatura.

O rompimento com o modelo que prioriza a teoria em detrimento da prática não pode significar a adoção de esquemas que supervalorizem a prática e minimizem o papel da formação teórica. Assim como não basta o domínio de conteúdos específicos e/ou pedagógicos para alguém se tornar um bom professor, também não é suficiente estar em contato apenas com a prática para se garantir uma formação docente de qualidade. Sabe-se que a prática pedagógica não é isenta de conhecimentos teóricos e que estes, por sua vez, ganham novos significados quando diante da realidade escolar (PEREIRA, 2011).

Diante disso, esperamos que a implementação desse projeto interdisciplinar de Prática como Componente Curricular possa articular de maneira significativa a teoria com a prática a partir do estabelecimento de reflexões acerca do contexto escolar, do papel do professor e gestor no contexto contemporâneo, em que os assuntos sociais emergentes permeiam cada vez mais a construção dos currículos.

Referências

- ALENCAR, S.E.P. O cinema na sala de aula: uma aprendizagem dialógica da disciplina história. **Dissert. mestrado**. Fac. de Educação. Univ. Federal do Ceará. Fortaleza/CE. 2007.
- ARANHA, M.L. História da Educação. 2ed. **Revista Atual**. São Paulo: Moderna, 1996.
- ARAÚJO, S. A. Possibilidades pedagógicas do cinema em sala de aula. **Revista Espaço Acadêmico**, n.º 79, Mensal, Dezembro/2007.
- ARROYO, Miguel. O significado da infância. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, 1994, Brasília. Anais. Brasília: EC/SEF/DPE/COEDI. 1994. p. 88-92.

BRASIL, Ministério da Educação. Parecer CNE/CES n. 744, de 3 de dezembro de 1997. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <[http:// www.planalto.gov.br/index](http://www.planalto.gov.br/index)> acesso em 22 de jun de 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. Parecer CNE/CP n.9 de 08 de maio de 2001, Brasília, DF, 2001. Disponível em: <[http:// www.planalto.gov.br/index](http://www.planalto.gov.br/index)> acesso em 22 de jun de 2017.

BRASIL. **Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>. Acesso em 23 junho de 2017.

BRASIL/MEC. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

CAMBI, F. **História da Pedagogia.** São Paulo: UNESP, 1999

CANAVARRO, A. P., MARTINS, C. e ROCHA, I. (2007). **Avaliação na formação de professores. Alguns pontos para discussão.** Disponível em: <http://www.esev.ipv.pt/eiem2007/index_ficheiros/GD%20%20Professores.doc> Acesso em 26 de jun. de 2017.

CARMO, L. **Revista Ibero Americana de Educação.** No. 32: Maio-Agosto 2003. Disponível em acesso em: 2010

DUARTE, R. **Cinema & Educação.** – Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa.** 4 ed. Campinas: Papirus, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia.** Saberes necessários à prática educativa. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996

HERNÁNDEZ, F. & VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio.** Porto Alegre: ArtMed, 1998.

LEITE, S. A. S. A construção da escola pública democrática: algumas reflexões sobre a política educacional. In: **Orientação à queixa escolar.** São Paulo: Casa do Psicólogo. 2007

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos.** São Paulo: Loyola, 1992.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** 13 Ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LÜCK, H. et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar.** 4.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1985

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino: as abordagens do processo.** São Paulo: EPU, 1986.

MORAN, J.M. **O Uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na EAD - uma leitura crítica dos meios.** Programa TV Escola - Capacitação de Gerentes", realizado pela COPEAD/SEED/MEC em Belo Horizonte e Fortaleza, no ano de 1999.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000

PEIXOTO, L. **Porque uma Base Nacional Comum Curricular?** [online] 2015. Disponível em: <<http://www.ceale.fae.ufmg.br/pages/view/por-que-uma-base-nacional-comum-curricular-1.html>> Acesso em: 24 de junho de 2017.

Pereira, J. E. D. A prática como componente curricular na formação de professores. **Rev. Educação**, Santa Maria, v. 36, n. 2, p. 203-218, maio/ago. 2011.

SÁ-CHAVES, I. **Os “portfólios” reflexivos (também) trazem gente dentro. Reflexões em torno do seu uso na humanização dos processos educativos.** Porto: Porto Editora, 2005.

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** 24. ed. São Paulo: Cortez, 1991

SOUSA, C. P. **Evocação da entrada na escola: relatos autobiográficos de professoras e professores.** In: BUENO, B. O. et al. (Org.). A vida e o Ofício dos Professores: formação contínua, autobiografia e pesquisa em colaboração. São Paulo: Escrituras, 1998, p.31-44.

SOUZA NETO, Samuel; SILVA, Samuel Pinto da. Prática como componente curricular: questões e reflexões. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 889-909, set/dez 2014.

VEIGA SIMÃO, A. M., LOPES DA SILVA, A. & SÁ, I (Orgs.) **Autorregulação da Aprendizagem: das Concepções às Práticas.** Coleção Ciências da Educação. Lisboa: Educa & Ui&dCE. 2005.

VIANA, M. C. V., Perfeccionamiento del currículo para la formación de profesores de matemática en la UFOP. **Tese de Doutorado.** ICCP-Cuba. 2002.

1 - FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

CAPÍTULO II - DELIBERAÇÃO CEE-SP Nº 111/2012		PROPOSTA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
		Descrição Sintética do Plano de Estágio	Indicar somente os textos principais da Bibliografia Básica Específica para o Estágio
Art. 11 O estágio supervisionado obrigatório, previsto no inciso III do art. 8º, deverá ter projeto próprio e incluir:	I – 200 (duzentas) horas de estágio na escola, em sala de aula, compreendendo o acompanhamento do efetivo exercício da docência nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, bem como vivenciando experiências de ensino, na presença e sob supervisão do professor responsável pela classe na qual o estágio está sendo cumprido e sob orientação do professor da Instituição de Ensino Superior;	O estágio será realizado com ênfase em procedimentos de observação e reflexão, por meio do acompanhamento, da participação e execução de projetos de docência e gestão educacional, da avaliação do ensino, das aprendizagens e de projetos pedagógicos. Será desenvolvido nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Constará com três aspectos básicos: Observação: observar e relatar em formulário as características físicas e pedagógicas da escola; as características da clientela escolar; os aspectos didáticos e pedagógicos utilizados. Participação: prestar auxílio didático-pedagógico à coordenação e aos professores na forma de reforço aos alunos. Regência: elaborar em formulário próprio, um plano de aula; confeccionar material didático pedagógico para aula prática quando possível, ministrar a aula, segundo o Plano e auto-avaliar seu desempenho.	BARREIRO, I.M. de F.; GEBRAN, R.A. Prática de Ensino e Estágio supervisionado na formação de professores. 2006. CARVALHO, A.M.P de. Os estágios nos cursos de licenciatura. 2012. NEIRA, M.G. Educação Física – Coleção: A reflexão e a prática no ensino. V.8. São Paulo: Blucher, 2011. PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática. PIMENTA, S. G.; LIMA, Maria do S. L. Estágio e docência. RAMOS, G.N.S. (ORG.) Estágios em Educação Física: experiências de ação e reflexão. São Carlos: EdUFSCar, 2001.
	II – 200 (duzentas) horas dedicadas ao acompanhamento das atividades da gestão da escola dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, nelas incluídas, entre outras, as relativas ao trabalho pedagógico coletivo, conselhos da	Elaboração em formulário específico, de relatório das atividades escolares de reforço,	OLIVEIRA, D.A. Gestão Democrática da educação – desafios contemporâneos.

	escola, reuniões de pais e mestres, reforço e recuperação escolar, sob orientação do professor da Instituição de Ensino Superior e supervisão do profissional da educação responsável pelo estágio na escola, e, em outras áreas específicas, se for o caso, de acordo com o Projeto de Curso de formação docente da Instituição.	participação de ATPCs e dissertação sobre as suas conclusões acerca do processo de ensino-aprendizagem, fundamentando-se nas atividades de Observação, Participação e Regência.	PARO, V. H. Gestão Democrática da escola. CENPEC. Diagnóstico e plano de ação educativa: uma proposta de trabalho coletivo. MARIOTINI, S. D. A Contribuição dos Horários de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) na Formação Continuada de Professores Iniciais. Dissertação (Mestrado em Educação). TARDIF, M. Saberes Docentes e Formação Profissional.
	Parágrafo único – Os cursos de Educação Física e Artes deverão incluir estágios em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, nos termos deste artigo. (Acréscimo)	Na faculdades de Dracena, para os cursos de Educação Física e Arte, as 400 horas totais de estágio supervisionado são divididas: 50 horas na Educação Infantil, 50 horas no Ensino Fundamental I, 50 horas no Ensino Fundamental II, 50 horas no Ensino Médio, 100 horas na Gestão do Ensino e 100 horas nas Áreas Específicas.	

Projeto de Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento–ATPA

As atividades Teórico Práticas de Aprofundamento visam possibilitar o alargamento do repertório e do referencial teórico das práticas de ensino a partir de manifestações e oferta cultural local concreta. Assim, através das ATPAs pretende-se contribuir para ampliar as reflexões acadêmicas a serem apropriadas e utilizadas pelos protagonistas do processo educativo – alunos e professores – naquilo que refira aos valores culturais/estéticos e suas práticas.

Essa dinâmica pode e deve ser considerada no ensino para gerar, como propõe Paulo Freire, “Práticas Educativas Emancipadoras” (FREIRE, 1983) que permitam vislumbrar propostas de mudança social através da leitura do mundo e da inserção consciente no mesmo.

Logo, as relações entre as manifestações culturais e as diferentes propostas de ensino deverão estar articuladas, podendo ser vistas como constitutivas de linguagens, em especial as visuais, que marcam a contemporaneidade, assim como uma formação de professores comprometida com as práticas e representações sociais das comunidades, principalmente quanto às produções que compõem a cultura visual aqui entendida a partir do que propõe Hernandez como:

[...] uma diversidade de práticas e interpretações críticas em torno das relações entre as posições subjetivas e as práticas culturais e sociais do olhar”, ou seja, “do movimento cultural que orienta a reflexão e as práticas relacionadas a maneiras de ver e de visualizar as representações culturais e, em particular, refiro-me às maneiras subjetivas e intersubjetivas de ver o mundo e a si mesmo. (HERNANDEZ, 2007, p.22).

Diante disso, a proposta das Licenciaturas em Educação Física, Letras, Matemática, Arte e Computação e do Curso de Pedagogia da Faculdades de Dracena é desenvolver eventos (palestras, workshops, minicursos, congressos, mesas-redondas, entre outros), com a participação ativa do estudante na sua elaboração, implementação e execução, de caráter semestral a partir de uma perspectiva transdisciplinar incorporando as seguintes temáticas:

- ✓ **Construção da Identidade Cultural:** A identidade cultural está relacionada com a forma como vemos o mundo exterior e como nos posicionamos em relação a ele. Esse processo é contínuo e perpétuo o que significa que a identidade de um sujeito está sempre sujeita a mudanças. Nesse sentido, a identidade cultural preenche os espaços de mediação entre o mundo “interior” e o mundo “exterior”, entre o mundo pessoal e o mundo público. Nesse processo, ao mesmo tempo que projetamos nossas particularidades sobre o mundo exterior (ações individuais de vontade ou desejo particular), também internalizamos o mundo exterior (normas, valores, língua...). É nessa relação que construímos nossas identidades. Diante disso, entendemos como de extrema relevância a discussão acerca desses conceitos, tendo em vista a formação de futuros professores.
- ✓ **Educação Ambiental e Sustentabilidade:** É imperioso que no processo de formação dos futuros docentes, bem como no contexto escolar se faça presente a compreensão de que aplicando uma política que promova a importância da educação ambiental voltada principalmente para a sustentabilidade já nas escolas primárias, criaremos nas novas gerações a devida mentalidade conservacionista e será muito mais fácil implementar políticas que visem à utilização sustentável dos recursos planetários no futuro. Essa prática de convencimento, também se enquadra numa política de educação ambiental voltada para a sustentabilidade. Propiciar desde a formação inicial a oportunidade para a reflexão dessa temática é uma maneira de promover no futuro bem próximo a construção de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade.
- ✓ **Inclusão e sociedade:** A inclusão implica mudança desse atual paradigma educacional. É inegável que os velhos paradigmas da modernidade estão sendo contestados e que o conhecimento, matéria-prima da educação está passando por mudanças. As noções de “normalidade” e de “diferenças” são o resultado de relações sociais e de produções discursivas. Elas configuram-se como criações que envolvem relações de poder que buscam classificar, assegurar e marcar posições de sujeito na sociedade dividindo o mundo entre nós e eles, entre o normal e o anormal. Assim, compreendemos que se faz importante na formação dos sujeitos a discussão acerca dos preceitos inclusivos no sentido da formação de pessoas que busquem transformar a realidade social.
- ✓ **Diversidade de gênero:** pesquisas qualitativas sinalizam a recorrência com que a exclusão escolar aparece nas trajetórias de vidas das pessoas LGBT e são sempre associadas ao ódio e à violência perpetrados contra essa população, dentro do ambiente escolar. O que as investigações acima citadas fazem em comum é identificar as discriminações de gênero como causas para processos de exclusão escolar. A Defensoria Pública é um órgão que recebe inúmeras denúncias de discriminações nas escolas, sendo as principais delas: a recusa de utilização do nome social, o desrespeito à identidade de gênero de travestis e transexuais, a prática reiterada de insultos contra pessoas integrantes da população LGBT e agressões físicas ou ameaças contra mulheres. Nesse sentido, torna-se relevante a discussão acerca da temática na formação dos futuros professores.
- ✓ **Cidadania e direitos humanos:** Cidadania é a tomada de consciência de seus direitos, tendo como contrapartida a realização dos deveres. Isso implica no efetivo exercício dos direitos civis, políticos e socioeconômicos, bem como na participação e contribuição para o bem-estar da sociedade. A cidadania deve ser entendida como processo contínuo, uma construção coletiva, significando a concretização dos direitos humanos. Nessa perspectiva é imperiosa a discussão acerca dessa temática a fim de que nas instituições de ensino superior formemos sujeitos capazes de atuar como cidadãos respeitando os princípios de direitos humanos.
- ✓ **Diversidade étnico racial:** visa levar aos alunos compreender e ter consciência da importância e influência da cultura africana na sociedade atual, visando a contribuição na construção de sua personalidade, seja como afrodescendente ou não, além de inculcar o respeito a diversidade nas características físicas e culturais. Conhecer a raiz da história africana e os termos comuns a este aprendizado, é essencial para que o educador conduza de forma eficiente e eficaz o

assunto. Além da quebra de pré-conceitos, inerentes à conduta do ser humano. É dever das instituições formadoras desenvolver propostas pedagógicas que permeiem essa discussão.

- ✓ **Violência: criança, adolescente e a escola:** O Estatuto da Criança e do Adolescente especifica que toda criança deverá estar protegida de ações que possam prejudicar seu desenvolvimento. No entanto, a realidade de transgressão a esse direito atinge uma parcela significativa de crianças, que têm seu cotidiano permeado por variadas formas de violência. Torna-se de extrema importância discutir na formação de professores os aspectos que envolvem a violência sofrida por crianças e jovens, pois as mesmas influenciam o processo de desenvolvimento da aprendizagem das mesmas na escola
- ✓ **Encontro Científico da Alta Paulista:** Pesquisas indicam que a participação dos estudantes em eventos científicos pode auxiliar no desenvolvimento da formação acadêmica. É uma oportunidade de discutir sobre questões de ordem social à luz da teoria científica. Além disso, compreendemos que os eventos científicos criam a possibilidade de interação entre os estudantes e os profissionais da área e favorece o acesso a novas informações.

Atividade Teórico Prática Aprofundamento (ATPA)	Temáticas	Etapas / alunos envolvidos			Carga horária	Descrição da atividade	Registro / Avaliação da ATPA
		Elaboração	Desenvolvimento	Execução (Mês)			
Recepção novos alunos	1.Educação Ambiental e Sustentabilidade	2º semestre		Fevereiro	20	A atividade será realizada pelos alunos do 2º semestre. Neste período, deverão planejar e desenvolver uma ação de educação ambiental e sustentabilidade que será executada na recepção dos alunos novos (calouros) no início do semestre subsequente (3º semestre).	Todas as atividades teórico práticas de aprofundamento deverão ser registradas através de uma resenha crítica (resumo da atividade, destaque dos pontos fortes, apontamento das deficiências e/ou pontos que, sob a óptica do aluno, poderiam ser melhor trabalhados). A resenha deve fazer parte do portfólio do aluno, que será um dos instrumentos de avaliação ao final de cada semestre.
Semana da Inclusão da Pessoa com Deficiência	1.Inclusão e sociedade	3º semestre		Maio	20	A atividade será realizada pelos alunos do 3º, 5º e 7º semestre. No primeiro bimestre eles deverão planejar e desenvolver as atividades que serão realizadas no evento (por exemplo, oficinas sensoriais, palestras, debates, mesa redonda, etc). A execução (o evento) será em uma semana do final do semestre, envolvendo todos os acadêmicos da	
	2.Cidadania e direitos humanos	5º semestre			20		
	3.Violência: criança, adolescente e a escola	7º semestre			20		

					instituição e comunidade regional.	
Projeto Cultural	1.Construção da Identidade Cultural	1º semestre	Agosto	20	A atividade será realizada pelos alunos do 1º semestre. Neste período, deverão planejar e desenvolver atividades (sarau poético e musical, dramatizações, gincanas literárias, etc) visando a construção de uma identidade cultural. A execução (evento) será no início do semestre subsequente (2º semestre), em comemoração ao Dia do Estudante.	
Dia da Responsabilidade Social	1.Educação Ambiental e Sustentabilidade	2º semestre	Setembro	20	A atividade será realizada pelos alunos do 2º, 4º e 6º semestre. Eles deverão planejar e desenvolver as atividades que serão realizadas no evento (por exemplo, debates, mesa redonda, campanha ambiental, etc). A execução (o evento) será realizado no mês do Dia da Responsabilidade Social, envolvendo todos os acadêmicos da instituição e comunidade regional.	
	2.Diversidade de gênero	4º semestre		20		
	3.Diversidade étnico racial	6º semestre		20		
Encontro Científico da Alta Paulista	1.Construção da Identidade Cultural 2.Educação Ambiental e Sustentabilidade 3.Inclusão e sociedade 4.Cidadania e direitos humanos 5.Violência: criança, adolescente e a	8º semestre	Novembro	20	A atividade será realizada pelos alunos do 8º semestre. Eles deverão planejar e desenvolver um trabalho (resenha, relato de experiência, etc) ou artigo científico, dentro do contexto da educação, envolvendo uma das temáticas das	

	escola 6.Diversidade de gênero 7.Diversidade étnico racial				ATPAs desenvolvidas em sua formação. Este trabalho deverá ser apresentado no Encontro Científico da Alta Paulista, na modalidade pôster ou comunicação oral. O evento acontece na primeira semana do mês de novembro e envolve toda comunidade acadêmica regional.	
--	--	--	--	--	--	--

Considerações Finais

A ideia de transdisciplinaridade envolve não só os conteúdos disciplinares, mas também algo que vai entre, através e além das disciplinas. Diante disso, nossa proposta envolve temas de ordem política e social emergentes e que permeiam a prática de todos os profissionais envolvidos na educação, principalmente os professores.

Nesse sentido, encaramos que a vivência e o contato com estes temas na formação inicial se fazem de maneira imperiosa. Diante disso, esperamos que esta proposta possa qualificar ainda mais a formação de nossos futuros professores, com o intuito de que sejam agentes transformadores da realidade pela sua prática.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. A. L. **Os Direitos Humanos na Pós-Modernidade**. São Paulo: Perspectiva, 2005

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Coleção Educação e mudança vol.1.9ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983

GUERRA, V.N. A. Violência física doméstica contra crianças e adolescentes e a imprensa: do silêncio à comunicação [tese doutorado]. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica; 1996

HALL, S. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HERNÁNDEZ, F. **Catadores da Cultura Visual**: transformando fragmentos em nova narrativa educacional. Porto Alegre: Mediação, 2007.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

PARKER, R. G; BARBOSA, R. M. (Orgs.). **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 – CENTRO/SP - CEP: 01045-903

FONE: 2075-4500

1º termo

INTRODUÇÃO E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA – C/H: 40 h/a

EMENTA: A disciplina faz parte da formação geral humanística, estuda a evolução da atividade física, suas mudanças e transformações dentro do contexto histórico, contribuindo para o conhecimento da sociedade e enriquecimento individual sobre acontecimentos esportivos, que por sua vez estão ligados a outras disciplinas de formação geral técnica do curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTELLANI FILHO, L. Educação Física no Brasil: A História que não se Conta. Campinas: Papirus, 2005.

MARINHO, I.P. História da Educação Física no Brasil. São Paulo: Companhia Brasil Editora. 2000.

SOARES, C. Educação Física – Raízes Europeias e Brasil. São Paulo: Autores Associados, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPOS, R. R. Futebol: Racismo, Identidade Nacional e Uso Político-Humanitária, Campinas,3(1):31-50, jan/jul,2000.

CASTELLANI FILHO, L. A educação física no sistema educacional brasileiro: percurso, paradoxos e perspectivas. Campinas: Tese de Doutorado, Universidade de Campinas, 1999.

CASTRO, J. A. Histórias da Bola: 135 Anos da História do Futebol. 219p. Edipromo, S.P. 1998.

LANCELLOTTI, S. Olimpíadas 100 Anos-História Completa dos Jogos. 672 p. N. Cultural- Circ. Livro, 1996.

SOARES, C.L. Imagens da Educação No Corpo. Campinas: Autores Associados, 1998.

ANATOMIA HUMANA APLICADA À EDUCAÇÃO FÍSICA – C/H: 40 h/a

EMENTA: Conceitos gerais de anatomia, osteologia, artrologia, miologia, sistema muscular. Estudo anátomo-funcional do aparelho locomotor e dos sistemas com ênfase aos diferentes aspectos da dinâmica muscular e da anatomia aplicada nas complexas formas do movimento humano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DANGELO, J. G. & FATTINI, C. A . Anatomia humana sistêmica e segmentar. 2ª ed. São Paulo: Atheneu, 2005.

SOBOTTA, J.; BECHER, H. Atlas de Anatomia Humana, vol.1 e vol.2, 22ª ed. Editora Guanabara Koogan, 2006.

TORTORA, G. J.; GRABOWSKI, S. R. Corpo Humano: Fundamentos de Anatomia e Fisiologia. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DUFOUR, M. Anatomia do Aparelho Locomotor - v.1 - membro inferior. Editora Guanabara Koogan, 2003.

DUFOUR, M. Anatomia do Aparelho Locomotor - vol. 2 - membro superior. Editora Guanabara Koogan: 2004.

DUFOUR, M. Anatomia do Aparelho Locomotor - vol. 3 - cabeça e tronco. Editora Guanabara Koogan, 2004.

NETTER, F. H. Atlas de Anatomia Humana. 3ª ed. Editora Artmed, 2004.

MACHADO, A. Neuroanatomia Funcional. 2ª ed. Editora Atheneu, 2005.

BASES BIOLÓGICAS APLICADAS À EDUCAÇÃO FÍSICA – C/H: 60 h/a

EMENTA: A disciplina abrangerá métodos e técnicas para realizar um estudo do histórico da Citologia e Histologia; Estudo da organização morfofuncional e molecular das células e de seus constituintes; Estudo dos processos fundamentais da célula; Introdução à histologia; Técnica de estudo da coloração dos tecidos e estudo histológico dos tecidos humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DE ROBERTIS; DE ROBERTIS,JR. Bases da biologia celular e molecular. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001

JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. Biologia celular e molecular. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2000.

JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. Histologia básica. 10ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2004

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBERTS, B *et al.* Fundamentos da biologia celular. 2ª reimpressão. Porto Alegre, Artmed. 2002.

GARTNER, L. P.; CARNEIRO, J. Tratado de histologia em cores. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1999.

NATAÇÃO E ESPORTES AQUÁTICOS: FUNDAMENTOS E PRÁTICA PEDAGÓGICA – C/H: 40 h/a

EMENTA: A inclusão de forma reestruturada das modalidades esportivas no meio escolar é uma real necessidade, bem como a identificação de suas diferentes manifestações e processos metodológicos. Disciplina de caráter teórico-prático, visa incutir nos alunos o conhecimento necessário para aplicação em ambiente escolar e não escolar. Para tanto, faz-se necessário uma abordagem do processo pedagógico, das metodologias de ensino como prática de intervenção docente, das características técnicas, das principais regras e do conhecimento fisiológico e biomecânico que norteiam a natação e os esportes aquáticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GRECO, C.C. (Org.). Aspectos Fisiológicos e Técnicos da Natação. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2011.

MACHADO, D. C. Metodologia da Natação. 2ª edição. Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1984

MAGLISCHO, E. W. Nadando o mais rápido possível. 3a edição. Manole, 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NEIRA, M.G. Educação Física - Coleção: A reflexão e a prática no ensino. V.8. São Paulo: Blucher, 2011.

PALMER, M. L.; BASTOS, F. C.; Aguiar, S. A Ciência do ensino da natação. Editora Manole, 1990.

POWERS, S. K.; HOWLEY, E. T., IKEDA, M. Fisiologia do Exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho. Editora Manole, 2005.

SEVERO, L. A.; CHAGURY, F. A. Manual de Natação. Leme Editora Ltda, 1996.

LUTAS: FUNDAMENTOS E PRÁTICA PEDAGÓGICA – C/H: 40 h/a

EMENTA: A inclusão de forma reestruturada das modalidades esportivas no meio escolar é uma real necessidade, bem como a identificação de suas diferentes manifestações e processos metodológicos. Disciplina de caráter teórico-prático, visa incutir nos alunos o conhecimento necessário para aplicação em ambiente escolar e não escolar. Para tanto, faz-se necessário uma abordagem do processo pedagógico, das metodologias de ensino como prática de intervenção docente, das características técnicas e dos fundamentos histórico-culturais relativos a esportes de combate.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARREIRO, E. A. Lutas. In: DARIDO, S. C.; RANGELO, I. C. Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. p. 244-261.

FALCÃO, J. L.C. Unidade didática 2: Capoeira. In: KUNZ, E. Didática da Educação Física I. Ijuí: Editora Unijuí, 2003. p. 55-94

FRANCHINI, E. Judô desempenho competitivo. São Paulo: Manole, 2001.

LOPES, A. J. F. Curso de Capoeira. Rio de Janeiro: Ediouro S.A, 1979.

OLIVER, J. C. Das brigas aos jogos com regras: enfrentando a indisciplina na escola. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SODRÉ MUNIZ. Mestre Bimba: Corpo de Mandinga. Manati produções editoriais LTDA, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AREIAS, A. O que é capoeira. São Paulo: 1993.

FUNAKOSHI, G. Caratê-do: o meu modo de vida. São Paulo: Cultrix, 1994.

NAKAYAMA, M. O melhor do caratê, visão abrangente-prática. São Paulo: Cultrix, 1999.

PASTINHA, Mestre. Capoeira Angola. 3ª Ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1988.

GINÁSTICA GERAL – C/H: 40 h/a

EMENTA: Fornecer suporte ao aluno de atividades específicas da ginástica geral, características direções e variedade dos movimentos corporais, terminologia e particularidades dos exercícios ginásticos os de desenvolvimento geral; aplicações na iniciação e suas formas de execução; Apresentar a estrutura da aula de ginástica, atividades de formação, demonstração, planejamento e controle de trabalho ginástico. Estuda a origem e evolução histórica, bem como a teoria e a prática das diversas formas de Ginástica Geral com seus fundamentos técnicos, proporcionando aprendizado em seus elementos básicos com possibilidade de aplicação em diferentes programas de ensino da educação física.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AYOUB, E. Ginástica geral e educação física escolar. Campinas: Editorial da Unicamp, 2004.

BATTISTA, E.; VIVES, J. Exercícios de ginástica. 5º ed. São Paulo, Manole, 1984.

LANGLADE, A.; LANGLADE, N.R. Teoria general de la gimnasia. 2. Ed. Buenos Aires: Editorial Stadium, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BROCHADO, F. A.; BROCHADO, M. M. V. Fundamentos de ginástica artística e de trampolins. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
CARRASCO, R. Ginástica de aparelhos; atividade do principiante; programas pedagógicos. São Paulo: Manole, 1992.
COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino da Educação Física. 2ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 1994.
CORBUCCI, P.R.; ELIAS, R. A.; GOMES, K.R. Manual de Ginástica Olímpica Escolar. Brasília: EDF/ UnB, 1993.
FRIEDRICH, E.; NILSSON, M. Ginástica desportiva 1: princípios gerais. Lisboa, Casa do Livro, 1981.
SANTOS, J. C. E. Ginástica Geral – elaboração de coreografias de festivais. São Paulo: Fontoura, 2001.
SOARES, C. L. Imagens da Educação Física no corpo: estudo a partir da Ginástica Francesa no século XIX. Campinas: Autores Associados, 1998.

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO – C/H: 40 h/a

EMENTA: A natureza da atividade filosófica e sua relação com a educação no aprimoramento crítico e investigativo do professor, articulando as reflexões filosóficas com as questões pertinentes à área pedagógica, bem como, explicitando os pressupostos do ato de educar, ensinar e aprender em relação a situações concretas de sala de aula a partir do debate de temas relacionados ao conhecimento, à realidade, e à ética. Reflexões sobre questões educacionais contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARRUDA, A. M. L. PIRES M.M.H. Filosofando, Introdução à Filosofia. São Paulo: Moderna, 2007.
CHAUI, M. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2005.
DURMEVAL, T. M. (coord.). Filosofia da educação brasileira. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998.
LUCKESI, C.C. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 1993.
GAARDER, J. O Mundo de Sofia. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
SOUZA, S. M. R. Um Outro Olhar: Filosofia. São Paulo: FTD, 1995.
SEVERINO, A. J. Filosofia da educação construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COTRIM, G. Fundamentos da Filosofia. São Paulo: Editora Saraiva. 1996.
JERPHAGNON, L. História das Grandes Filosofias. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda. 1992.
MARCONDES, D. Iniciação à História da Filosofia. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor. 1997.
SAVIANI, D. Educação. Do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1980.
_____. Escola e democracia. São Paulo: Cortez, 1988.

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DO CICLO VITAL – C/H: 40 h/a

EMENTA: Análise do desenvolvimento humano, na inter-relação das suas dimensões biológica, sociocultural, afetiva e cognitiva. Estudo dos principais fenômenos e processos de desenvolvimento humano e do ciclo vital do período pré-natal até a morte em diferentes contextos socioculturais. Compreensão da relação entre desenvolvimento humano e processo educativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEE, H. L. O ciclo vital. Porto Alegre: Artmed, 1997. 656 p.
BOCK, A. M. B. Psicologias: uma introdução ao ensino da psicologia. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
OLIVEIRA, M. K. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio histórico. São Paulo, Scipione, 1997.
PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento humano. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
VYGOTSKY, L. S. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 10ª. São Paulo: ícone. 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARIES, P. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
DESSEN, M.A.; COSTA JUNIOR, A.L. A ciência do desenvolvimento humano: Tendências atuais e perspectivas futuras. Porto Alegre: ARTMED, 2001.
EIZIRIK, C. Laks. O ciclo da vida humana: uma perspectiva psicodinâmica. Porto Alegre: ARTMED, 2007.
ERIKSON, Erik H. O ciclo de vida completo. Porto Alegre: Artmed, 1998.
GET, J. O nascimento da inteligência na criança. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
LA TALIE, Y. de; OLIVEIRA, M. K. de; DANTAS, H. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. 17. ed. São Paulo: Summus, 1992.
FMCSV. Primeira Infância. Disponível em: <http://www.fmcsv.org.br/Pt-br/acervodigital/>

ANATOMIA E NEUROANATOMIA APLICADA À EDUCAÇÃO FÍSICA – C/H: 40 h/a

EMENTA: Sistema circulatório; sistema respiratório; sistema digestivo; sistema urinário; sistema genital feminino; sistema genital masculino; sistema endócrino; órgãos do sentido; sistema nervoso. Neuroanatomia: aspectos morfofuncionais do sistema nervoso central e periférico humano, revestimentos do SNC, nervos espinais e medula espinal, tronco encefálico, cerebelo, diencéfalo e telencéfalo, nervos cranianos; sistema ventricular e líquido, sistema nervoso autônomo, vias aferentes e eferentes. Sistemas de ação. Sistemas sensorial/perceptivo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MACHADO, A. Neuroanatomia Funcional. 2ª ed. Editora Atheneu, 2005
TORTORA, G. J.; GRABOWSKI, S. R. Corpo Humano – Fundamentos de Anatomia e Fisiologia. 6ª ed., Editora Artmed, 2005.
SOBOTTA, J.; BECHER, H. Atlas de Anatomia Humana, vol.1 e vol.2, 22ª ed., Editora Guanabara Koogan, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. Anatomia Básica dos Sistemas Orgânicos. 2ª ed., Editora Atheneu, 2002.
NETTER, F. H. Atlas de Anatomia Humana. 3ª ed. Editora Artmed, 2004.

COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO – C/H: 60 h/a

EMENTA: A disciplina pretende desenvolver junto ao aluno atividades de comunicação e expressão necessárias às práticas de interpretação, produção e correção de texto, visando à formação dos futuros docentes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CUNHA, C; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1990.
FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
INFANTE, U. Do texto ao texto: curso prático de leitura e redação. São Paulo: Scipione, 1998.
TERRA, E. Minigramática. São Paulo: Scipione, 2000.

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO – C/H: 40 h/a

EMENTA: Introdução aos paradigmas clássicos e contemporâneos; as grandes questões da Sociologia: Sociedade, educação e divisão do trabalho: o objeto de análise da sociologia da educação; Pensamento social e educação: ilusão e crítica; Pensamento social e educação: resistência cultural e transformação social e emancipação; estrutura social e desempenho escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARON, R. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
FREUND, J. Sociologia de Max Weber. Rio de Janeiro: Forense University, 2006.
DURKHEIM, E. Educação e Sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1988.
LAKATOS, E. M. Sociologia Geral. São Paulo: Atlas, 2006.
MEKSENAS, P. Aprendendo sociologia. São Paulo: Loyola, 2001.
PILETTI, N. Sociologia da educação. São Paulo: Ática, 1997.
RODRIGUES, AT. Sociologia da Educação. São Paulo: DP&A, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

D'INCAO, M. A. Sociabilidade: espaço e sociedade. São Paulo: Grupos Editora, 1999.
D' INCAO, M. A. O Brasil não é mais aquele... mudanças sociais após a redemocratização. São Paulo: Cortez, 2001.
FREIRE, P. Política e educação. São Paulo: Cortez, 2001.
KRUPPA, S. M.P. Sociologia da educação. São Paulo: Cortez, 1995.
LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. A escola pública no Brasil: história e historiografia. Campinas: Autores Associados, 2005.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS – C/H: 40 h/a

EMENTA: História dos movimentos e ideias educacionais: A análise do pensamento dominante nos vários momentos históricos. As ideias pedagógicas elaboradas historicamente e suas mediações na prática educacional. Relações sociais e étnico-raciais no Brasil analisadas a partir de aspectos conceituais, históricos, legais e políticos. Movimentos sociais e as questões étnico-raciais. Análise e crítica da articulação entre o referencial teórico e o desenvolvimento de práticas pedagógicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORGES, V.P. O que é História? São Paulo, Editora Brasiliense, 2ª. ed., 1993.
BURKE, P. (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.
CANDAU, V. M. F. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. Revista Brasileira de Educação, v. 13, p. 45-56, 2008.
COTRIM, G. Educação para uma Escola Democrática. São Paulo. Editora Saraiva, 1991.
GADOTTI, M. História das Ideias Pedagógicas. 2 ed., Rio de Janeiro: Editora Ática, 1994.
GOMES, N. L.; SILVA, P. B. G. Experiências étnico-culturais para formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Superando o racismo na escola. 2ª ed. Brasília: Ministério da educação, 2005.
_____. Educação antirracista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da educação, 2005. 236p. (Coleção Educação para todos)
PILETTI, N. e PILETTI, C. História da Educação. São Paulo: Ática, 2002.
ORTIZ, R. Cultura Brasileira e identidade nacional. Brasiliense: São Paulo, 1994.
ROMÃO, J. Por uma educação que promova a auto-estima da criança negra. Brasília: Ministério da Justiça, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CNE/MEC, que "institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana". 17 de junho de 2004
INEP - UNESCO Coleção "Grandes Educadores" disponível em www.dominiopublico.gov.br.
MANACORDA, M.J. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo, Cortez, 1989.
MELATTI, J.C. Índios do Brasil. São Paulo: Hucitec, 1980.
ROSEMBERG, F.; BAZILI, C.; SILVA, P. V. B. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 125-146, jan./jun., 2003.
SILVA, T. T. da Silva, (org). Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
XAVIER, M. E.; RIBEIRO, M. L.; NORONHA, O. M. História da Educação: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM – C/H: 60 h/a

EMENTA: Abordar as principais teorias da aprendizagem. As escolas teóricas: interacionismo; sócio construtivismo; psicanálise; psicogenética; pós-construtivismo. Aspectos do desenvolvimento: afetivo-emocional, cognitivo, psicomotor, psicossocial, social. Contribuições da perspectiva teórico-cognitiva e histórico-cultural para o estudo do processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento do adolescente e suas implicações para o contexto educativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 3 v.
COLL, C. et al. O construtivismo na sala de aula. São Paulo, Ática, 1997.
OLIVEIRA, M. K. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio histórico. São Paulo, Scipione, 1997.
REGO, T. C. Vygotsky. Petrópolis, Vozes, 2004.
PAPALIA, D. E.; OLDS, S.W.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento humano. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
LA TALIE, Y. de; OLIVEIRA, M. K. de; DANTAS, H. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. 17. ed. São Paulo: Summus, 1992.
LEFRANÇOIS, Guy R. Teorias da Aprendizagem. São Paulo: Cengage, 2008.

BIBLIOGRAFIACOMPLEMENTAR

CATANIA, A. C. Aprendizagem: comportamento, linguagem e Cognição. Porto Alegre: ARTMED, 4ª. ed. 1999.
DAVIS, C.; OLIVEIRA, Z. de. Psicologia na Educação. 2ª. ed. rev. São Paulo, Cortez, 1994.
FONTANA, D. Psicologia para professores. 2ª.ed. São Paulo: Manole, 1991.
GOULART, I. B. Psicologia da Educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. 6ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
NOVAES, M. H. Psicologia da Educação e Prática Profissional. 7ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
PULASKI, S. Compreendendo Piaget – uma introdução ao desenvolvimento cognitivo da criança. Rio de Janeiro: Guanabara, 1996.
VYGOTSKY, L. S.; COLE, M. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VOLEIBOL: FUNDAMENTOS E PRÁTICA PEDAGÓGICA – C/H: 40 h/a
EMENTA: A inclusão de forma reestruturada das modalidades esportivas no meio escolar é uma real necessidade, bem como a identificação de suas diferentes manifestações e processos metodológicos. Disciplina de caráter teórico-prático, visa incutir nos alunos o conhecimento necessário para aplicação em ambiente escolar e não-escolar. Para tanto, faz-se necessário uma abordagem do processo pedagógico, das metodologias de ensino como prática de intervenção docente, das características técnicas (posturas básicas, toque, manchete, ataque e saque), regras oficiais e dos fundamentos histórico-culturais relativos à modalidade.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BIZZOCCHI, C. C. O Voleibol de Alto Nível: da iniciação à competição. São Paulo, Manole, 2004. BOJIKIAN, J.C.M.; BOJIKIAN. L.P. Ensinando voleibol. Phorte, 2012. REGRAS OFICIAIS DO VOLEIBOL. Sprint Editora. 2004-2005. VARGAS NETO & VOSER. O ensino e o esporte infantil. In: A criança e o esporte: uma perspectiva lúdica. Canoas: Ed. Ulbra, 2001.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR SALLES, J. G. C. Fundamentações técnicas, sistemas de jogo e ações táticas iniciais para a equipe. Viçosa. 2001. WEINECK, J. Treinamento Ideal. São Paulo, Manole, 1999.

FUTEBOL DE CAMPO E FUTSAL: FUNDAMENTOS E PRÁTICA PEDAGÓGICA – C/H: 40 h/a
EMENTA: A inclusão de forma reestruturada das modalidades esportivas no meio escolar é uma real necessidade, bem como a identificação de suas diferentes manifestações e processos metodológicos. Disciplina de caráter teórico-prático, visa incutir nos alunos o conhecimento necessário para aplicação em ambiente escolar e não-escolar. Para tanto, faz-se necessário uma abordagem do processo pedagógico, das metodologias de ensino como prática de intervenção docente, das características técnicas (fundamentos básicos, chute, passe, drible, cabeceio, condução), regras oficiais e dos fundamentos histórico-culturais relativos às modalidades.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA APOLO, A. Futsal: metodologia e didática na aprendizagem. São Paulo: Phorte, 2004. COSTA, C.F. Futsal: aprenda a ensinar. 2. ed. Florianópolis: Visual Books, 2007. FREIRE, J.B. Pedagogia do Futebol. Campinas, SP: Autores Associados, 2003 ISBN 85-7496-073-X UGRINOSQUISK, BARBANTI, V. J. Ensinando Futebol para Jovens. Título em inglês; Coaching Youth Soccer. Trad. 1° ed. Brasileira, São Paulo: Manole, 2000. ISBN 85-204-0764-
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR MUTTI, D. Futsal, futebol de salão, futsal-base: artes e segredos. 2ª ed. São Paulo: Hemus, 1994. REZER, R. O Fenômeno Esportivo: Ensaio Crítico-reflexivos, 2005. REZER, R.; SAAD, M. A. Futebol e Futsal: possibilidades da prática pedagógica em escolinha. Ed. Argos, 2005 ISBN 8520407641. RIUS, J.S.- trad. CHAVES, M.S. Futebol: Exercícios e Jogos. 8° ed. Porto Alegre, 2003 ISBN 85-363-0115-5. VOSER, R.C. O Futsal e a escola: uma perspectiva pedagógica. Artmed, 2002.

3º termo

ATIVIDADES RÍTMICAS E EXPRESSIVAS – C/H: 40 h/a
EMENTA: Vivência de exercícios e atividades corporais rítmicos, compreendendo a linguagem corporal como expressão artística; Trabalho de consciência corporal; Prática à iniciação da Ginástica Rítmica acompanhada com o estudo dos elementos estruturais do desporto; Treinamento desportivo em Ginástica Rítmica; Reflexão sobre as variabilidades de aplicação da Ginástica Rítmica no ambiente escolar e não-escolar.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ALONSO, H.A.G. Pedagogia da Ginástica Rítmica: teoria e prática. Phorte, 2011. BREGOLATO, R. A. Cultura corporal da dança. São Paulo: Ícone, 2006. LAFFRANCHI, B. Treinamento desportivo aplicado à ginástica rítmica. Unopar, 2001.

PEREIRA, S. A. M. GRD: aprendendo passo a passo. Rio de Janeiro: Shape, 1999.
RANGEL, N.B.C. Dança, educação, educação física: propostas do ensino da dança e o universo da Educação Física. Jundiaí: Fontoura, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CÓDIGO DE PONTUAÇÃO DE GINÁSTICA RÍTMICA-CICLO 2013-2016.
DANTAS, E. H. M. Flexibilidade: alongamento e flexionamento, 4. Ed. Rio de Janeiro: Shape, 1999.
FERREIRA, V. Dança escolar: um novo ritmo para a educação física. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.
GALLARDO, J.S.P. Dança: conhecimento a ser tratado nas aulas de Educação Física Escolar. Rio Claro: Motriz, 2005.
TAFFAREL, C.Z.; HILDEBRANDT-STRAMANN, R. (ORGs.) Currículo e Educação Física: Formação de Professores e Práticas Pedagógicas na Escolas. Unijuí, 2007.

BASQUETEBOL: FUNDAMENTOS E PRÁTICA PEDAGÓGICA – C/H: 40 h/a

EMENTA: A inclusão de forma reestruturada das modalidades esportivas no meio escolar é uma real necessidade, bem como a identificação de suas diferentes manifestações e processos metodológicos. Disciplina de caráter teórico-prático, visa inculir nos alunos o conhecimento necessário para aplicação em ambiente escolar e não-escolar. Para tanto, faz-se necessário uma abordagem do processo pedagógico, das metodologias de ensino como prática de intervenção docente, das características técnicas (fundamentos básicos, passes, drible, arremesso, bandeja, lances essenciais do jogo), regras oficiais e dos fundamentos histórico-culturais relativos à modalidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, M. B. Basquetebol: iniciação. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.
BARBANTI, V.J.; UGRINOWITSC, C. (trad.). Ensinando basquetebol para jovens. 2.ed. São Paulo: Manole, 2000.
COUTINHO, N. F. Basquetebol na escola. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.
RODRIGUES, H.A. Basquetebol na escola. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, M. B. Basquetebol 1000 Exercícios. Editora Sprint, 2000.
ALMEIDA, M. Ensinando Basquetebol, Editora Ícone, 1999.
BALBINO, F. H.; PAES, R. R., Processo de ensino e aprendizagem do basquetebol: Perspectivas pedagógicas. In Basquetebol: uma visão integrada entre ciência e prática. Dante de Rose Junior e Valmor Tricoli (orgs.). Barueri: Manole, 2005.
FEDERAÇÃO PAULISTA DE BASQUETEBOL. Regras Oficiais de Basquetebol e Manual dos Árbitros.
PAES, R. R. Aprendizagem e competição precoce: O caso do basquetebol. Campinas: Unicamp, 1992.
ROSE JUNIOR, D. DE; TRICOLI, V. Basquetebol: Conceitos e abordagens gerais. In Basquetebol: uma visão integrada entre ciência e prática. Barueri: Manole, 2005.

CINESIOLOGIA APLICADA À EDUCAÇÃO FÍSICA – C/H: 40 h/a

EMENTA: Estudo da estrutura óssea e muscular e dos diferentes tipos de tensões e contrações musculares, do trabalho muscular. Estudo das articulações e músculos durante o movimento. Estudo dos aspectos biomecânicos do movimento humano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARNAVAL, P. E. Cinesiologia aplicada aos esportes. São Paulo: Ed. Sprint, 2000.
HAY, J. G.; REID, J. G. As bases anatômicas e mecânicas do movimento humano, Rio de Janeiro: Ed. Prentice-Hall do Brasil, 1985.
ENOKA, R. M. Bases Neuromecânicas da Cinesiologia. 2ª ed. São Paulo: Manole, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HALL, S. Biomecânica Básica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.
KAPANDJI, I.A. Fisiologia articular. 5ª ed. Volumes 1-3. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
LEHMKUHL, L.; SMITH, L. K.: Cinesiologia Clínica de Brunnstrom. São Paulo: Manole, 1987.
RASCH, P. J. Cinesiologia e anatomia aplicada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1977.
TANI, G. Cinesiologia, Educação Física e Esporte: Ordem Emanante do Caos na Estrutura Acadêmica. Motus Corporis. Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, v.3, n.2, p.09-49, 1996.

BIOQUÍMICA APLICADA AO EXERCÍCIO – C/H: 40 h/a

EMENTA: A disciplina abrangerá o estudo introdutório dos processos químicos celulares, os sistemas produtores de energia, as propriedades bioquímicas das biomoléculas, o metabolismo protéico, glicídico e lipídico e a integração dos sistemas metabólicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHAMPE, P.C.; HARVEY, R. A. Bioquímica Ilustrada. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas. 2000.
LENINGER, A. L.; NELSON, D. L.; COX, M. M. Princípios de Bioquímica. 2ed. São Paulo: Sarvier.1995.
MAUGHAN, R.; GLEESON, M.; GREENHAFF, P. L. Bioquímica do Exercício e do Treinamento, Manole, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPBELL, M. K. Bioquímica. 3ª Ed. Editora Artes Médicas, Porto Alegre, 2000.
HARPER, H. Química Fisiológica - Editora Atheneu, 1977.
PEREIRA, B.; SOUZA JR, T. P. Metabolismo celular e exercício físico – Aspectos Bioquímicos e Nutricionais, São Paulo, Phorte Editora, 2004.

EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA – C/H: 60 h/a

EMENTA: Evolução histórica da Educação Especial e Inclusiva no Brasil. A Base legal da educação especial e inclusiva. A educação inclusiva no contexto socioeconômico e político brasileiro. Abrangência e pressupostos legais da educação inclusiva. Características das pessoas com necessidades especiais. A importância da inclusão e o respeito às diferenças. A dinâmica da inclusão no cotidiano da sala de aula e o papel docente. Função das salas multifuncionais na Educação Básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, F. Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. RJ: Wak, 2005. 128 p.
ALVES, D. O.; GOTTI, M. O. Atendimento educacional especializado: concepções, princípios e aspectos organizacionais. Ensaios Pedagógicos. Brasília: MEC/SEESP, 2006. p.268-272.
BAPTISTA, C. R.; JESUS, D. M. de. (org) LAPLANE, Adriana Lia Friszman de. et. al. Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países. Porto Alegre: Mediação/CDY/FACITEC, 2009.
BEYER, H. O. Inclusão e Avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2010.
CASTANHO, D.M.; FREITAS S.N. Inclusão e prática no ensino superior. Revista Educação Especial, 27:85-92. 2005.
GOES, M. C. R.; Laplane, A. L. F. Políticas e Práticas de Educação Inclusiva. Campinas: Autores Associados, 2007.
MACHADO, et al. Educação Inclusiva: direitos humanos na escola. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
MICHELS, H.M. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização. In. Revista Brasileira de Educação, Vol. 11, nº. 33. Rio de Janeiro; 2006 p. 406-423.
PERRENOUD, P. Pedagogia Diferenciada: das intenções à ação. Porto Alegre: Artmed. Ed., 2000.
SANTOS, M.P. do; PAULINO, M.M. (org). Inclusão em educação: culturas políticas e práticas. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORRER, R. Deficiência e inclusão social: construindo uma nova comunidade. São Paulo: EDUSC, 2003.
DIEHL, R. M. Jogando com as diferenças. São Paulo: Editora Phorte, 2006.
FIERRO, A. Os alunos com deficiência mental. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. (Orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 193 - 214.
GUYTON, A. C.; Hall, J. E. Tratado de Fisiologia Médica. 11ª Ed. São Paulo: Editora Elsevier, 2006.
OLIVEIRA, A. A. S.; OMOTE, S.; GIROTO, C. R. M. Inclusão Escolar: as contribuições da educação especial. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2008.
SEB/BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2001.
SEB/BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares – estratégias para a educação de alunos com necessidades especiais. Ministério da Educação. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

HANDEBOL: FUNDAMENTOS E PRÁTICA PEDAGÓGICA – C/H: 40 h/a

EMENTA: A inclusão de forma reestruturada das modalidades esportivas no meio escolar é uma real necessidade, bem como a identificação de suas diferentes manifestações e processos metodológicos. Disciplina de caráter teórico-prático, visa inculcar nos alunos o conhecimento necessário para aplicação em ambiente escolar e não-escolar. Para tanto, faz-se necessário uma abordagem do processo pedagógico, das metodologias de ensino como prática de intervenção docente, das características técnicas (fundamentos básicos, arremesso, passe, drible, finta, progressão, manejo e controle de bola), regras oficiais e dos fundamentos histórico-culturais relativos à modalidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

EHRET, A.; SCHUBERT, R.; SPATE, D. Manual de Handebol-treinamento de base para crianças e adolescentes. São Paulo: Phorte, 2002.
GRECO, P.J.; ROMERO, J.J.F. Manual de handebol: da iniciação ao alto nível. Phorte, 2012.
HANDEBOL, Confederação Brasileira de. Regras Oficiais de Handebol, Rio de Janeiro. Sprint, 1999.
MELHEM, A. Brincando e aprendendo handebol. Rio de Janeiro. 2ª ed. Sprint. 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KASLEN, H. Handball. Da aprendizagem ao Jogo Disputado. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1994.

OLIVEIRA, A. A. B. Metodologias emergentes no ensino da Educação Física. *Revista da Educação Física / UEM*, Maringá, Brasil, v.1, n.8, p. 21-27, 1997.
SALLES, J. G. C. Fundamentações técnicas, sistemas de jogo e ações táticas iniciais para a equipe. Viçosa. 2001.
VARGAS NETO & VOSER. O ensino e o esporte infantil. In: A criança e o esporte: uma perspectiva lúdica. Canoas: Ed. Ulbra, 2001.

DIRETRIZES CURRICULARES: FUNDAMENTOS E PRÁTICAS– C/H: 60 h/a

EMENTA: Concepções de currículo e sua evolução; conhecimento e análise das Diretrizes Curriculares e currículos nacionais e estaduais. As tendências e questões atuais do currículo em diferentes níveis e contextos e perspectivas no campo do currículo. As etapas e modalidades, contemplando o conceito de Educação Básica, princípios de organicidade, sequencialidade e articulação, relação entre as etapas e modalidades: articulação, integração e transição. Problemas e divergências no campo do currículo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERNANDES, C. de Oliveira; FREITAS, L. C. de. Indagações sobre currículo: currículo e avaliação. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 1998.
HERNADEZ, F.; VENTURA, M. A organização do currículo por projeto de trabalho. Porto Alegre: Artmed. 2007.
MOREIRA, A. F. B. Currículos e programas no Brasil. Campinas: Papirus, 2004.
PEDRA, J. A. Currículo, Conhecimento e suas Representações. 3. ed. Campinas: Papirus Editora, 1999.
SAVIANI, N. Saber Escolar, Currículo e Didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.
SILVA, T. T. & MOREIRA, F. (Org.) Currículo, Cultura e Sociedade. São Paulo, Cortez, 1994.
SANTOS. L.L.C.P. O currículo como campo de luta. *Presença Pedagógica*, 2 (7), p. 32-39, jan./fev. 1996.
CNE. Resolução nº 2, de 02 de abril de 1998: Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.
SEE – Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Proposta Curricular do Estado de São Paulo para o Ensino de Educação Física.
BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/image/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2017.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Política Nacional de Educação Infantil: pelos direitos das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ESTEBAN, M. T. Escola, Currículo e Avaliação. 2ª Ed. Cortez, 2005.
HERNÁNDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
LIMA, E. S. Indagações sobre currículo: currículo e desenvolvimento humano. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
SACRISTÁN, J.G. O currículo e a reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

4º termo

RECREAÇÃO E LAZER – C/H: 40 h/a

EMENTA: Programas de lazer e recreação na sociedade em todas as faixas etárias e para os mais diversos ambientes em que o profissional de recreação pode ser inserido. Jogos em projetos interdisciplinares na escola.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAUJO, V. C. O jogo no contexto da educação psicomotora. São Paulo: Cortez, 1992.
MARCELLINO, N. C. Repertório de atividades de recreação e lazer. Campinas: Papirus, 2002.
SANTOS, S. M. P. O Lúdico na formação do Educador. Petrópolis: Vozes, 1997.
SCHWARTZ, G.M. Educação Física no Ensino Superior: Atividades Recreativas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALENCAR, E. S. Psicologia da criatividade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
ANTUNES, C. Manual de técnicas de dinâmica de grupo - de sensibilização, de ludopedagogia. Petrópolis: Vozes, 1994.
CIVITATE, H. Jogos recreativos para clubes, academias, hotéis, acampamentos, spas e colônias de férias. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.
MARCELINO, N. C. Pedagogia da animação. Campinas: Papirus, 1990.
MARINHO, I. P. Educação física: recreação e jogos. São Paulo: Cia. Brasil Editora, 1981.

PRÁTICA DE ENSINO - FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS E CULTURA CORPORAL E MOVIMENTO – C/H: 80 h/a EMENTA: A disciplina possibilitará a discussão acerca das tendências filosóficas e políticas de cada época e a sua relação com a evolução histórica da Pedagogia. Buscará compreender como estas tendências se refletem nas práticas diárias dos professores de Educação Física, nas suas funções políticas, sociais e humanizadoras envolvendo a cultura corporal, o lazer, a cultura desportiva. O corpo e a sociedade brasileira: ideologia, dominação e dependência cultural. Delimitará o processo para o entendimento das demandas da sociedade para a educação envolvendo diversos métodos e técnicas de ensino e aprendizagem para contextualização da prática pedagógica nos vários segmentos da vida social bem como o aprofundamento tem como norte básico, qualquer estudo dedicado às questões relativas à cultura corporal em especial à educação motora, à cultura desportiva como matéria de ensino escolar e a saúde. BIBLIOGRAFIA BÁSICA AGUIAR, C.M. Educação Física no Ensino Superior – Educação e Saberes: correlação com a natureza e a cultura. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Educação Física, Secretaria da Educação Fundamental, 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. DAOLIO, J. Da Cultura do Corpo. Campinas: Papirus, 1995. DARIDO, S.C.; RANGEL, I.C.A. Educação Física na Escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 2005 MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2001. PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO: EDUCAÇÃO FÍSICA/ Coord. Maria Inês Fini. São Paulo: SEE, 2008. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ANTUNES, C. As inteligências múltiplas e seus estímulos. Campinas: Papirus, 2000. GADOTTI, M. História das Ideias Pedagógicas. 2ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 2005. NEUBAUER, R. S.; DAVIS, C. Formação de Professores das séries iniciais. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, No. 87, novembro, 1993. PCNS – Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física Brasília: MEC/SEF. TANI, G. et al. Educação Física Escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EEP, 1988.76.
AVALIAÇÃO DE ENSINO E RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM – C/H: 40 h/a EMENTA: As relações pedagógicas no espaço escolar e o processo de ensino na escola. Fracasso, sucesso, permanência, longevidade e evasão escolar. Conhecimento sobre a construção e elaboração de procedimentos e instrumentos de avaliação. Mecanismos escolares: de recuperação e progressão continuada. Os significados da avaliação no ensinar e no aprender: avaliação formativa, formal, informal e continuada. BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARCAS, P. Avaliação da aprendizagem no regime de progressão continuada: o que dizem os alunos. BEYER, H. O. Inclusão e Avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais. CUNHA, M. I. (org.). Formatos avaliativos e concepção da docência. São Paulo: Autores Associados, 2005. HOFFMAN, J.M.L. Avaliação para promover: as setas do caminho. Porto Alegre: mediação, 2001. LUCKESI, C.C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo, Cortez, 2006. PERRENOUD, P. Avaliação - da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 2000. PERRENOUD, P. Pedagogia Diferenciada: das intenções à ação. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. RABELO, E H. Avaliação. Novos Tempos, Novas Práticas. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1998. VASCONCELLOS, C. dos S. Avaliação da Aprendizagem: Práticas de Mudança - por uma práxis transformadora. São Paulo: Libertad, 2008. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALARCÃO, I. Professores Reflexivos em uma escola reflexiva. 7ª Edição, São Paulo: Cortez, 2010. CENPEC. O diagnóstico educacional: uma direção para a ação educativa. Suplemento Melhoria da educação no município, v. 2. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2003. WERLE, F. O. Corrêa (org.). Avaliação em larga escala: foco na escola. São Leopoldo: Oikos, Brasília: Líber Livros, 2010.
CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO – C/H: 40 h/a EMENTA: Disciplina de natureza teórica que tem como justificativa a crescente produção de estudos relacionados ao crescimento e desenvolvimento humano e as implicações que a prática de atividades físicas, exercícios e esportes têm sobre os mesmos. Os principais tópicos de estudo abrangem os processos do crescimento humano, maturação biológica, procedimento de pesquisa em desenvolvimento humano, envelhecimento, influência biológica e sócio-cultural .no desempenho motor e teorias do desenvolvimento humano. BIBLIOGRAFIA BÁSICA BOUCHARD, C.; MALINA, R. M. Atividade física do atleta jovem: do crescimento à maturação. São Paulo: Roca, 2002. ECKERT, H. M. Desenvolvimento Motor. 3ª ed. São Paulo: Manole, 1993. GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 3ª ed. São Paulo: Phortes, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HAYWOOD, K. M.; Getchell, N. Desenvolvimento Motor ao longo da vida. 3ª ed. São Paulo: Artmed, 2003
MARCONDES, E. Normas para o diagnóstico e classificação dos distúrbios de crescimento e da nutrição. *Pediatr.*, v.4, p. 307-326, 1982
PAPALIA, D. E., OLDS, S. W. Desenvolvimento Humano. 7ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
ROSA NETO, F. Manual de avaliação motora. Porto Alegre: Artmed, 2002.

DIDÁTICA GERAL – C/H: 40 h/a

EMENTA: Histórico da Didática e das tendências pedagógicas que se refletem na realidade do ensino brasileiro, conceitos do ensinar e do aprender. Ensino e tendências pedagógicas. Organização do processo de e domínio da gestão do ensino e da aprendizagem e do manejo de sala de aula. Organização do trabalho pedagógico: Plano de Ensino e Plano de Aula. Planejamento como instrumento de criação e manutenção docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, C. As inteligências múltiplas e seus estímulos. Campinas: Papirus, 2008.
CANDAUI, V. M. (org.) A didática em questão. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
HAIDT, R. C. Cazaux. Curso de Didática Geral. São Paulo: Ática, 2003.
LIBÂNEO, J. C. Didática: Velhos e novos temas. Goiânia: Ed. do autor, 2002.
MASETTO, M. Didática: a aula como centro. São Paulo: FTD, 1997.
PERRENOUD, P. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.
RODRIGUES, A. T. Didática e prática de ensino no contexto da formação de Educação Física: a experiência da FEF/UFG. *Anais do XIII CONBRACE* (Recurso eletrônico): Caxambu, 2004
ZABALA, A.; ARNAU, L. Como aprender e ensinar competências. Porto Alegre: Artmed, 2010.
LEIS, H. R. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. *Cadernos pesquisa interdisciplinar em ciências humanas*. Florianópolis, 07 jul. 2007. pp. 3 – 22
VALE, V. Do tecer ao remendar: os fios da competência socio-emocional. *Exedra* nº 2 2009. Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Coimbra. Disponível em: <
http://www.exedrajournal.com/docs/N2/09A-vera-vale_pp_129-146.pdf>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GANDIN, D. Planejamento como prática educativa. 7ª ed. São Paulo: Loyola, 1994.
HERNÁNDEZ, F.A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 2004.
MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 4. ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2005.

ATLETISMO: FUNDAMENTOS E PRÁTICA PEDAGÓGICA – C/H: 40 h/a

EMENTA: A inclusão de forma reestruturada das modalidades esportivas no meio escolar é uma real necessidade, bem como a identificação de suas diferentes manifestações e processos metodológicos. Disciplina de caráter teórico-prático, visa inculcar nos alunos o conhecimento necessário para aplicação em ambiente escolar e não-escolar. Para tanto, faz-se necessário uma abordagem do processo pedagógico, das metodologias de ensino como prática de intervenção docente, das características técnicas (corridas, saltos, arremessos e lançamentos), regras oficiais e dos fundamentos histórico-culturais relativos à modalidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAUJO, R. Atletismo na escola. Recife: Secretaria de Pernambuco, 1980.
KRING, R. F. Atletismo nas escolas: guia prático de treinamento. São Paulo: Cultrix, 1974.
MATTHIESEN, S. Q. Atletismo: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBANTI, A.; BENTO, M. Esporte e Atividade Física - interação entre rendimento e saúde. São Paulo: Manole, 2002.
KIRSCH, A. Antologia do atletismo: metodologia para iniciação em escolas e clubes. Rio de Janeiro: livro Técnico, 1984.
VARGAS NETO & VOSER. O ensino e o esporte infantil. In: A criança e o esporte: uma perspectiva lúdica. Canoas: Ed. Ulbra, 2001.

INTRODUÇÃO À LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: LIBRAS – C/H: 40 h/a

EMENTA: Identidade do Surdo. A inclusão dos surdos nos aspectos: biológicos, pedagógicos e psicossociais e suas implicações. Fundamentos históricos, socioculturais, definições referentes a Língua de Sinais e conceitos sobre língua e linguagem. Legislação. Processo de aquisição da Língua de Sinais observando as diferenças e similaridades existentes entre esta e a Língua Portuguesa. Os aspectos linguísticos na Língua Brasileira de Sinais. Noções básicas de Libras. Orientações didáticas e pedagógicas sobre o ensino de Libras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPOVILLA, FC; RAPHAEL, W.D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 3ª Edição, 2008. (Volumes I, II e III).
FELIPE, T. A.; MONTEIRO, M. Salerno. Libras em contexto: (livro do professor). 7ª edição – Rio de Janeiro: Editora WallPrint, 2008.
HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. Livro ilustrado de Língua de Sinais: desvendando a comunicação usada por pessoas com surdez/ São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.
LILO-MARTIN, D. Estudos de aquisição de línguas de sinais: passado, presente e futuro. In: QUADROS, R. M.; VASCONCELLOS, M. L. B. (Org.). Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais. Petrópolis, RJ: ED. Arara Azul, 2008, p. 199-218.
QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. v.1. 222 p.
SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 2. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.
BEYER, H. O. Inclusão e Avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2010.
PIRES, J.; RAMOS, L. A Inclusão saberes e competências - Col. Educação Inclusiva. São Paulo: VOZES, 2006.
SANTOS, M.P. do; PAULINO, M.M. (org). Inclusão em educação: culturas políticas e práticas. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

WEBGRAFIA

MEC. Programa de Capacitação de Recursos Humanos: Ensino Fundamental: Libras. Vol III, 1998.
MEC. Educação Especial Língua Brasileira de Sinais, VIII. Pedagógicas Atividades – 4 ,1997.
www.editora-arara-azul.com.br/Ebooks.php
Dicionários de Libras: www.dicionariolibras.com.br
<http://www.acessobrasil.org.br/libras/>
Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS). www.feneis.com.br
Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) www.ines.gov.br
Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial www.mec.gov.br/seesp

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERREIRA, L. Por uma gramática de Língua dos Sinais. Tempo Brasileiro, 1995.
FERREIRA, L. Integração Social e Educação de Surdos. Rio de Janeiro: Babel, 1993.
KARNOPP e QUADROS. Língua de Sinais Brasileira. Porto Alegre: Artmed, 2004.
QUADROS, R. Müller de. O Tradutor e Interpretador de Língua Brasileira de Sinais. Brasília, MEC, 2004.
COLL, C.: MARCHESI, A; PALACIOS, J. (Org.). Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educacionais especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004, v.3.

5º termo**FISIOLOGIA HUMANA – C/H: 40 h/a**

EMENTA: Conceitos e implicações da homeostasia orgânica. Estudo funcional do organismo humano: biofísica celular e a integração entre os diferentes sistemas fisiológicos: sistema nervoso, muscular, endócrino, cardiovascular, respiratório, digestivo e excretor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBERTS, Bruce et al. Molecular Biology of the Cell (Biologia Molecular da Célula). 4ed. Nova York: GARLAND SCIENCE, 2002.
GUYTON A.C. Tratado de Fisiologia médica. Editora Interamericana. 10ª edição, 1997.
TORTORA, G. J.; GRABOWSKI, S. R. Corpo Humano – Fundamentos de Anatomia e Fisiologia. 6ª ed., Editora Artmed, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTANZO, L.S. Fisiologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
GUYTON, A.C. Fisiologia Humana e Mecanismos das Doenças. 6ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

APRENDIZAGEM E CONTROLE MOTOR – C/H: 40 h/a EMENTA: Disciplina de caráter prático-teórico justifica-se pelo estudo do conceito de motricidade humana na estruturação do esquema corporal e sua inter-relação com a descoberta das possibilidades e do domínio do tempo e do espaço. Análise dos principais conceitos teóricos sobre a aprendizagem e o controle motor, enfocados na habilidade para o movimento e sua influência no desenvolvimento da capacidade cognitiva. Atividades práticas sobre o desenvolvimento humano e aplicação metodológica do ensino da educação motora. BIBLIOGRAFIA BÁSICA MAGILL, R. A. Aprendizagem motora: conceitos e aplicações. São Paulo: Edgard Blucher. 1984. SCHMIDT, R. A.; WRISBERG, C. A. Aprendizagem e performance motora. 2a Ed. Porto Alegre: Artmed. 2001. TANI, G. Comportamento Motor: aprendizagem e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 3ª Ed. São Paulo: Phorte. 2005. SHUMWAY-COOK, A.; WOOLLACOTT, M. H. Controle Motor: Teoria e aplicações práticas. 2ª Ed. Barueri: Manole. 2003. SOUZA, A. Propriocepção. São Paulo: Guanabara Koogan, 2004.
PRÁTICA DE ENSINO - ATIVIDADE FÍSICA NA INFÂNCIA – C/H: 80 h/a EMENTA: Metodologia e concepções vigentes no ensino da Educação Física em séries iniciais do ensino fundamental, planejamento e avaliação. Análise e elaboração de projetos para atuação e intervenção em escolas da rede pública (estadual e municipal) e particular de ensino. Elaboração de relatórios científicos sobre as atividades desenvolvidas. BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARRIBAS, T.L.A. Educação Física de 3 a 8 anos. 7 ed. São Paulo: Artmed, 2002. HAYWOOD, V.M.; GETCHEL, N. Desenvolvimento Motor ao Longo da Vida. 3ª Ed. São Paulo: Artmed, 2004. GODALL, T. 150 Propostas de Atividades Motoras para a Educação Infantil de 3 a 6 anos. São Paulo, Artmed, 2004. RANGEL, I. Educação Física no Ensino Superior – Educação Física na Infância. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. TANI, G.; MANOEL, E. DE J.; KOKUBUN, E., PROENÇA, J.E. Educação Física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EPU: EdUSP, 1988. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BU, H. A. Criança em Desenvolvimento. 3ª Ed. São Paulo: Habra, 1984. GALLAHUE, D. L. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. São Paulo: Phorte, 2001. GALLARDO, J.S.P. Prática de Ensino em Educação Física: A criança em movimento. SÃO PAULO: Ed. FTD, 2011. GARDNER, H. Inteligências Múltiplas. A teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. KAMII, C.; DEVRIES, R. Jogos em Grupo na Educação Infantil. São Paulo: Trajetória Cultural, 1991 NEUBAUER, R. S.; DAVIS, C. Formação de Professores das séries iniciais. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, No. 87, novembro, 1993.
PRÁTICA DE ENSINO - DIMENSÃO DO ESPORTE ESCOLAR – C/H: 80 h/a EMENTA: Conceituação, evolução e abrangência do treinamento desportivo. Princípios básicos do treinamento desportivo. Aplicação metodológica de aplicação de treinamento no treinamento dos desportos na escola. Características biofísica e metodológica do desenvolvimento das qualidades físicas adaptadas para crianças e adolescentes. BIBLIOGRAFIA BÁSICA GAYA, A. MARQUES, A. TANI, G. Desporto Para Crianças e Jovens – Razões e Finalidades; Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2004. KUNZ, E. Transformação Didático-Pedagógica do Esporte; Ijuí :Ed. UNIJUI, 2000. TANI, G.; MANOEL, E. DE J.; KOKUBUN, E., PROENÇA, J.E. Educação Física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EPU: EdUSP, 1988. TUBINO, J.M.G. Dimensões Sociais do Esporte; São Paulo: Cortez , 2001. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CARVALHO, A.M.P. de. Prática de ensino: três diretrizes norteadoras de seu conteúdo específico. In: CARVALHO, A.M.P.de. (Org.). A formação do professor e a prática de ensino. São Paulo: Livraria Pioneira, 1988b. BRÄCHT, V. CRISÓRIO, R. (Organizadores), A Educação Física no Brasil e na Argentina –Identidade, Desafios e Perspectivas; Campinas, SP: Autores Associados, Rio de Janeiro: PROSUL, 2003. DARIDO, S.C. Educação Física na Escola: questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. GRESPLAN, M.R. Educação Física No Ensino Fundamental- Primeiro Ciclo, Campinas, SP: Papirus 2002.

POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL – C/H: 40 h/a EMENTA: Reflexão sobre a organização da escola frente às necessidades atuais da sociedade brasileira. A normatização da educação no Brasil contemporâneo. Estudo da relação entre Educação, Estado e Sociedade a partir da abertura política e da Constituição Federativa do Brasil de 1998. Conhecimento dos princípios e objetivos educacionais determinados pela Constituição Brasileira de 1988. Análise da LDBEN n. 9.394/1996, suas atualizações e do Plano Nacional de Educação - PNE. Organização do ensino brasileiro de acordo com a legislação em vigor. Análise dos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Compreensão das regulamentações emanadas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE e Conselhos Estaduais de Educação - CEE. BIBLIOGRAFIA BÁSICA ABREU, M. Organização da Educação Nacional na Constituição e na LDB. Ijuí: RGS, 1998. ALVES, Nilda; VILLARDI, Raquel (orgs). Múltiplas leituras da nova LDB. Rio de Janeiro: Qualitymark/Dunya, 1997. BIANCHETTI, R. G. Modelo neoliberal e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1996. CECCON, C. (org.) Construindo o Futuro: Ação e Articulação pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Porto Alegre: Artmed, 2000. HADDAD, F. O Plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas. Brasília: MEC/INEP, 2008. LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F. E TOSCHI, M.S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006. MENESES, J.G. (org.) Estrutura e Funcionamento da Educação Básica: leitura 2ª Ed. SP: Pioneira Thomson Learning, 1998. Resolução CNE/CP nº. 1, de 18 de Fevereiro de 2002 – Disponível em: www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. SAVIANI, D. A nova Lei da Educação – LDB – trajetórias, limites e perspectivas. São Paulo. Ed: Autores Associados, 1999. _____. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto de MEC. Educação & Sociedade. v. XXVIII, nº100, out./2007. p. 1231-1255. _____. Sistema Nacional de Educação: desafio para uma educação igualitária e federativa. Educação & Sociedade. v.XXIX. nº 105, set./dez. 2008. p.1187-1209. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. <u>Parâmetros Curriculares Nacionais + (PCN)</u>. Brasília: MEC, 2002. BRASIL. Lei nº. 9394/96 – <u>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional</u>. _____. Lei nº. 10.172/01 – <u>Plano Nacional de Educação</u>. Disponível em: www.planalto.gov.br. _____. Lei nº 8069/90 - <u>Estatuto da Criança e do Adolescente</u>. Disponível em: www.planalto.gov.br. OLIVEIRA, João Ferreira de. A educação básica e o PNE/2011-2020. Revista Retratos da Escola. Brasília, v. 4, n.6, p.123-141, jan./jun. 2010 Resolução CNE/CP – 1 de 15/05/2006. Disponível em: www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. RIZZINI, I. A Criança e a Lei no Brasil. Brasília: Unicef, 2000. SAVIANI, D. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. Campinas: Autores Associados, 2007.
METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA – C/H: 40 h/a EMENTA: A pesquisa como forma da investigação para a construção da prática: o projeto de pesquisa; consultas a bibliotecas e centros de documentação para leitura, análise e interpretação de textos; redação de relatórios e sua apresentação. Leis da produção científica e método científico. Conceituação de métodos, técnicas e pesquisa. Técnicas de documentação. O trabalho monográfico e o artigo científico. BIBLIOGRAFIA BÁSICA GIL, A. C. Como elaborar um projeto de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2009. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2008. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Normalização da Documentação no Brasil. Rio de Janeiro, 2000, 2011. MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática, fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 2008. SALOMON, D.V. Como fazer monografia. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FISIOLOGIA APLICADA AO EXERCÍCIO – C/H: 60 h/a

EMENTA: A partir do conceito de estímulo e adaptação orgânica frente ao exercício, a disciplina pretende propiciar ao aluno condições necessárias para a compreensão das alterações orgânicas, metabólicas e estruturais que ocorrem no corpo humano em resposta ao exercício físico, e assim, subsidiar a sua prática pedagógica ou a prescrição de treinamento. Para tanto, serão contemplados: controle do ambiente interno; Bioenergética; Metabolismo do Exercício; Respostas hormonais ao exercício; Sistemas nervoso, esquelético, circulatório e respiratório frente ao exercício físico; Fisiologia do treinamento: desempenho, $VO_2\text{max}$, força; mensuração do gasto energético e variáveis do treinamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

McARDLE, W. Fisiologia do Exercício: energia, nutrição e desempenho humano. Editora Guanabara Koogan 5ª edição, 2003.

POWERS, S.K.; HOWLEY, E.T. Fisiologia do Exercício: Teoria e Aplicação ao Condicionamento e ao Desempenho. 5. ed. Barueri: Manole, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERTUZZI, R.C.M.; SILVA, A.E.L.; ABAD, C.C.C.; PIRES, F.O. Metabolismo do lactato: Uma revisão sobre a bioenergética e a fadiga muscular. Rev. Bras. Cineantropom Desempenho Hum 2009;11(2):226-234.

IDE, B.N.; LOPES, C.R.; SARRAIPA, M.R. Fisiologia do Treinamento Esportivo. Editora Phorte 2010.

MATHEWS, D.K.; FOX, E.L. The physiological basis of physical education athletics. Saunders College, Philadelphia, 2ª edition, 1976.

ROWEL, L.B.; SHEPHERD, J.T. Exercise regulation and integration of multiple systems – section 12 of Handbook of Physiology. Oxford University Press, Oxford, NY, 1996.

AValiação: INSTRUMENTOS E INDICADORES – C/H: 40 h/a

EMENTA: Conceitos de avaliação de políticas e programas na educação. As dimensões da avaliação. Avaliação de desempenho: novos paradigmas; Histórico da Avaliação e indicadores dos organismos nacionais e internacionais. Implementação de políticas públicas, métodos, modelos e técnicas usuais na pesquisa avaliativa, indicadores - conceitos básicos. Avaliação de desempenho e indicadores (PISA, IDEB, IDESP, SAEB, SARESP, ENEM). Análise, interpretação dos indicadores e informações contidas nas avaliações externas e desempenho escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTAR, H.A. de F. et al. O sistema de Avaliação de rendimento Escolar do Estado de São Paulo: implantação e continuidade. Ideias, São Paulo: FDE, n. 30, 1998.

BRASIL. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil / Ministério da Educação / Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009. Em: <http://portal.mec.gov.br>.

DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, N. C. (Org). Avaliação institucional: teoria e experiências. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Resolução SE nº 27, de 29 de março de 1996. Dispõe sobre o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo

Resolução SE nº 41, de 31-07-2014 Ementa: Dispõe sobre a realização das provas de avaliação relativas ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP/2014.

Resolução SE - 74, de 6-11-2008 Institui o Programa de Qualidade da Escola – PQE - Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo – IDESP.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Inep-MEC. (coordenadores) Indicadores da qualidade na educação / Ação Educativa, Unicef, PNUD. – São Paulo: Ação Educativa, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_indqua.pdf.

FREITAS G., MARCELO. Avaliação Institucional... Para que serve, mesmo? Revista de Gestão Educacional. Ed.57, ano V, fevereiro de 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/Site/>>

MEC - Portaria nº 931, de 21 de Março de 2005 - Institui o Sistema de Avaliação da Educação Básica, composto pela Prova Brasil (Anresc) e pelo Saeb (Aneb).

PRADO, C. et alli. Avaliação do Rendimento Escolar. São Paulo: Papirus, 1996.

GESTÃO, PLANEJAMENTO E PROJETO PEDAGÓGICO – C/H: 60 h/a

EMENTA: Referências legais para a Gestão Democrática da Escola; gestão pedagógica da escola: princípios e desafios; Gestão democrática e o movimento de construção e planejamento do Projeto Político Pedagógico. Identificação dos princípios da gestão democrática e os diferentes mecanismos e processos de participação social na gestão da unidade escolar enfatizando o papel do pedagogo enquanto professor/gestor e professor/coordenador.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CENPEC. Diagnóstico e plano de ação educativa: uma proposta de trabalho coletivo. Suplemento Melhoria da Educação no Município. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2003.

BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. do C. B. Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC-SP, p. 101-126; 2001.

Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertad, 1995.

FERREIRA, N.S.C. (org.) Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo, Cortez, 2001.

GADOTTI, M. Pressupostos do projeto político-pedagógico. In: O projeto político pedagógico da escola. Brasília, MEC/SEF, 1994, p. 21-38.
 OLIVEIRA, D. A. (org.). Gestão Democrática da educação – desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 2001.
 PADILHA, P. R. Planejamento dialógico: como construir o Projeto Político-pedagógico da escola. São Paulo. Cortez, 2001.
 PARO, V. H. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino. 1. ed. São Paulo: Ed. Ática, 2007.
 PARO, V. H. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 2003.
 SEE – Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Proposta Curricular do Estado de São Paulo para o Ensino de Educação Física.
 VASCONCELLOS, C. dos S. Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. 14ª Ed. São Paulo: Libertad, 2009.

WEBGRAFIA

www.rededosaber.sp.gov.br

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Resolução nº 2, de 02 de abril de 1998: Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.
 BRASIL/MEC. Lei 10172 de 9 de Janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação. Brasília, 2001. <http://portal.mec.gov.br>.
 CENPEC. O diagnóstico educacional: uma direção para a ação educativa. Suplemento Melhoria da educação no município, v. 2. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2003.
 VIEIRA, T. et al. Gestão Educacional e Tecnologia. São Paulo: Avercamp, 2003.

MEDIDAS E AVALIAÇÃO E BIOESTATÍSTICA BÁSICA – C/H: 60 h/a

EMENTA: Conceitos e métodos do processo de medidas e avaliação e análise desses dados por meio de métodos estatísticos aplicados: Estudo da avaliação e métodos relativos à Educação Física, Esporte e Lazer, levando em consideração o processo adaptativo da espécie antro-pio-bio-cultural. Aspectos quantitativos e qualitativos: 1. Obtenção de dados (desenho de pesquisa e amostragem); 2. Apresentação de banco de dados (estatística descritiva); 3. Análise paramétrica: testes de hipóteses, intervalo de confiança, valores probabilísticos, teste z, teste t, análise de variância; 4. Análise não paramétrica; 4. Análise de regressão; 5. Interpretação de dados em pesquisa científica

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CALLEGARI-JACQUES, S. Bioestatística: Princípios e Aplicações. São Paulo: Artmed, 2008.
 KISS, M. A. P. D. M. Avaliação em Educação Física: Aspectos Biológicos Educacionais. São Paulo: Manole, 1987.
 GUEDES, D. P. Manual prático para avaliação em educação física. São Paulo: Manole, 2006

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. Diretrizes do ACMS para os testes de esforços e sua prescrição. 6ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
 BERQUÓ, E. S. et al. Bioestatística. 2ª ed. São Paulo: EPV, 2001.
 FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A. Curso de estatística. São Paulo: Atlas, 1996.
 HEYWARD, V. H.; STOLARCZYK, L. M. Avaliação da Composição Corporal Aplicada. São Paulo: Manole, 2000.
 TRITSCHLER, K. Medida e Avaliação em Educação Física e Esportes: de Barrow&McGee. São Paulo: Manole, 2003

PRÁTICA DE ENSINO - INCLUSÃO E TEMAS TRANSVERSAIS EM EDUCAÇÃO FÍSICA – C/H: 60 h/a

EMENTA: Conceituar a transversalidade como uma das formas permanentes de associar os conhecimentos adquiridos e a sociedade contemporânea, diante disto elucidar os conceitos da ética, da sexualidade, da cidadania, da saúde, da pluralidade cultural e do meio ambiente entre outros, como alguns dos eixos que estruturam o currículo da Educação Física nas escolas brasileiras. A mudança na orientação da organização escolar passa pela construção de novas formas de se conceber tanto as relações interpessoais quanto as institucionais, e buscam a construção de uma escola inclusiva, pautada nos princípios da justiça e nos direitos e deveres da sociedade.
 Discussão da prática pedagógica em Educação Física no que se refere aos desafios da educação inclusiva. Para tanto, a discussão será norteada pelos pares dialéticos da didática entre os objetivos x avaliação e o conteúdo x metodologia de trabalho do profissional em Educação Física, e sendo o profissional da área de educação física escolar responsável pela mediação do processo de construção da cultura corporal do movimento, o mesmo deverá propor reflexões a respeito das possibilidades de acesso dos adjuvantes, respeitando a diversidade cultural, social e corporal existente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, U. F. Temas Transversais e estratégias de projetos. São Paulo: Editora Moderna Ltda, 2003.
 BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>
 BUSQUET, M. D. et al. Temas transversais em educação. São Paulo: Ática, 1997.
 DARIDO, S. C., et al. Educação Física e temas transversais: possibilidades de aplicação. – São Paulo: Editora Mackenzie, 2006.
 FERREIRA, V. Educação Física: Interdisciplinaridade, Aprendizagem e Inclusão. São Paulo: Sprint, 2006.
 MATTOS, M.G. Neira, M.G. Educação Física na Adolescência : construindo o conhecimento na escola. Edição n3, São Paulo: Phorte e editora, 2004.
 PIRES, J.; RAMOS, L. A Inclusão saberes e competências - Col. Educação Inclusiva. São Paulo: VOZES, 2006.

RODRIGUES, D. Inclusão e Educação - Doze Olhares Sobre Educação Inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVAREZ, M. N. Valores e Temas Transversais no currículo. São Paulo: Artmed, 2002.
CARVALHO, R. E. A nova LDB e a Educação Especial. São Paulo: WVA Editora, 1997.
FREIRE, P. Educação e mudança. Petrópolis: Paz e Terra, 1979.
INOUE, A. M. Temas Transversais em valores humanos. São Paulo: Peirópolis, 1999.
SANTOS, M. P.; MOREIRA, M. P. Inclusão em Educação. São Paulo: CORTEZ, 2005.

EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA – C/H: 40 h/a

EMENTA: Identificar conceitos e características das habilidades em deficientes físicos e patológicos. Aplicabilidade motoras às deficiências, segundo suas limitações. Trabalho de movimento, de base, recreativos, jogos, entre outros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIEHL, R. M. Jogando com as diferenças. São Paulo: Editora Phorte, 2006.
DUARTE, E.; LIMA, S. M. T. Atividade Física para Pessoas com Necessidades Especiais: Experiências e Intervenções Pedagógicas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
MAUERBERG-DeCASTRO. Atividade física adaptada. Ribeirão Preto: Tecmedd, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARNHEIM, D. D.; SINCLAIR, W. A. Physical education for special populations: a developmental, adapted, and remedial approach. New Jersey: Library of Congress Cataloging in Publication Data, 1985.
AUXTER, D. M.; PYFER, J. Principles and methods of adapted physical education and recreation. St. Louis: Times Mirror/Mosby College Publishing, 1985.
KRYNSKI, S. Deficiência mental. Rio de Janeiro: Livraria Atheneu, 1969.
MELLO, M. T. Avaliação clínica e da aptidão física dos atletas Paraolímpicos Brasileiros: conceitos, métodos e resultados. São Paulo: Livraria Atheneu, 2004.
MOSQUERA, C. Educação Física para deficientes visuais. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

7º termo

ESPORTES DE AVENTURA – C/H: 40 h/a

EMENTA: Conceito, fontes, princípios e campo de aplicação da educação ambiental. Impacto ambiental e a atividade física. Função ecológica da educação física. Estudo dos esportes de aventura, suas características, modalidades e aplicações em ambiente escolar e não-escolar. Cuidados especiais na segurança de participantes e na manutenção de equipamentos, em especial, para pessoas com deficiência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, V. L. M. Esportes de aventura e risco na montanha. Editora Manole, 2000.
HUTCHISON, D. Educação ecológica: ideias sobre consciência ambiental. Editora Artes Médicas do Sul, 2000.
REIGOTA, M. Ecologistas. Editora EDUNISC, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino da Educação Física. 2ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 1994
FIXX, J. F.; PINHEIRO DE LEMOS, A. B. Guia completo de corrida/THE COMPLETE BOOK OF RUNNING. 4 ed Editora Record, 1977.
SOUSA, L. C. G. F.; KURDOGLIAN, A. Manual do escalador/ técnicas, regras, comentários. Editora Papervivos, 1979.

INFORMÁTICA APLICADA À EDUCAÇÃO FÍSICA – C/H: 40 h/a

EMENTA: Conceitos e terminologias específicas de informática. Manipulação de arquivos e pastas. Editor de texto. Banco de dados. Planilhas. O uso educacional da Internet. Recursos da informática para o ensino e a pesquisa na área de Educação Física. Possibilidade de uso do computador na formação do professor. Programas educativos. Exploração de software para o ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, F. Educação e informática: Os computadores na escola. São Paulo: Cortez, 2005.

CARVALHO, A.A.A. (ORG.). Manual de ferramentas da Web 2.0 para professores. Portugal: Ministério da Educação/DGIDC, 2008.
TARJA, S. F. Informática na Educação. São Paulo: Editora Érica LTDA, 2001.
VELLOSO, F. C. Informática: conceitos básicos. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CANTALICE, W. Manual do Usuário - 5 em 1 – Windows Vista Ms Office 2007. São Paulo: Brasport, 2007.
CAPRON, H. L., JOHNSON, J. A. Introdução à Informática. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.
SILVA, M. G. Terminologia Básica: Windows XP, Word XP. São Paulo: Editora Érica LTDA, 2002.

ATIVIDADE FÍSICA PARA POPULAÇÕES ESPECIAIS – C/H: 40 h/a

EMENTA: Relação entre atividade física, aptidão física e saúde; epidemiologia das doenças crônicas não transmissíveis; estudo da prática de atividade física em condições e populações especiais, principais doenças crônicas não transmissíveis; impacto da atividade física na prevenção; benefícios das atividades motoras na promoção de saúde e no tratamento dessas doenças; ajustes e adaptações necessários na metodologia de treinamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. Fisiologia do Exercício Clínico: afecções musculoesqueléticas, neuromusculares, neoplásicas, imunológicas e hematológicas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.
GHORAYEB, N. O exercício: preparação fisiológica, avaliação médica, aspectos especiais e preventivos. São Paulo: Atheneu, 1999.
POLLOCK, M. L.; WILMORE, J. H. Exercícios na saúde e na doença. 3. Ed. Rio de Janeiro: Medsi, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOUCHARD, C. Atividade física e obesidade. São Paulo: Manole, 2003.
FRONTERA, W. R. Exercício físico e reabilitação. Porto Alegre: Artmed, 2001.
REY, I. Dicionário de Termos Técnicos de Medicina e Saúde. 2ª Ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2003.
SHERI, C. Atividade Física e Diabetes. São Paulo: Manole, 2002.

EDUCAÇÃO FÍSICA PARA TERCEIRA IDADE – C/H: 40 h/a

EMENTA: Identificar conceitos, características, habilidades, limitações e possibilidades do indivíduo na 3ª idade. Aplicabilidade das atividades motoras às suas necessidades e segundo suas limitações, promovendo saúde, bem estar e qualidade de vida. Trabalho de movimento, de base, recreativos, jogos e de promoção da autonomia de movimentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GEIS, P.P.; RUBI, M.C. Atividade Física e Saúde na Terceira Idade. São Paulo: Artmed, 2003.
HAYWOOD, K. M.; GETCHELL, N. Desenvolvimento motor ao longo da vida. 3ª ed. São Paulo: Artmed, 2004.
MAZO, G. Z.; LOPES, M. A.; BENEDETTI, T. B. Atividade Física e o Idoso - Concepções Gerontológicas. Porto Alegre: Sulina, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOBBI, S; VILLAR, R.; ZAGO, A. S. Bases teórico-práticas do condicionamento físico. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
PACHECO J.L.; PY L.; SÁ J.L. Tempo de Envelhecer: Percursos e Dimensões Psicossociais. Rio de Janeiro: Nau, 2006.
THOMPSON, P.D. O exercício e a cardiologia do esporte. São Paulo: Manole, 2004.
WESTCOTT, W. & BAECHLE, T. Treinamento de força para a Terceira Idade. São Paulo: Manole, 2001.

ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO ESPORTIVA – C/H: 40 h/a

EMENTA: Funções administrativas aplicadas à Educação Física: planejamento, organização, direção e controle. Realização de uma competição esportiva. Organização de um departamento de educação física. Estruturas organizacionais esportivas do setor público. Sistemas utilizados nos processos de competições. Torneios e campeonatos. Eventos esportivos. Arquitetura desportiva.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPINUSSU, J. M. Teoria Organizacional da Educação Física dos Desportos. 1ª Ed. São Paulo: Ed. Ibrasa, 1979.
CARREIRO, E. A. Gestão da educação física e esporte. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
CHIAVENATO, I. Introdução a Teoria Geral da Administração. 1ª Ed. São Paulo: Ed. Mghill, 1983.
KAWASNICKA, E. V. Introdução à Administração 1ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 1981.
PITTS, G. B. Fundamentos de Marketing Esportivo 1º Ed. Brasileira. Editora Phorte, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPINUSSÚ, J. M. Moderna Organização da Educação Física e Desportos. São Paulo: Ibrasa, 1992.
COSTA, L. P. Noções de Administração para Profissionais de Educação Física. 1ª Ed. Ed. Mec. Brasília, 1979.
NOBREGA, R. G. A organização de eventos esportivos nº 1, 2ª Ed. Brasília: Editora Unb, 1989.
TEIXEIRA, O. Educação Física e Desportos. Mec, Brasília, 1984.
VIANA, E. Organização de Competições Esportivas. UERJ, Rio de Janeiro, 1987.

PRIMEIROS SOCORROS EM EDUCAÇÃO FÍSICA – C/H: 20 h/a

EMENTA: Métodos básicos de assistência em situações de emergência. Procedimentos de emergência e preventivos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PIRES, M.T.B.; STARLING, S.V. Manual de Urgência e emergência em Pronto Socorro, 8ª ed, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
BRUNNER; SUDARTH, Tratado de Enfermagem, 8ª Ed, Vol I, Guanabara Koogan, 1999.
SCHULL, P.D. Enfermagem Básica: Teoria & Prática, 2ª Ed. Richell, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARPENITO, L.J. Manual de Diagnóstico de Enfermagem, Ed. Artmed, 9ª Edição, 2003.
NETTINA, S.M. Prática de Enfermagem. Ed. Guanabara Koogan, 7ª Edição, 2003.
BARROS, A. L. B. L. Anamnese e Exame Físico. Ed. Artmed, 9ª Edição, 2003.

PRINCÍPIOS BÁSICOS DO CONDICIONAMENTO FÍSICO – C/H: 40 h/a

EMENTA: Estudo dos fatores fisiológicos, biológicos e morfo-funcionais do movimento humano. Análise metodológica dos componentes fundamentais ao aprimoramento do gesto humano (coordenação, flexibilidade, equilíbrio, resistência aeróbia e anaeróbia, força e agilidade). Estudos de técnicas específicas para promoção da saúde física.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOBBI, S; VILLAR, R.; ZAGO, A. S. Bases teórico-práticas do condicionamento físico. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
MATVEEV, L.P. Preparação desportiva. Londrina: Centro de Informações Desportivas, 1996.
MATVEEV, L.P. Treino desportivo: metodologia e treinamento. Londrina: Centro de Informações Desportivas, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBANTI, V.J. Teoria e prática do treinamento desportivo. (2ª. ed). São Paulo: Editora Edgard Blucher Ltda, 1997.
BARBANTI, V.J. Treinamento físico: bases científicas. (2ª. ed). São Paulo, C.L.R. Baliero, 1997.
VERKHOSHANSKI, Y.V. Força: treinamento de potência e método de choque. Londrina: Centro de Informações Desportivas, 1996.

NUTRIÇÃO NA ATIVIDADE FÍSICA – C/H: 40 h/a

EMENTA: Esta disciplina demonstrará a importância da conscientização dos hábitos alimentares saudáveis no Ciclo da Vida; Energia; Nutrição no Controle de Peso; Terapia Clínica Nutricional nas doenças crônico- degenerativas não transmissíveis; Importância do Educador físico na Educação Alimentar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

McARDLE, W. Fisiologia do Exercício: energia, nutrição e desempenho humano. Guanabara Koogan, 5ª edição, 2003.
McARDLE, W. KATCH, F. E KATCH, V. Nutrição para o desporto e o exercício. Guanabara Koogan, 2001.
SILVEIRA LR, et al. Regulação do metabolismo de glicose e ácido graxo no músculo esquelético durante o exercício físico. Arq.Bras. EndocrinolMetab 2011;55(5):303-313.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CINTRA, D.E.; ROPELLE, E.R.; PAULI, J.R. Obesidade e Diabetes: Fisiopatologia e Sinalização Celular. Servier, 2011.
GUYTON, A.C. Tratado de Fisiologia médica. Editora Interamericana. 10ª edição, 1997.
HOWLEY, E.; POWERS, S. Fisiologia do Exercício: Teoria e aplicação ao condicionamento e ao desporto. Editora Manole, 2000.
IDE, B.N.; LOPES, C.R.; SARRAIPA, M.R. Fisiologia do treinamento esportivo. Editora Phorte, 2010.
WILMORE, J.H.; COSTIL, D.L. Fisiologia do Esporte e Exercício. Editora Manole. 2ª edição, 2001.

TREINAMENTO RESISTIDO EM ACADEMIA E TREINAMENTO INDIVIDUALIZADO (Personal Trainer) – C/H: 60 h/a EMENTA: Metodologia e objetivos da Musculação. Manuseio de equipamentos. Fundamentos fisiológicos da musculação. Treinamento de exercícios resistidos: volume, intensidade e duração na aquisição de resistência, força, potência e hipertrofia muscular. Finalidades da musculação: promoção de saúde, aptidão física e estética. Musculação para diferentes faixas etárias. Musculação para populações especiais. Individualização da avaliação e da prescrição do treinamento. BIBLIOGRAFIA BÁSICA BEAN, A. O guia completo de treinamento de Força. São Paulo: Manole, 1999. BOMPA, T. O. Periodização. São Paulo: Phorte, 2002. F. NETO, A. Musculação para iniciantes. São Paulo: Biopress. 1990. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BOMPA, T O. A periodização no treinamento esportivo. Barueri – SP: Manole, 2001. CARNAVAL, P. E. Cinesilogia da musculação. Editora Sprint, 2001. CARNAVAL, P. E. Musculação aplicada. Editora Sprint, 1995. CHIESA, L. C. Musculação: aplicações práticas. Rio de Janeiro: Shape, 2002. FLECK, S. J.; KRAEMER, W. J. Fundamentos do treinamento de força. Editora Artmed, 1999. KOMI, P. V. Força e potência no esporte. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. WEINECK, J. Treinamento Ideal. São Paulo: Manole, 1999.
ERGOMOTRICIDADE E EXERCÍCIO FÍSICO – C/H: 40 h/a EMENTA: Fundamentos de ergonomia: conceito; breve histórico; áreas de atuação segundo a NR-17; intervenção ergonômica; fisiologia humana relacionada ao trabalho. Ginástica Laboral: conceito; breve histórico; formas de intervenção; resultados fisiológicos, psicológicos, sociais e empresariais; atuação dentro de um programa de promoção da saúde (PPS); avaliação e prescrição do exercício físico no ambiente de trabalho. BIBLIOGRAFIA BÁSICA DUL, J.; WEERDMEESTER, B. Ergonomia Prática. 2ª Ed., São Paulo: Edgard Blücher, 2004 FIGUEIREDO, F.; MONT'ALVÃO, C. Ginástica Laboral e Ergonomia. Rio de Janeiro: Sprint, 2005. IIDA, I. Ergonomia: Projeto e Produção. 2ª ed., São Paulo: Edgard Blücher, 2005. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR MORAES, A. Ergonomia: conceitos e aplicações. 2ª ed. Rio de Janeiro: 2AB, 2000 MINISTÉRIO DO TRABALHO. Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho: NR 17 – Relativa à Ergonomia. Brasília: Ministério do Trabalho, 1996 LIMA, V. Ginástica Laboral: atividade física no ambiente de trabalho. São Paulo: Phorte, 2003. COUTO, H. A. Ergonomia Aplicada ao Trabalho. Vol. I e II. Belo Horizonte: Editora Ergo, 1999. ASTRAND, P.; RODAHL, K.; DAHL, H. A.; STROMM, S. B. Tratado de fisiologia do trabalho. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
ESTUDOS AVANÇADOS EM ATIVIDADES AQUÁTICAS – C/H: 60 h/a EMENTA: Histórico, Tipos, Características, Fundamentos e treinamento de diferentes esportes aquáticos: remo, esqui, canoagem, nado sincronizado, pólo aquático. Treinamento e Prescrição do exercício aquático para populações especiais em natação e hidroginástica. BIBLIOGRAFIA BÁSICA MACHADO, D. C. Natação: teoria e prática. Editora Sprint, 1995. MAGLISCHO, E. W. Nadando ainda mais rápido. Editora Manole, 1999. PLATONOV, V. Treinamento desportivo para nadadores de alto nível. Editora Phorte, 2005. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR MAKARENKO, L. P. Natação: seleção de talentos e iniciação desportiva. Porto Alegre: Artmed, 2001. MCARDLE, W. D.; KATCH, F. I.; KATCH. Fisiologia do exercício: energia, nutrição e desempenho humano. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

MCGINNIS, P. M. Biomecânica do esporte e exercício. Porto Alegre: Artmed, 2002.
 PLATONOV, V. N. Teoria geral do treinamento desportivo olímpico. Porto Alegre: Artmed, 2004.
 POWER, S. K.; HOWLEY, E. T. Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho. 3 ed. São Paulo: Manole, 2000.

ESTUDOS AVANÇADOS EM MODALIDADE ESPORTIVA COLETIVA – C/H: 40 h/a

EMENTA: Histórico e evolução da iniciação esportiva. Princípios básicos da iniciação esportiva generalizada. Métodos convencionais e alternativos de iniciação esportiva generalizada. Princípios da iniciação esportiva especializada. Métodos convencionais e alternativos de iniciação esportiva generalizada especializada. Histórico, prática e ensino de esportes de Quadra. Esportes de Campo. Esportes de Pista. Esportes de Mesa. Esportes Alternativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MELLO, D. Ciclismo indoor. Editora Sprint, 2004.
 NAKASHIMA, C. T.; NAKASHIMA, A. H. S. Tênis de mesa paraolímpico: manual de orientação para professores de educação física. Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2006.
 SOUSA, L. C. G. F. de; Kurdoglian, A. Manual do escalador/ técnicas, regras, comentários. Editora Papervivos, 197

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOMPA, T. O. Treinando atletas de desporto coletivo. Editora Phorte, 2005.
 GRECO, P. J.; Benda, R. N. Iniciação esportiva universal: da aprendizagem motora ao treino técnico. Editora UFMG, 1998.
 KOMI, P. V. Força e potência no esporte. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
 SULLIVAN, J. A & ANDERSON, S. J. Cuidados com o jovem atleta. Editora Manole, 2000.
 WEINECK, J. Treinamento Ideal. São Paulo: Manole, 1999.

GINÁSTICA DE ACADEMIA – C/H: 60 h/a

EMENTA: Ginástica de academia: exercícios básicos, corretivos e de postura. Finalidades da ginástica de academia: promoção de saúde, aptidão física e estética. Diferentes combinações das variáveis: volume, intensidade e duração. Tipos de ginástica de academia. Ginástica de academia para populações especiais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBANTI, V. J. Aptidão Física: Um Convite à Saúde. São Paulo: Manole, 1990.
 DELAVIER, F. Guia dos Movimentos de Musculação: Abordagem Anatômica. São Paulo: Manole, 2003.
 SABA, F. Aderência: a prática do exercício físico em academias. São Paulo: Manole, 2003

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AABERG, E. Conceitos e técnicas para o treinamento resistido. São Paulo: Manole, 2002.
 ALLSEN, P. E.; HARRISON, J. H.; VANCE, B. Exercício e qualidade de vida. São Paulo: Manole, 2001.
 BEAN, A. O guia completo de treinamento de força. São Paulo: Manole, 1999.
 SCHOENFELD, B. Esculpindo o Corpo Perfeito para Mulheres. São Paulo: Manole, 2001.
 WEINECK, J. Treinamento Ideal. São Paulo: Manole, 1999.

BIOMECÂNICA DO MOVIMENTO HUMANO – C/H: 40 h/a

EMENTA: Princípios físicos elementares, álgebra vetorial, conceitos fundamentais da mecânica, equilíbrio. Introdução a Biomecânica: áreas de estudo e atuação da biomecânica; relações interdisciplinares. Métodos de investigação biomecânica da postura e do movimento humano: cinemetria, eletromiografia, dinamometria; antropometria. Biomecânica externa: Características das forças externas ao corpo humano. Biomecânica interna: Características das forças internas ao corpo humano; Procedimentos metodológicos para determinação das forças internas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMADIO, A.C. Fundamentos biomecânicos para análise do movimento humano. São Paulo: Laboratório de Biomecânica / EEFÉ-USP, 1999.
HALL, S. Biomecânica Básica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.
NORDIN, M.; FRANKEL, V.H. Biomecânica básica do sistema musculoesquelético. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMADIO, A.C.; BARBANTI, V.J. (Org.) A biodinâmica do movimento humano e suas relações interdisciplinares. São Paulo: Estação da Liberdade, 2000.
DVIR, Z. Isocinética: avaliações musculares, interpretações e aplicações clínicas. São Paulo: Manole, 2002.
ENOKA, R.M. Bases neuromecânicas da cinesiologia. 2ª ed. São Paulo: Manole, 2001.
HAY, J. G.; REID, J. G. As bases anatômicas e mecânicas do movimento humano. Rio de Janeiro: Ed. Prentice-Hall do Brasil, 1985.
MCGINNIS, P. M. Biomecânica do esporte e exercício. Porto Alegre: Artmed, 2002.

TEORIA DO TREINAMENTO DESPORTIVO – C/H: 60 h/a

EMENTA: Histórico e evolução do Treinamento desportivo. Princípios básicos do treinamento desportivo. Formas de trabalho. Periodização do treinamento desportivo. Métodos convencionais e alternativos de treinamento desportivo. Mecanismos fisiológicos do Treinamento Esportivo. Variáveis influenciadoras e condicionantes do Treinamento Esportivo. Organização do Treinamento Esportivo. Controle do processo de Treinamento Esportivo. Métodos convencionais e alternativos de Treinamento Esportivo. Treinamento esportivo para populações especiais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOMPA, T.O. A periodização no treinamento esportivo. São Paulo: Editora Manole, 2001.
DANTAS, E.M. A prática da preparação física. 4ª ed. Rio de Janeiro: Shape Editora e Promoções Ltda, 1998.
DENADAI, B.S. & GRECO, C.C Prescrição do treinamento aeróbico: teoria e prática. Educação Física no Ensino Superior. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ELLIOTT, B.; MESTER, J. Treinamento no esporte: Aplicando ciência no esporte. São Paulo: Phorte Editora, 2000.
FERNANDES, J.L. O Treinamento Desportivo: Procedimentos, Organização e Métodos. São Paulo: EPU, 1981.
GOBBI, S. & VILLAR, R. & ZAGO, A.D. Bases teórico-práticas do condicionamento físico. Educação Física no Ensino Superior. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
PLATONOV, V.N. & BULATOVA, M.M. A preparação física. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.
VERKHOSHANSKY, Y.V. Treinamento Desportivo: Teoria e metodologia. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

Projeto Experimental Inovador Para Implantação De 20% Das Disciplinas a Distância No Curso De Licenciatura E Bacharelado Em Educação Física Implantação de Disciplinas Na Modalidade Ead – Faculdades De Dracena**I – Contextualização e Justificativa:**

O Ensino Superior tem passado por inúmeros desafios que decorrem da contemporaneidade. Tais desafios se relacionam às inúmeras atividades que as pessoas exercem, conciliando trabalho, estudo, vida familiar, fazendo com que o acesso aos estudos exija algumas flexibilidades.

Em contrapartida, cada vez mais há o entendimento de que o Ensino Superior traz benefícios e progresso para a sociedade como um todo, por isso seu acesso tem sido cada vez mais buscado e valorizado.

Diante disso, o atual Plano Nacional da Educação (PNE), que tem vigência de 2014 a 2024, traz algumas metas para o Ensino Superior, que objetivam aumentar as matrículas e elevar sua qualidade, como pode ser observado a seguir:

Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no seguimento público (BRASIL, 2014, p.73).

Verifica-se então a preocupação com a oferta e com a qualidade da educação ofertada no Ensino Superior em esfera nacional em nosso país, em um plano de ação governamental, o que pode ser encarado como positivo.

Nesse íterim, com o objetivo de tornar o Ensino Superior mais atualizado, flexível e condizente com as necessidades da sociedade vigente, o Ministério da Educação, embasado no artigo 81 da LDB, baixou a Portaria 4059/2004 que admite até 20% da carga horária em modalidade semipresencial.

Assim, as Instituições de Ensino Superior podem flexibilizar seus processos de ensino, oportunizar experiências de uso das diferentes Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, além de preparar seus estudantes para o mercado de trabalho, que na maioria das situações faz uso de recursos tecnológicos e de ambientes virtuais para propostas de formação continuada.

O uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação pode ampliar as possibilidades de construção de conhecimentos aos diferentes conteúdos e áreas do saber, em diferentes espaços e tempos conforme os ditames da sociedade da informação e do conhecimento.

Isto posto, a Faculdade de Dracena considerou que a implantação de disciplinas na modalidade a distância atenderia a necessidade de seu público local, em sua maioria jovens que exercem suas atividades laborativas e residem em cidades vizinhas, alguns vindo inclusive do Estado do Mato Grosso do Sul. Este público procura nos cursos de graduação oferecidos no período noturno uma oportunidade de estudo, desenvolvimento pessoal, intelectual e crescimento profissional, conciliando com trabalho e vida familiar. Assim, verificou-se a necessidade de finalizar as atividades acadêmicas mais cedo, tendo em vista a redução significativa do número de estudantes que permaneciam após as 22h em sala de aula, aliada à baixa produtividade das atividades propostas neste período e ainda problemas enfrentados com os transportes escolares.

Diante disso, a direção acadêmica da Faculdade de Dracena optou por fazer uso da modalidade a distância, tendo como respaldo legal o artigo 81 da LDB, a Portaria 4059/2004 e a Deliberação do Conselho Estadual de Educação - CEE 130, de 10/12/2014.

Com essa opção de finalização das atividades acadêmicas presenciais com uma hora diária de antecedência, compreende-se que os estudantes podem ter um tempo maior para sua interação com a família e descanso, bem como a colaboração na sua recuperação física e mental, proporcionando maior produtividade e disposição no dia seguinte, proporcionando assim a flexibilização e a democratização do ensino superior.

Por isso, 20% da carga horária de todos os cursos de graduação das Faculdades de Dracena a partir do primeiro semestre do ano de 2017 passaram a ser ofertadas na modalidade a distância.

O princípio geral adotado nas escolhas das disciplinas da matriz do curso de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física foi pelo cuidado em não inserir disciplinas cujo conteúdo não integra o conteúdo de outras disciplinas ofertadas no decorrer dos demais semestres do curso. Assim, conforme quadro abaixo, apresentamos as disciplinas propostas para desenvolvimento na modalidade EaD:

1º Semestre		
DISCIPLINA EaD	C/H	PROF. TUTOR
Bases Biológicas aplicadas à Educação Física	60	Prof. Me. Jeisson Emerson Casimiro Ferrari
Filosofia da Educação	40	Prof. Me. Ádamo Alberto de Souza
2º Semestre		
DISCIPLINA EaD	C/H	
Anatomia e neuroanatomia aplicada à Educação Física	60	Profa. Ma. Luciana Sanae Ota Takahashi
Sociologia da Educação	40	Profa. Me. Ádamo Alberto de Souza
3º Semestre		
DISCIPLINA EaD	C/H	
Bioquímica aplicada ao Exercício	60	Prof. Me. Luiz Gustavo Peron Martins

Educação Especial e Inclusiva	40	Profa. Dra. Livia Raposo Bardy Ribeiro Prado
4º Semestre		
DISCIPLINA EaD	C/H	
Crescimento e Desenvolvimento Humano	60	Profa. Ma. Luciana Sanae Ota Takahashi
Avaliação de Ensino e Recuperação da Aprendizagem	40	Profa. Dra. Livia Raposo Bardy Ribeiro Prado
5º Semestre		
DISCIPLINA EaD	C/H	
Metodologia da Pesquisa Científica	60	Prof. Me. Jeisson Emerson Casimiro Ferrari
Políticas Públicas e Legislação Educacional	40	Profa. Ma. Vanessa Ribeiro Andreto
6º semestre		
DISCIPLINA EaD	C/H	
Prática de Ensino: Inclusão e Temas Transversais em Educação Física	60	Prof. Me Emerson José Lima da Silva
Avaliação, Instrumentos e Indicadores	40	Profa. Ma. Vanessa Ribeiro Andreto
7º semestre		
DISCIPLINA EaD	C/H	
Organização e Administração Esportiva	60	Prof. Me. Marcelo Conrado de Freitas
Primeiros Socorros em Educação Física	40	Profa. Dra. Lilian Carla Ferrari Sossai Panício
8º semestre		
DISCIPLINA EaD	C/H	
Estudos Avançados em Atividades Aquáticas	60	Profa. Dra. Bruna Camilo Turi
Estudos Avançados em Modalidade Esportiva Coletiva	40	Prof. Me. Marcelo Conrado de Freitas

Para tanto, os docentes foram preparados para atuar nessa modalidade de ensino de maneira que pudessem elaborar materiais didáticos com qualidade e, posteriormente, desempenhar a tutoria também com qualidade, alicerçada nos parâmetros necessários.

A formação dos docentes das Faculdades de Dracena para atuação na modalidade a distância se deu pela preocupação em cumprir o que a Portaria MEC nº 1.134, publicada no DOU em 11/10/16, estabelece sobre a exigência de “profissionais da educação com formação na área do curso e qualificados em nível compatível ao previsto no projeto pedagógico” (BRASIL, 2016).

Salientamos que as disciplinas foram elaboradas por docentes com formação específica em cada área temática, que já tinham, inclusive, experiência com sua oferta na modalidade presencial na Faculdades de Dracena.

No próximo item, será apresentado o processo de formação docente das Faculdades de Dracena para atuar na modalidade a distância, caracterizando ensino semipresencial, uma vez que algumas atividades, inclusive de avaliação, ocorrem de forma presencial nas dependências da Instituição e serão apresentadas do decorrer deste documento.

II - Formação Docente para atuar na modalidade semipresencial – produção de materiais e tutoria:

No intuito de seguir os parâmetros de qualidade da educação a distância, um curso de formação docente foi ofertado a todos os docentes das Faculdades de Dracena que tivessem interesse em conhecer mais sobre a modalidade.

É importante ressaltar que, para aqueles docentes que elaborariam materiais para as disciplinas selecionadas para a modalidade a distância e que fariam a tutoria, a formação foi obrigatória. Houve a preocupação de que o docente convidado para elaborar a disciplina tivesse titulação condizente para a docência no Ensino Superior na área específica de cada uma das disciplinas que foram para a modalidade a distância e já fosse docente da instituição com experiência na docência da disciplina em caráter presencial.

O curso de formação docente foi idealizado e desenvolvido por docentes de outras Instituições de Ensino Superior que têm experiência com a modalidade de ensino a distância em formação inicial e continuada. Além disso, a coordenação de tutoria e a direção acadêmica das Faculdades de Dracena estiveram envolvidas na idealização do curso, para que este tivesse as características almejadas pela instituição.

O curso teve 60 horas de carga horária e foi organizado em 05 módulos, conforme pode ser visualizado no quadro a seguir.

Módulo	Temas estudados	Carga horária
Introdução aos Estudos na Modalidade a Distância	- A postura do estudante on-line; - Organizando o tempo de estudo; - Ambiente Virtual de Aprendizagem.	05 horas
Concepção e Políticas de EaD	- Concepção de EaD; - Objetivos e características da Educação a Distância; - Políticas de EaD no país; - Diferenças e vantagens da educação tradicional e a distância.	15 horas
Planejamento e Gestão de EAD e Produção de Materiais	- Projeto do sistema de EaD; - Estrutura e fundamentos do sistema de EaD;- Atores envolvidos no processo (professor especialista e professor-tutor); - Produção de materiais.	15 horas
Avaliação do Conteúdo Teórico	- Formas de avaliar; - Os tipos de avaliação.	10 horas
Prática de Tutoria em EaD	- Conceito de tutoria; - Funções do tutor; - Tipos de tutores; - Papel do tutor.	15 horas

Durante o período do curso, dois encontros presenciais ocorreram para que essa nova modalidade de ensino na Faculdades de Dracena pudesse ser discutida e melhor compreendida por todos os envolvidos. Além disso, foi um momento de primeiro contato com o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle¹.

É importante salientar que a adoção da modalidade a distância na Faculdades de Dracena esteve, desde sua implantação até a produção dos materiais para as disciplinas, pautada no entendimento de que o processo de ensino e aprendizagem deve ser centrado na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologia remota. E, ainda, de maneira que coloque o estudante como protagonista de seu próprio processo de aquisição de conhecimentos, o que, se feito com seriedade e responsabilidade, pode favorecer a formação de profissionais mais autônomos e críticos.

Além do ambiente virtual das disciplinas, todos os docentes que exercem tutoria on-line, os coordenadores de curso e a direção acadêmica podem se comunicar por um ambiente denominado “Sala Coordenação de Tutoria”, em que orientações e discussões são realizadas entre os docentes tutores, coordenação de curso, direção acadêmica e coordenação de tutoria. Este ambiente é utilizado para troca de conhecimentos e informações de cunho pedagógico e tecnológico.

Os docentes que elaboraram as disciplinas na modalidade a distância (proposta de atividades e materiais de apoio) foram pagos de acordo com a carga horária da disciplina. Faz-se necessário mencionar também que a atribuição das aulas, quantidade em horas e valor a receber pela tutoria não diferem das disciplinas presenciais das Faculdades de Dracena.

Seguem informações sobre a estrutura das disciplinas EaD das Faculdades de Dracena.

III – Proposta Metodológica e Estrutura das Disciplinas EaD das Faculdades de Dracena:

Conforme já apresentado, o Ambiente Virtual de Aprendizagem adotado pela Faculdades de Dracena foi o Moodle. O Moodle é um ambiente que reúne recursos e ferramentas tecnológicas que viabilizam a elaboração e a disponibilização de materiais didáticos, bem como o acompanhamento de situações de ensino, construção de aprendizagem ativa, colaborativa e significativa.

No Moodle, podem ser inseridos diversos recursos e materiais, tais como: materiais de apoio em formatos de textos, editor de apresentação, imagens, vídeos, músicas, gráficos, tabelas, manuais, documentos legais, entre outros.

As ferramentas utilizadas no Moodle foram: Tarefa (para envio de arquivos em diferentes formatos), Fórum de discussão (proporcionando discussão, troca de conhecimentos e até mesmo materiais de forma assíncrona), Questionário, Wiki (possibilita a construção coletiva de produtos de forma síncrona ou assíncrona) e Chat (para esclarecimento de dúvidas de forma síncrona).

Assim, é possível proporcionar um ambiente interativo e colaborativo de aprendizagem, que auxilie o estudante no desenvolvimento dos estudos, o docente em suas atividades de ensino e até mesmo os coordenadores de curso e diretores acadêmicos na gestão de suas funções pedagógicas e administrativas, uma vez que todos têm acesso aos ambientes das disciplinas.

Os estudantes e docentes que exercem a tutoria on-line possuem acesso ao ambiente virtual das disciplinas em qualquer lugar, tempo, computador, *notebook* e até mesmo *smartphone*.

A elaboração dos materiais das disciplinas na modalidade a distância, especificamente dos materiais de apoio que são disponibilizados aos estudantes (em formato de apresentação ou texto, pelo docente que foi autor da disciplina), promovem a interação social para a aprendizagem, de maneira que esta deixe de ocorrer apenas de forma individual.

O estudante passa a fazer parte de um grupo social, no qual é instigado a questionar, descobrir e compreender o mundo a partir de interações com seus pares e docente tutor. Assim, estudos autodirigidos e discussões por meio de fóruns, chats e demais recursos específicos contribuem para um processo de ensino e aprendizagem mais dinâmico e inovador.

As disciplinas foram elaboradas de maneira que os conteúdos programáticos tivessem uma sequência lógica e didática. Os estudantes têm acesso, no início da disciplina, a um cronograma com as datas de início, término e informações acerca dos materiais de leitura e atividades avaliativas, com o objetivo de ajudá-los na organização de seus estudos e na construção de sua autonomia.

Embora haja flexibilidade de tempo e horário para a realização das atividades propostas nas disciplinas a distância, todas as atividades têm prazos de entrega que deverão ser respeitados pelos estudantes.

Nesse cronograma, há a indicação dos materiais para leitura e onde podem ser encontrados, se na biblioteca física das Faculdades de Dracena, se em alguma das Bibliotecas Virtuais ou se em repositórios educacionais de artigos científicos.

É importante ressaltar que só são indicados os materiais bibliográficos dos quais a instituição possui licença, seja pela compra de livros que estão na biblioteca física ou nas bibliotecas virtuais.

Todas as atividades propostas são para cômputo da frequência e algumas são avaliativas para composição das médias dos dois bimestres. A forma de composição de média nas disciplinas a distância é a mesma das disciplinas presenciais.

Em todas as atividades propostas, os estudantes recebem uma contextualização sobre o conteúdo programático no qual a atividade se insere, qual é o objetivo desta e as informações sobre quais materiais devem ser consultados para a realização da atividade. A solicitação de leitura de livros didáticos e artigos científicos é feita em todas as atividades, bem como um material de apoio é ofertado em cada conteúdo programático aos estudantes. Nesse material de apoio, que pode ser no formato de apresentação com acréscimo de imagens e sugestões de vídeos complementares, o docente autor traz a explanação acerca do conteúdo programático no intuito de reforçar os conceitos principais e sanar eventuais dúvidas.

Caso as dúvidas persistam, no decorrer da realização das atividades, os estudantes podem entrar em contato com o docente tutor por meio de um canal rápido no próprio ambiente da disciplina denominado de “Fórum de Dúvidas”. Se houver necessidade, o docente tutor e o estudante podem marcar um dia e horário para que conversem por meio da ferramenta *Chat*.

Além disso, momentos presenciais são oportunizados aos estudantes de maneira que possam ter mais uma forma de interação com o docente tutor. Estes encontros ocorrem aos sábados. A cada bimestre, ocorrem dois encontros denominados de “Plantão Presencial”, que são agendados próximos às avaliações bimestrais. Os estudantes têm acesso às datas estabelecidas para os plantões no início da disciplina, quando uma aula inaugural é feita com a coordenação da EaD, de curso e com o docente tutor. Ademais, as datas dos plantões estão inseridas no cronograma de maneira que os estudantes possam se organizar com antecedência para participar.

Antes da realização da prova do segundo bimestre, os estudantes têm uma aula presencial para que possam fazer uma espécie de revisão dos conteúdos abordados no decorrer da disciplina, além do plantão presencial que ocorre no sábado que antecede a avaliação.

Em relação à correção das atividades propostas, é importante mencionar que o docente tutor é orientado a se organizar semanalmente de maneira que se dedique à correção das atividades e interação com os estudantes de maneira condizente com a carga horária semanal de cada disciplina. Assim, o estudante, ao realizar sua atividade, recebe a correção com feedback formativo e atribuição da nota, quando for o caso, no prazo máximo de uma semana após a realização.

Entretanto, há ainda a orientação de que o docente tutor acesse o ambiente virtual da disciplina o máximo de vezes que conseguir durante a semana, se possível todos os dias, para que possa responder com a maior agilidade possível as eventuais dúvidas que possam surgir.

As dúvidas de cunho tecnológico podem ser sanadas com um profissional da área tecnológica que fica nas dependências da instituição à disposição dos estudantes e docentes todos os dias. Este apoio pode ser então presencial ou remoto (por e-mail, chat e telefone).

Em relação à avaliação, esta ocorre em duas partes, por meio de atividades avaliativas on-line, no ambiente virtual Moodle, e as avaliações presenciais.

No primeiro bimestre, 50% da média são compostos pela realização das atividades avaliativas on-line e 50% por meio de uma avaliação presencial durante a semana de provas, prevista no calendário acadêmico.

No segundo bimestre, 30% da média são compostos pela realização das atividades avaliativas on-line e 70% por meio de uma avaliação presencial denominada pela Faculdade de Dracena de Avaliação Integrada, seguindo o que determina o art. 1º, § 2º da Portaria MEC nº 1.134. Nesta Avaliação Integrada, os conteúdos avaliados correspondem aos dois bimestres.

As avaliações substitutivas e de exame que são direcionadas aos estudantes que não atingiram a média para aprovação ocorrem de forma presencial e de acordo com o calendário acadêmico das Faculdades de Dracena.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em Dez, 2016.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). *Plano Nacional de Educação 2014-2024* [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125). Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>> Acesso em Set, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria MEC nº 1.134*, publicada no DOU em 11/10/16. Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/docentes/documentos/pp/portaria_mec_1134_16.pdf> Acesso em Dez, 2016.

1. ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LICENCIATURA

1.1. INTRODUÇÃO

Como Estágio Supervisionado compreende-se um processo de participação e conhecimento da estrutura e formas de organização da escola. Entendido como processo de investigação e conhecimento das práticas escolares, possui olhar multidisciplinar articulando todas as disciplinas envolvidas nos cursos de Pedagogia e licenciaturas. O estágio será desenvolvido com ênfase em procedimentos de observação e reflexão, por meio do acompanhamento, da participação e execução de projetos de docência e gestão educacional, da avaliação do ensino, das aprendizagens e de projetos pedagógicos. Será desenvolvido em escolas de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental (no caso do curso de Pedagogia), e anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio (no caso das demais licenciaturas), bem como em outros ambientes educativos, envolvendo práticas de docência, gestão educacional, além de atividades de aprofundamento, que aliam teoria e prática.

Ele é obrigatório, conforme definem as Diretrizes Curriculares Nacionais (Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008) para o Curso de Graduação em Pedagogia e demais Licenciaturas e prevê o desenvolvimento de atividades obrigatórias que somam 400 horas, para o curso de Pedagogia e demais Licenciaturas de nossa instituição de ensino. Deste total, 100 horas serão destinadas ao desenvolvimento de atividades na área de gestão escolar, outras 100 horas para Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento e às 200 horas restantes, para o desenvolvimento de práticas docentes, conforme deliberação do CEE (Conselho Estadual de Educação) nº 111/2012.

Neste sentido, o estágio curricular caracteriza-se pela oportunidade que o aluno terá de conviver mais de perto com a realidade de algumas escolas de educação infantil, ensinos fundamental e médio e, a partir delas, refletir e analisar sobre a prática pedagógica, bem como sua escolha profissional.

Outra marca do estágio é a união entre a teoria e a prática: não há prática sem teoria, como também não há uma teoria que não se relacione com alguma atividade prática. Esta ideia, tão presente nas escolas, de que “na teoria tudo é perfeito, mas a realidade é outra”, precisa ser superada. O estágio é a porta de entrada para tudo isso. Todos esses desafios, oportunidades e possibilidades devem ser analisados diante das referências teóricas que você aluno vem construindo ao longo do seu percurso como estudante. E aí está, finalmente, o sentido maior do estágio: um momento privilegiado no qual será possível tais análises, contando com a valiosa parceria de colegas de turma, professores, coordenadores, além dos profissionais da instituição e comunidade aonde você realizará seu estágio.

1.2. OBJETIVOS

Um dos objetivos do estágio é que o aluno possa captar as diferentes realidades das escolas e no fim, seja capaz de compreendê-las em sua complexidade. Além disso, que possa conhecer, conviver e aprender com as pessoas que constroem essa escola: docentes, gestores, equipe de apoio, crianças, jovens e adultos, familiares, etc., e por fim, reconhece-los dentro do ambiente escolar. Destacando, efetivamente, os seguintes passos:

- Observar, descrever, relatar e participar do trabalho pedagógico em situações escolares diversas: escolas municipais, estaduais, infantis; de boa, média ou qualidade duvidosa, e nas condições reais da prática de ensino;
- Planejar e desenvolver atividades de observação, participação, investigação e intervenção - regência;

- Refletir sobre a prática nas escolas (docência e gestão), sobre aspectos apontados pelos professores das diversas disciplinas e pelos gestores, de forma **analítica e crítica**, pontuando os aspectos ideais, aprendidos em sala de aula e os realmente vivenciados no período do estágio;
- Relativos às Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento: incentivar a participação do aluno e demais colegas do curso, em diversas atividades de formação que possibilitem a ampliação do seu universo cultural e científico, tão necessários à prática docente. Enfim, esperamos que o estágio seja mais um espaço onde você possa refletir sobre o seu efetivo papel de futuro educador, entendendo esta etapa curricular como mais um “tijolo” na construção de sua identidade profissional.

1.3. ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

1.3.1. O papel do(a) estudante no estágio

- Ler e conhecer o **Manual do Aluno – Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório / Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento** (este documento) e demais documentos referentes a este tema que estão disponíveis no site www.fundec.edu.br/centraldeestagios;
- Buscar vaga de estágio junto às instituições educacionais, informando à coordenação de estágio a conquista da vaga para posterior oficialização da situação de estagiário (**Termo de Aceite de Estagiário, Termo de Convênio (caso necessite) e Termo de Compromisso de Estágio**);
- Elaborar **Plano de Atividade de Estágio**, conforme orientação institucional do curso, para isso:
 - Participar de encontros com os envolvidos no processo – coordenação de estágio e de curso, bem como pesquisar, realizar leituras, rever anotações de aula e orientações relativas ao estágio, buscando alinhar a teoria à prática, para compartilhamento de ideias, informações e experiências, visando ampliar e enriquecer o processo que envolve o estágio;
 - Realizar as atividades de estágio de acordo com o **Plano de Atividades do Estágio**, elaborado pelo aluno, coordenador do curso e coordenador de estágio e anexado ao **Termo de Compromisso de Estágio**;
 - Comparecer nos dias e horários estabelecidos entre o aluno e os profissionais de ensino do local aonde será realizado o estágio, bem como informar sobre as atividades e práticas profissionais que estão sendo desenvolvidas, através do **Relatório Semestral das Atividades de Estágio – Pasta de Estágio e do Controle de Frequência do Estagiário**;
 - Comunicar imediatamente e por escrito à coordenação de estágio ou do curso, qualquer irregularidade quanto ao desenvolvimento do estágio, e caso necessário, providenciar o **Termo de Rescisão do Estágio**;
 - Elaborar e entregar os relatórios de estágio, bem como o preenchimento de toda a documentação referente ao mesmo – Pasta de Estágio, conforme orientações institucionais e por fim, anexar a este documento o **Atestado de Realização do Estágio**.

1.3.2. O papel da coordenação de estágio

- Acompanhar a realização dos estágios, observando a dinâmica das ações e a realização dos compromissos profissionais assumidos;
- Orientar o estagiário quanto ao registro das atividades profissionais desenvolvidas durante o processo, observando o direcionamento e foco das ações, evitando desvios de função;
- Orientar o estagiário e envolvidos quanto ao preenchimento da documentação e regras gerais do estágio;
- Buscar parcerias com instituições educacionais que acolham os alunos para a realização de estágio;
- Indicar estudantes para instituições que já tenham acolhido convênio com a Faculdades de Dracena;
- Organizar encontros com os alunos para esclarecimento de dúvidas e orientações diversas referentes ao estágio;
- Receber, analisar e arquivar toda a documentação referente ao estágio;
- Registrar e oficializar a entrega e finalização dos estágios.

1.3.3. O papel da coordenação do curso / Professor de Prática de Ensino

- Buscar junto à coordenação de estágios, parcerias com instituições que acolham os alunos para a realização do estágio;

- Realizar encontros com a coordenação de estágio para o acompanhamento do processo;
- Realizar e auxiliar, junto à coordenação de estágio, encontros com os alunos quando julgar pertinente e necessário;
- Fazer o acompanhamento *in loco* do estagiário.

1.3.4. **O papel da supervisão local de estágio – Unidade Concedente**

- Discutir com o estagiário o **Plano de Atividades de Estágio**;
- Acompanhar a realização do estágio, orientando o estagiário em suas atividades, bem como desenvolvendo processos de intervenção (quando necessário) para aprimorar a qualidade das ações do profissional em formação – estagiário (a);
- Avaliar ao longo do processo o desempenho do estagiário;
- Informar à Unidade de Ensino e ao estagiário (a) caso haja qualquer problema durante o processo de estágio;
- Preencher e assinar toda a documentação referente ao estágio.

1.4. **CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO**

Abaixo, em forma de tabela, descreve-se a carga horária do curso regido por esse Manual.

1.4.1. Tabela de Carga Horária

400 HORAS						
Cursos	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Gestão do Ensino	Áreas Específicas
		I	II			
Arte	50	50	50	50	100	100

1.5. **REGISTRO E OFICIALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE ESTÁGIO**

Após a análise de toda a documentação, tanto do estágio quanto das atividades teórico-práticas de aprofundamento, a coordenação de estágio, a partir do 4º termo (para o curso de Pedagogia) e a partir do 5º termo (para as demais licenciaturas), fará o registro oficial das menções **cumpriu ou não cumpriu** o estágio, junto à secretaria da Faculdades de Dracena.

Cabe ressaltar que o registro do diploma de graduação depende da apresentação e comprovação da realização do estágio, por isso, o **ALUNO** deve ficar atento às informações expressas nos documentos obrigatórios, que deverão ser corretamente preenchidos e assinados pelo mesmo e pelo profissional local da escola aonde realizou o estágio. São documentos **indispensáveis** para comprovação do estágio.

1.5.1. **Prazos de entrega dos documentos**

É direito do aluno entregar a documentação referente ao estágio em qualquer momento do curso e até 2 anos à finalização do mesmo, desde que esteja devidamente matriculado. Lembrando que para solicitar seu diploma esta documentação deve estar entregue e homologada.

É dever da coordenação de estágios, informar os prazos necessários para que este processo seja devidamente analisado, registrado e oficializado, junto a instituição de ensino, bem como informar os períodos de entrega da documentação, conforme a Lei do Estágio (nº11.788/2008).

Abaixo quadro esquemático referente aos prazos de entrega dos documentos pertinentes ao processo de estágio, bem como Entrega da Pasta de Estágio e das Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento, registro e oficialização do cumprimento dos estágios.

DOCUMENTAÇÃO	PERÍODO PARA ENTREGA
Termo de Compromisso de Estágio	INÍCIO DO ESTÁGIO. No máximo 15 dias após início do mesmo.
Plano de Atividades do Estágio	INÍCIO DO ESTÁGIO. No máximo 15 dias após início do mesmo.
Relatório do Estágio	FINAL DE CADA SEMESTRE DE REALIZAÇÃO DA ETAPA. Conforme calendário definido entre aluno/coordenação de estágios/escola aonde se realiza o estágio
Pasta de Estágio	Até a 1ª Quinzena de Novembro
Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento	Até a 1ª Quinzena de Novembro
Análise do Material	Até a 2ª Quinzena de Novembro
Registro e Oficialização	10 dias após a análise do material

OUTRAS OBSERVAÇÕES:

Aproveitamento de horas de docência: caso o aluno exerça função docente e/ou de gestão em escolas de ensino infantil, ensino fundamental ou ensino médio, no período de realização do estágio curricular supervisionado obrigatório, **poderá aproveitar até 50% do total de horas do estágio obrigatório, seguindo algumas regras:**

- No caso do curso de PEDAGOGIA, se exerce docência na área de educação infantil, **poderá aproveitar todas as horas destinadas a este segmento**, mas deverá cumprir todas as horas para ensino fundamental e gestão;
- No caso do curso de PEDAGOGIA E DEMAIS LICENCIATURAS, se exerce docência na área de ensino fundamental, **poderá aproveitar todas as horas destinadas a este segmento**, mas deverá cumprir todas as horas para educação infantil (PEDAGOGIA), ensino médio e gestão (DEMAIS LICENCIATURAS);
- No caso das DEMAIS LICENCIATURAS, se exerce docência na área do ensino médio, **poderá aproveitar todas as horas destinadas a este segmento**, mas deverá cumprir as horas de ensino fundamental e gestão;
- E por fim, se exerce funções na área de gestão, **poderá aproveitar todas as horas destinadas a este segmento**, mas deverá cumprir as horas de educação infantil (curso de PEDAGOGIA), ensino fundamental (PEDAGOGIA E DEMAIS LICENCIATURAS) e ensino médio (DEMAIS LICENCIATURAS).
- Para o aproveitamento destas horas, o aluno deverá apresentar documentação comprobatória.

